



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA ENGENHARIA
AMBIENTAL**

BOAVENTURA RODRIGUES VAZ HORTA SANTY

**Dimensões sociopolíticas de adaptação às mudanças climáticas
na Guiné-Bissau**

**São Carlos
2016**

BOAVENTURA RODRIGUES VAZ HORTA SANTY

Dimensões sociopolíticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau

Tese apresentada a Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Ciências da Engenharia Ambiental.

Orientadora: Prof^a Dr^a Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

**São Carlos
2016**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

S237d Santy, Boaventura Rodrigues Vaz Horta
 Dimensões sociopolíticas de adaptação às mudanças
 climáticas na Guiné-Bissau / Boaventura Rodrigues Vaz
 Horta Santy; orientadora Norma Felicidade Lopes da
 Silva Valencio. São Carlos, 2016.

 Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação e Área
 de Concentração em Ciências da Engenharia Ambiental --
 Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de
 São Paulo, 2016.

 1. PANA. 2. Vulnerabilização. 3. Mudanças
 climáticas. 4. Adaptação. 5. Colonialidade. 6.
 Guiné-Bissa. I. Título.

À Sueli, companheira excepcional.
Ao Nitchon e Aníri, fontes de inspiração e amadurecimento.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: Bacharel **BOAVENTURA RODRIGUES VAZ HORTA SANTY**.

Título da tese: "Dimensões sociopolíticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau".

Data da defesa: 30.11.2016

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. **Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio**
(Orientadora)
(Universidade Federal de São Carlos/UFSCar)

Prof. Associado **Frederico Fabio Mauad**
(Escola de Engenharia de São Carlos/EESC)

Profª. Drª. **Rosemeire Aparecida Scopinho**
(Universidade Federal de São Carlos/UFSCar)

Prof. Dr. **Renzo Romano Taddei**
(Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP)

Profª. Drª. **Artemisa Odila Candé Monteiro**
(Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB)

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental:

Prof. Associado **Frederico Fabio Mauad**

Presidente da Comissão de Pós-Graduação:
Prof. Associado **Luis Fernando Costa Alberto**

Resultado:

Aprovado

Aprovado

Aprovado

Aprovado

Aprovado

AGRADECIMENTO

Este trabalho só foi possível por conta de ajuda e incentivo de pessoas preciosas que me acompanharam direta e indiretamente ao longo desta caminhada.

Em primeiro lugar, agradeço a Universidade de São Paulo e a Escola de Engenharia de São Carlos pela oportunidade de desenvolver a minha pesquisa de doutorado.

À Capes pela concessão de bolsa de estudos e por viabilizar a minha pesquisa.

Agradeço imensamente a professora Norma Valencio pelo acolhimento, pela aposta e confiança, pela paciência, pela orientação, pelos aprendizados e amadurecimento que me proporcionou ao longo dos últimos sete anos.

Ao corpo docente e servidores do PPGSEA/USP pelo apoio ao longo de todo o processo.

Aos Professores Frederico Fábio Mauad, Renzo Taddei, Artemisa Candé Monteiro e Rosemeire Scopinho pelas valiosas contribuições ao longo da defesa.

Aos colegas do NEPED e do CRHEA pela amizade, parceria e aprendizado.

Aos colegas do CAASCAR pela amizade e grande aprendizado.

Aos Colegas do INEP e CESE pela amizade, parceria e constante aprendizado.

Às comunidades de Pitche, da tabanca de Benfica e as demais tabancas pelo acolhimento, pela disponibilidade e confiança.

Aos técnicos do Projeto de Reforço da Resiliência e da Capacidade de Adaptação dos Sectores Agrário e Hídrico às Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau pela disponibilidade e confiança.

À Edwige Lima Nzale por ceder generosamente as fotos que utilizo na presente tese.

Ao Herculano Nhaga pela confecção dos mapas

Um agradecimento especial para algumas pessoas, entre tantas outras, que foram igualmente fundamentais ao longo de todo o processo: Orlando Cristiano da Silva, Tatiane Consentino Rodrigues, Liudmila Brandão, Solander Agostinho, Afonso Santy, Flávio Nhaga, Nó, meu xará, Archivex, Daniel Cassamá, Rui Jorge Semedo, Sansina Silla, Midana Sambu, Leopoldo Amado, Nhaga Cobna, Marília Lima, Jaime Sanca, João Paulo Pinto Có, Alzira Rocha, Deia Camara, Fábio e Anaice Cassama, Pansau Na Bidon, Deivison Nkosi, Cauê Gomes, Ana Cristina Juvenal, Dani Alexandrino, Henrique Luis Santos, Gustavo Zen, Rosane Battistelle, Carminha

Segantine, Hérika Marrega, Samara Santy, Larissa Nascimento, Professora Petronilha Silva, Professor Valter Silvério, Lily Pontinta, Nilson Fernandes, Justino Có e João Alexandre Teixeira.

À minha família, em particular, a minha mãe pelo amor, zelo e apoio incondicional.

Por último, mas não menos importante, agradeço a minha companheira, maior incentivadora e apoiadora, Sueli Lopes, aos meus filhos, Nitchon e Aníri, minhas reservas de energia e inspiração.

RESUMO

SANTY, B.R.V.H. **Dimensões sociopolíticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau.** 2016. 210p. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

Projeções dos eventos severos/extremos relacionados às mudanças climáticas têm sido cada vez mais socialmente debatidas e servido de subsídio para a intensificação das discussões e compromissos multilaterais no âmbito das Conferências das Partes (COPs). Como desdobramento disso, aumenta o número de países que, ao nível nacional, se dedicam à construção de políticas públicas para lidar preparativamente com os eventos projetados, os quais, em muitos casos, já estão ocorrendo. Inseridos de forma subordinada no âmbito dessas discussões multilaterais estão os países denominados pelas Nações Unidas como “Menos Avançados”, assim classificados por possuírem limitadas capacidades institucionais para diagnosticar e lidar com essas situações adversas. Tais países têm sido contemplados por meio de diferentes programas com fundos ambientais para auxiliá-los na elaboração e implementação de seus respectivos Planos Nacionais de Adaptação às Mudanças do Clima (PANA/NAPA, este último na sua sigla em inglês). O presente estudo teve como objetivo analisar a dimensão sociopolítica da construção do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima (PANA) da Guiné-Bissau. Através de uma perspectiva sociológica, problematizamos aspectos da lógica operativa, de caráter sociopolítico, através dos quais o Estado guineense se constitui e estabelece sua interlocução, de um lado, na arena multilateral de COPs e, de outro, junto aos seus povos constituintes quando estes vivenciam os desastres ditos “naturais”. Tendo como base o processo histórico que forjou um Estado nacional socialmente excludente, fez-se uma análise transescalar de três níveis das relações de poder, a saber: o que considera a posição do Estado guineense frente às forças multilaterais de desenvolvimento e do ambiente; o que demarca as características da interação do Estado com as ONGs e demais parceiros que auxiliam na consecução das políticas socioambientais; e, por fim, o nível local, onde as comunidades sofrem os reflexos e as injunções dos níveis superiores por meio de embates e alianças. Para a realização da pesquisa, adotamos três procedimentos qualitativos básicos, a saber: um levantamento bibliográfico, um levantamento documental e a pesquisa de campo.

Palavras chaves: PANA. Vulnerabilização. Mudanças climáticas. Adaptação. Colonialidade. Guiné-Bissa

ABSTRACT

SANTY, B.R.V.H. **Dimensões sociopolíticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau.** 2016. 210p. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

Prognostics of severe and extreme events related to climate change have been increasingly socially debated and supported the multilateral discussions and commitments in UNFCCC Conferences of the Parties (COPs). Subsequently, it has increased the number of countries that, on national level, dedicate themselves to the task of building public policies to cope with the predicted events, which are often considered to be already in course. In the multilateral discussions, inserted, but in a subordinate way, are the “Least Developed Countries”, as denominated by the United Nations, so classified for having limited institutional capacity to diagnose and manage adverse conditions. Such countries have been granted with environmental support from different programs to assist in the preparation and implementation of the National Adaptation Programmes of Action (NAPA). This study has the objective of analysing the socio-political dimension of the construction of the National Adaptation Programme of Action of Guinea-Bissau. From a sociological perspective, it is discussed aspects of the operative logic, of socio-political character, which the Guinean state is built on and establishes its interactions, in one side, with the multilateral arena of COPs, and, on the other, with its own peoples when they experience the so-called “natural” disasters. From the foundations of the historical process that led to a socially excluding national state, this study makes a cross-scale analysis of three levels of power relations, namely: (a) one that considers the position of Guinea-Bissau when facing multilateral forces of economic and environmental development; (b) one that delimits the characteristic of the interaction between the national state and the NGOs and additional partners which assist in the planning/implementation of socioenvironmental policies; (c) the one in the local level, where the communities suffer the consequences and impositions from superior levels, by means of conflicts and alliances. This research has adopted three qualitative research methods: bibliographic research, documentary research, and field research.

Keywords: NAPA. Vulnerabilization. Climate change. Adaptation. Coloniality. Guinea-Bissau

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização Geográfica da Guiné-Bissau.	66
Figura 2: Localização do Sector de Pitche.	132
Figura 3: Evolução das Chuvas em Gabu (período 1961 - 2007)	134
Figura 4: Localização da Tabanca de Benfica.....	145
Figura 5: Entorno de Benfica 1.....	188
Figura 6:Entorno de Benfica 2.....	188
Figura 7: Entorno de Benfica 3.....	189
Figura 8: Entorno de Benfica 4.....	189
Figura 9: Entorno de Benfica 5.....	190
Figura 10: Entorno de Benfica 6.....	190
Figura 11: Poços 1.	191
Figura 12: Poços 2.	191
Figura 13: Poços 3.	192
Figura 14: Aspectos de destruição 1.	193
Figura 15: Aspectos de destruição 2.	193
Figura 16: Aspectos de destruição 3.	194
Figura 17: Aspectos de destruição 3.	194
Figura 18: Aspectos de destruição 4.	195
Figura 19: Aspectos de destruição 5.	195
Figura 20: Aspectos de destruição 6.	196
Figura 21: Aspectos de destruição 7.	196
Figura 22: Aspectos de destruição 8.	197
Figura 23: Aspectos de destruição das culturas 1.....	198
Figura 24: Aspectos de destruição das culturas 2.....	198
Figura 25: Aspectos de destruição das culturas 3.....	199
Figura 26: Aspectos de destruição das culturas 4.....	199
Figura 27: Aspectos de destruição das culturas 5.....	200
Figura 28: Aspectos de destruição das culturas 6.....	200
Figura 29: Aspectos do cotidiano na tabanca de Benfica 1.....	201
Figura 30: Aspectos do cotidiano na tabanca de Benfica 2.....	201
Figura 31: Aspectos do cotidiano na tabanca de Benfica 3.....	202
Figura 32: Aspectos do cotidiano na tabanca de Benfica 4.....	202

Figura 33: Aspectos do cotidiano na tabanca de Benfica 5.....	203
Figura 34: Novas estratégias para lidar com a inundação, novos desafios 1.....	204
Figura 35: Novas estratégias para lidar com a inundação, novos desafios 2.....	204
Figura 36: Novas estratégias para lidar com a inundação, novos desafios 3.....	205
Figura 37: Novas estratégias para lidar com a inundação, novos desafios 4.....	205

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Documentos consultados.	23
Quadro 2: Produção científica sobre desastres utilizados.....	24
Quadro 3: Produção científica sobre vulnerabilidades utilizadas.	24
Quadro 4: Produção científica sobre colonialidade utilizadas.	25
Quadro 5: Periódicos Consultados no Portal da Capes.	26
Quadro 6: Produção científica internacional consultada e utilizada de bases virtuais, com os descritores “Guinea-Bissau” AND “Environmental Change”.	26
Quadro 7: Produção científica internacional consultada e utilizada de bases virtuais, com os descritores “Guinea-Bissau” AND “Environmental Conflicts”.	27
Quadro 8: Produção científica sobre o processo de construção e a característica do Estado na Guiné-Bissau.....	27
Quadro 9: Produção científica sobre a formação territorial e social da Guiné-Bissau.	28
Quadro 10: Divisão Administrativa da Guiné-Bissau.....	67
Quadro 11: Definições do Termo Étnia.	70
Quadro 12: Mudança Institucional no setor de ambiente da Guiné-Bissau.....	106
Quadro 13: Trechos do objetivo do PRRCASAHMC-GB (RGB, 2011, p.28).	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOSIS	Alliance of Small Island States
BM	Banco Mundial
CQNUMC	Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CN-PANA Climáticas	Comitê Nacional do Plano de Ação Nacional para Adaptação às Mudanças
CR-PANA Climáticas	Comitê Regional Plano de Ação Nacional para Adaptação às Mudanças
COP's	Conferências das Partes
DENARP	Documento da Estratégia Nacional de Redução de Pobreza
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Sigla em inglês)
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMA	Fundo Mundial de Ambiente
IBAP	Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano
ILAP	Inquérito Ligeiro de Avaliação de Pobreza
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
MLN	Movimento de Libertação Nacional
NEPED	Núcleo de Estudo e Pesquisa Sociais em Desastre
OMM	Organização Mundial de Meteorologia
ONG	Organização Não Governamental
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PANA/GB	Plano de Ação Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas da Guiné-Bissau
PEI	Pequenos Estados Insulares
PEID	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PMA	Países Menos Avançados
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRRCASAH MC-GB	Projeto de Reforço da Resiliência e da Capacidade de Adaptação dos Sectores Agrário e Hídrico às Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau
RGB	República da Guiné-Bissau
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica Monetária do Oeste Africano
HGA	História Geral de África

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 . CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
1.1.Material e Métodos.....	22
1.1.1.Levantamento documental	23
1.1.2.Levantamento bibliográfico.....	23
1.1.3.Pesquisa de campo	28
1.2.Organização da Tese	32
 CAPÍTULO 2 . DESASTRE E VULNERABILIDADE: ORIGENS, INTERSECÇÕES E NOVAS POSSIBILIDADES ANALÍTICAS.....	 34
2.1.Definindo Desastre: Disputas, Aproximações e Clivagens dentro do Campo	34
2.1.1.O que é Desastre: o debate preliminar.....	35
2.1.2.“Declaração programática” ou desastre?	40
2.1.3.Perspectivas excluídas na construção social dos desastres	41
2.1.4.Diferentes aspectos do conceito de desastre: avançando no debate	43
2.1.5.Vulnerabilidade.....	50
a) Interpretação econômica.....	52
b) Interpretação ecológica.....	53
2.1.6.Vulnerabilização	56
2.2.Considerações Finais do Capítulo.....	64
 CAPÍTULO 3 . CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DA GUINÉ-BISSAU: TENSÕES, CONFLITOS POLÍTICOS E SOCIOAMBIENTAIS	 66
3.1.Guiné-Bissau: Localização Geográfica e Aspectos Gerais	66
3.2.Território e Identidade no Continente Africano	68
3.3.Construção Social e Simbólica da Identidade e Territorialização no Continente Africano.....	69
3.3.1.Espaços estatais, políticos e de guerra.....	72
3.3.2.Espaço linguístico	73
3.3.3.Espaços culturais e religiosos	74
3.4.O Reino de Kaabu.....	76
3.4.1.Os grupos sociais territorializados no litoral da atual Guiné-Bissau	80
3.4.2.Organização sociopolítica de grupos sociais do litoral da atual Guiné-Bissau	83
3.5.Os Portugueses no “Tchon” da Guiné-Bissau	87
3.5.1.A resistência organizada contra o colonialismo.....	91
3.6.O Estado e a Sociedade na Guiné-Bissau Contemporânea	93
3.6.1.O Estado nacional guineense.....	94
3.6.2.Dimensões institucionais das políticas socioambientais na Guiné-Bissau	103
3.6.3.O Estado, as ONGs e a população local	108
3.7.Considerações Finais do Capítulo.....	111
 CAPÍTULO 4. MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DO DEBATE INTERNACIONAL A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	 113
4.1.Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau.....	118
4.2.Considerações Finais do Capítulo.....	127

CAPÍTULO 5. DESASTRE NA TABANCA DE BENFICA: UM ESTUDO DE CASO	132
5.1.Caracterização Geográfica e Sociocultural da Região de Gabú.....	133
5.1.1.Processo de territorialização e relações de poder na região de Gabu	135
5.2.Os Fulas de Gabu	138
5.2.1.O indivíduo e a sociedade fula	140
5.2.2.Organização sociopolítica numa tabanca fula	142
5.2.3.A prática religiosa.....	143
5.2.4.Propriedade e gestão ancestral da terra	144
5.3.Caraterização da Tabanca de Benfica	145
5.3.1.A inundação em Benfica.....	148
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS.....	170
ANEXOS	180
Anexo 1. Relatório de Avaliação da Inunda�o em Benfica/ PPRCASAHC-GB ..	181
Anexo 2. "Os eventos extremos climáticos. As inundações e impacto na produção da campanha agrícola 2015-2016"	186
Anexo 3. Aspectos da inundação em Benfica. Entorno da tabanca.	188
Anexo 4. Aspectos da inundação em Benfica. Poços da tabanca de Benfica.	191
Anexo 5. Aspectos da inundação em Benfica. Casas destruidas.....	193
Anexo 6. Aspectos de inundação em Benfica. Destruição das culturas.....	198
Anexo 7. Aspectos da inundação. O cotidiano na tabanca de Benfica.	201
Anexo 8. Aspectos da inundação. Novas casas, novos desafios e novas estratégias.	204

APRESENTAÇÃO

Em 2008, no meu terceiro ano de graduação em Ciências Sociais na UFSCar, conheci a Professora Norma Valencio. A partir desse contato, tomei conhecimento do projeto que a mesma desenvolvia com alunos africanos em parceria com os governos dos países de origem destes alunos, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Tratava-se de uma articulação de cooperação entre o NEPED coordenado pela Profa. Norma Valencio e as Instituições de Defesa Civil e Meio Ambiente destes países. O projeto tinha como objetivo produzir estudos que servissem de subsídio para melhoria dos seus Planos Nacionais de Adaptação às Mudanças Climáticas (PANA).

Melhor informado e animado com o projeto, no ano seguinte, procurei a professora Norma e manifestei meu interesse em participar do mesmo. A minha primeira proposta era estudar conflitos socioambientais relacionados às mudanças climáticas na Guiné-Bissau. Estava bastante entusiasmado com a ideia por dois motivos, em particular: primeiro, porque havia feito parte, como voluntário, de uma ONG Ambiental na Guiné-Bissau ao longo da minha adolescência, uma experiência que marcou para sempre a minha vida e teve grande influência nas minhas escolhas profissionais. Segundo, porque era a possibilidade de estudar algo relacionado ao meu país, um grande desejo que eu tinha desde que cheguei ao Brasil para cursar a graduação.

Ainda em 2008, em parceria com os técnicos do governo da Guiné-Bissau, a professora Norma redigiu um projeto financiado pelo programa PróÁfrica do CNPq. O projeto tinha como objetivo realizar visitas exploratórias na Guiné-Bissau com vistas a construir um projeto maior de mapeamento de riscos relacionados às mudanças climáticas. A visita da Professora Norma à Guiné-Bissau, em 2009, foi bem-sucedida, dali saiu um projeto maior, conforme a proposta inicial. O governo da Guiné-Bissau se comprometeu em submeter tal projeto junto ao PNUD e demais parceiros com vistas a conseguir recursos financeiros para sua execução. Infelizmente, inexplicavelmente o projeto não avançou e não se sabe até então qual foi o seu fim. Por meio do projeto PróÁfrica, entretanto, foi possível a vinda para o Brasil do técnico da Secretária do Estado de Meio Ambiente da Guiné-Bissau para o Brasil, então ponto focal do país na CQNUMC.

Em paralelo, comecei a desenhar meu projeto de mestrado com objetivo de estudar os conflitos socioambientais no Arquipélago dos Bijagós, tendo como recorte socioterritorial as ilhas Urok. Meu interesse por aquela região tinha a ver com a minha experiência de participação na ONG ambiental. Havia feito visita de estudo as ilhas Urok em 2001, uma experiência bastante significativa para mim. A oportunidade de retornar e ter possibilidade de contribuir na construção de conhecimento que possa servir para subsidiar políticas públicas que tivesse reflexos positivos a nível local era muito animadora para mim. Em 2010, ingressei no mestrado em sociologia no PPGS/UFSCar. Comecei a desenvolver a minha pesquisa de mestrado. Os caminhos da pesquisa me levaram a repensar os meus objetivos. A pesquisa passou a focar na representação que os Bijagós possuíam das mudanças que estavam ocorrendo no seu meio ambiente, assim como as implicações de tais mudanças no seu processo de territorialização. A ausência de tal olhar no documento do PANA motivou a nova orientação de pesquisa. Os resultados mostraram que, para os Bijagós, as mudanças no ambiente ocorriam em razão das mudanças na dinâmica da relação social no interior de suas comunidades. Para os Bijagós existe um continuum entre o social e o natural. As adversidades ambientais e climáticas seriam explicadas pela falta de harmonia nas relações sociais no interior da comunidade.

A partir dos resultados da pesquisa de mestrado, novas questões foram suscitadas, por exemplo: como os diferentes grupos tradicionais, tendo em conta as suas particularidades, lidam com as explicações dos técnicos que constroem e executam as políticas socioambientais relacionadas às mudanças que estão ocorrendo no ambiente e *vice-versa*? Como funciona a relação institucional no âmbito da produção de políticas socioambientais diante de olhares tão diferentes entre os que constroem as políticas e as executam e as que são objetos de tais políticas? Como estes grupos estão lidando com os desastres relacionados às mudanças socioambientais e climáticas nas suas comunidades?

As questões acima apresentadas serviram como base para o desenho do projeto de doutorado. Entretanto, como já havia pesquisado sobre representações sociais, embora não fosse sobre a relação de um grupo tradicional com as instituições estatais, realizei um mapeamento dos diferentes atores presentes nessa rede de relação, com o objetivo de compreender e analisar como se relacionam, tanto discursivamente como na prática. Para isso, escolhi uma situação em que tal

interação estava ocorrendo, o que me levou para Região de Gabu, o extremo oposto do Arquipélago dos Bijagós, onde estava sendo implementado um projeto piloto de adaptação às mudanças climáticas. A pesquisa em Gabu me possibilitou vivenciar, por exemplo, aspectos opostos da variabilidade do clima. No Arquipélago dos Bijagós havia um histórico de alta precipitação pluviométrica, o que tem diminuído ultimamente, de acordo com os locais, enquanto que na Região de Gabu o histórico é de baixa precipitação pluviométrica, sendo que atualmente em certos períodos de tempo tem havido uma alta concentração da precipitação pluviométrica de modo que passou a causar inundações e fortes estragos nas culturas de subsistência. Tratam-se também de populações com formas de territorialização e modos de vida muito diferentes como vamos mostrar ao longo da tese. E o mais interessante, Gabu é uma das mais importantes regiões política do país devido, em grande medida, a sua alta densidade populacional, o que me possibilitou um contexto interessante para a análise sociopolítica a que me propus na presente tese. O estudo que ora apresento poderá servir como subsídio para pensar as relações sociopolíticas no âmbito das políticas socioambientais.

CAPÍTULO 1 . CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O progresso científico tem possibilitado significativas melhorias nas projeções dos eventos do clima e da natureza relacionados às mudanças climáticas. Tais projeções, cujos resultados têm sido pouco animadores, têm servido de subsídio para a intensificação de debates no âmbito das Conferências das Partes (COPs) a respeito da necessidade de construção de um consenso multilateral consistente que possibilite gerar respostas adequadas no enfrentamento de eventos extremos da natureza relacionados às mudanças climáticas.

Na ausência de consensos definitivos entre as Partes, alguns avanços foram alcançados, a saber: o reconhecimento do aumento de eventos severos/extremos da natureza relacionados às mudanças climáticas a nível global e a necessidade imprescindível de construção de políticas públicas a nível nacional para lidar com os eventos projetados, os quais, em muitos casos, já estão ocorrendo. Inseridos de forma subordinada no âmbito das relações econômicas e sociopolíticas globais, os países denominados pelas Nações Unidas de “Menos Avançados” (CQNUMC, 1995), classificados pela mesma instituição como aqueles que possuem limitadas capacidades institucionais para lidar de forma autônoma com os eventos severos/extremos anunciados, têm sido contemplados, por meio de diferentes programas, com fundos ambientais para auxiliá-los na construção de políticas socioambientais relacionadas às mudanças climáticas.

A construção dos Planos Nacionais de Adaptação às Mudanças do Clima (PANA/NAPA, este último na sua sigla em inglês) constitui parte de tal processo. O PANA tem como finalidade, entre outras, a intervenção¹ nos lugares, nos processos de territorialização e condições reprodutivas da vida social, considerados, no mais das vezes, não adequados ou incapazes de fazer face às ameaças projetadas. Nesses lugares, vigoram modos de vida avaliados nocivos ao meio ambiente ou com insuficiente condição de autoproteção contra eventos da natureza e que, conseqüentemente são considerados pelos Estados nacionais como estando na base do atraso em relação ao desenvolvimento sustentável. Tais medidas estão sendo implementadas em lugares considerados mais susceptíveis aos eventos severos/extremos relacionados às mudanças climáticas, onde os indivíduos e

¹ A intervenção significa aqui a ideia da prática de um ator sobre o outro.

grupos sociais são igualmente julgados menos capazes de lidar por conta própria com as adversidades ambientais que porventura possam ocorrer. Afigura em tal quesito um número significativo de países africanos. Em nível nacional e local destes países, as medidas de enfrentamento das mudanças climáticas têm sido orientadas, sobretudo, às populações residentes em áreas rurais, cujas práticas ancestrais são tidas como vulneráveis diante do contexto socioambiental adverso projetado local e internacionalmente.

Não obstante, o aparente bom desígnio que orienta a construção de tais políticas, as relações sociais que se estabelecem na construção do PANA e políticas similares, cuja dimensão abrange vários níveis, de local a internacional, encobrem também um conjunto de relações de poder que, no contexto socioambiental que vem sendo anunciado por parte das instituições internacionais como IPCC (2007, 2014) - a saber: a intensificação de eventos extremos relacionados às mudanças ambientais e climáticas, seca extrema, inundações, entre outros -, podem vir a assumir caráter bastante perverso. A Guiné-Bissau iniciou a construção do seu PANA em 2001, com a realização de estudos, seminários de validação e publicação do documento final da primeira Comunicação Nacional sobre as Mudanças do Clima (CNMCGGB). A partir desse momento, novos documentos foram sendo produzidos no âmbito da adaptação às mudanças climáticas. O primeiro documento final do PANA foi apresentado em 2006 aos parceiros multilaterais e potenciais financiadores. Em 2011, iniciou-se um projeto piloto de adaptação às mudanças climáticas em Gabu, região leste do país. Até recentemente, a maior parte dos documentos oficiais publicados na Guiné-Bissau sobre as mudanças climáticas priorizaram as dimensões físicas e naturais do problema. O nosso olhar sobre o PANA se baseou na problematização dos paradoxos que os processos de sua construção e implementação comportam.

De acordo com o primeiro documento final do PANA (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU - RGB, 2006), a sua construção teria sido baseada na interlocução com os atores sociais considerados válidos para falar sobre os dilemas, desafios e fragilidades de sua própria comunidade. Portanto, teria havido e continuaria havendo um exercício de polifonia política na interlocução de vários níveis de lideranças sociais (locais, regionais ou nacionais) com o Estado. Nesse sentido, esses sujeitos poderiam se encontrar e se reconhecer no âmbito do conteúdo do PANA. Porém, a literatura sobre a relação sociopolítica no âmbito das temáticas ambientais

apresenta um quadro contrário às afirmações contidas no PANA (RGB, 2006), pois sublinham que o Estado guineense e as ONGs estabelecem uma relação autoritária com as populações residentes em territórios que são objetos de sua intervenção, anulando a possibilidade de participação na definição dos problemas e construção de soluções por parte de tais grupos (TEMUDO, 2009, 2012). De acordo com isso, podemos considerar que o histórico da relação das diferentes comunidades rurais guineenses com o Estado no âmbito de políticas socioambientais similares ao PANA é caracterizado por um tipo de relação que é assimétrica. O Estado e as ONGs, através da rede constituída por seus respectivos técnicos produzem uma visão específica que se impõem como olhar unilateral do problema e suas soluções. Significa dizer que existiria uma configuração de encontro autoritária, que invisibilizaria uma composição com o olhar dos grupos sociais mais vulnerabilizados. Deixa-se, assim, à margem aqueles que efetivamente constroem soluções práticas aos problemas cotidianos que as comunidades enfrentam (TEMUDO, 2009).

A presente pesquisa procurou problematizar a relação sociopolítica por meio do qual o PANA está sendo construído, o que engendrou uma especial consideração a um terceiro conjunto de atores, aquele constituído pelos grupos que são objetos de intervenção. A partir da revisão da literatura, algumas questões iniciais orientaram a nossa pesquisa, quais sejam:

- ✓ Em que medida a nova circunstância socioambiental, anunciada nas diferentes projeções sobre as mudanças climáticas, modifica a lógica operativa que rege a relação sociopolítica do Estado guineense e seus parceiros com os grupos sociais mais vulnerabilizados?
- ✓ Como essa relação se realoca frente a essa nova agenda multilateral?
- ✓ Os grupos sociais efetivamente mais vulnerabilizados coincidem com aqueles que estão sendo legitimados na nova versão do PANA e das políticas similares? Caso participem dessa construção do PANA e afins, qual está sendo o grau e a qualidade de sua participação? Por meio de quais estratégias estariam sendo submetidos os seus respectivos lugares?

As indagações colocadas são frutos da hipótese aqui delineada de que, no que concerne à referida política ambiental, a Guiné-Bissau pode estar na transição

entre o exercício de um modelo participativo, anunciado pelos documentos oficiais, e uma atualização do modelo autoritário, que tem raízes históricas profundas na referida nação. Uma forma de problematizar esses polos e enxergar qualquer transição é perpassar as construções discursivas institucionais, consolidadas nos documentos oficiais, a partir da observação do *modus operandi* dos atores que puderam ter voz dominante *vis-à-vis* aqueles que estão no centro do problema cujas vozes não adquirem amplificação com a potência política devida.

A análise da relação do Estado guineense e de seus parceiros com a sociedade local teve em conta certos aspectos socioculturais, como a pluralidade dos lugares que caracterizam a Guiné-Bissau, o fato de existirem identidades que são territorializadas, o sentido de lugar para o seu povo e a relação reprodutiva da vida social que estes mantêm com a terra.

Partiu-se do pressuposto de que existem três níveis de relação de poder, quais sejam: forças multilaterais de desenvolvimento e do ambiente; o Estado com as ONGs e demais parceiros; e, por fim, os lugares numa relação de mediação. A relação entre os diferentes atores ocorre por meio de embates e alianças que ainda estão sendo estabelecidos.

Diante do exposto, esta pesquisa teve como principal objetivo, desvelar, qualificar e analisar sociologicamente a produção social da vulnerabilidade, em termos transescalares, no âmbito da construção da política socioambiental relacionada às mudanças climáticas na Guiné-Bissau.

Passamos agora a exposição dos instrumentos de que lançamos mão para a produção da presente tese.

1.1 Material e Métodos

“Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (MINAYO, 1994, p.16)”.

Nesse sentido, para a realização da presente pesquisa, adotamos três procedimentos qualitativos básicos, a saber: um levantamento bibliográfico, um levantamento documental e a pesquisa de campo.

1.1.1 Levantamento documental

Primeiramente, realizamos o levantamento documental sobre as mudanças climáticas em nível global, de modo que a leitura dos documentos pudesse nos oferecer elementos para compreender o debate internacional e nacional sobre a temática, para, a partir da leitura, estabelecer o recorte de nossa pesquisa.

Documentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ CQNUMC (1992) ✓ PROTOCOLO DE QUIOTO (1998) ✓ PANA GB (2006) ✓ RGB (2005, 2009, 2011) ✓ PRRCASAHMC-GB (2011) ✓ IPCC (2001, 2007, 2014)

Quadro 1: Documentos consultados.

Fonte: Elaboração própria.

1.1.2 Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico teve como foco inicial algumas das principais referências nos estudos sobre desastres, vulnerabilidade e colonialidade. Os artigos selecionados, sistematizados e analisados, assim como livros foram os que adotaram a perspectiva das Ciências Sociais, conforme será demonstrado no quadro 2.

Conforme dissemos anteriormente, as relações sociopolíticas que ocorrem no âmbito do debate maior sobre as mudanças climáticas constituem o principal interesse desta pesquisa; portanto, a escolha dos autores e respectivos artigos e livros foi orientada por esse desígnio.

É importante salientar que nossa perspectiva teórica é a de que os desastres são socialmente construídos e essa é a concepção adotada para balizar a nossa pesquisa. Em vista disso, procurou-se realizar uma revisão compatível com essa concepção de desastres, privilegiando os textos dos autores apresentados no quadro 2.

Autores
<ul style="list-style-type: none"> ✓ PERRY & QUARANTELLI (2005); QUARANTELLI (1998) ✓ GILBERT (1998) ✓ DOMBROWSKY (1998) ✓ HEWITT (1998) ✓ KROLL-SMITH E GUNTER (1998) ✓ OLIVER-SMITH (1998) ✓ LAVELL (2003) ✓ WISNER et al (2004) ✓ VALENCIO, (2007; 2008; 2009; 2010, 2011, 2012) ✓ DRAKE (2016)

Quadro 2: Produção científica sobre desastres utilizados.

Fonte: Elaboração própria.

A vulnerabilidade é compreendida neste trabalho como uma relação social e um processo e não como um estado de carência. O entendimento deste conceito foi aprofundado por meio de uma ampla revisão.

Autores
<ul style="list-style-type: none"> ✓ O' BRIEN; LEICHENKO (2000) ✓ WISNER et al (2004) ✓ LEICHENKO, O'BRIEN e SOLECKI (2010) ✓ O'BRIEN e WOLF (2010) ✓ ACSELRAD (2006, 2011) ✓ ERIKSEN et al, (2011) ✓ SOLECKI, LEICHENKO e O'BRIEN (2011) ✓ ERIKSEN et al (2011) ✓ RIBOT (2011) ✓ O'BRIEN et al (2012) ✓ ADGER et al (2011; 2013) ✓ O'BRIEN (2010; 2012; 2014)

Quadro 3: Produção científica sobre vulnerabilidades utilizadas.

Fonte: Elaboração própria.

Para subsidiar a análise da produção social da vulnerabilidade na Guiné-Bissau, recorreremos aos estudos da colonialidade do poder, selecionando algumas das principais referências na temática para a reflexão que aqui nos interessa.

Autores
<ul style="list-style-type: none"> ✓ CASTRO-GÓMEZ (2007) ✓ MALDONADO-TORRES (2007) ✓ QUIJANO (2005, 2007) ✓ SANTOS (2002, 2007 e 2011) ✓ MIGNOLO (2007, 2013) ✓ GROSGOUEL (2008, 2016)

Quadro 4: Produção científica sobre colonialidade utilizadas.

Fonte: Elaboração própria.

Feito o levantamento e a consulta das principais referências nas temáticas supracitadas, demos continuidade à pesquisa, cujo passo seguinte foi o de levantamento da literatura internacional tendo como recorte a história dos conflitos sociopolíticos na Guiné-Bissau. Após isso, buscou-se compreender o que a literatura mais recente está dizendo sobre os desafios socioambientais relacionados às mudanças do clima na Guiné-Bissau. Para a realização desse aspecto da pesquisa, optamos pelo uso da Base de Dados da Capes, que constitui uma importante porta de entrada para periódicos revisados pelos pares e revistas indexadas de grande circulação. As produções científicas dos últimos cinco anos (2010-2015) foi o recorte temporal estabelecido para a pesquisa. Para filtrar melhor os resultados almejados, foram utilizados os seguintes descritores na língua inglesa:

- ✓ “Guinea-Bissau” AND “Climate Change”;
- ✓ “Guinea-Bissau” AND “Environmental Change”;
- ✓ “Guinea-Bissau” AND “Disaster”;
- ✓ “Guinea-Bissau” AND “Vulnerability”;
- ✓ “Guinea-Bissau” AND “Risk”;
- ✓ “Guinea-Bissau” AND “Environmental Conflicts”;
- ✓ “Guinea-Bissau” AND “Adaptation to climate change”;

Apresentamos no quadro 5 a síntese da pesquisa realizada na base de dados da Capes, utilizando todos os descritores supracitados. Ressaltando, contudo, que a partir dos descritores utilizados na pesquisa obtivemos sucesso somente com alguns deles. Por outro lado, alguns artigos filtrados e utilizados não necessariamente correspondem a nenhuma das palavras chaves utilizadas como descritores para a

pesquisa, porém, revelaram-se importantes para a mesma. Em tais casos, usamos os nomes dos autores que foram aparecendo repetidamente a medida que fomos lendo os artigos filtrados.

Base de Dados			
Portal da CAPES			
Periódicos	Resultados	Filtrados	Analizados
Web of Science	10	0	0
Cambridge University Press	20	10	8
Sage	15	10	3
Science Direct	15	3	1
Springer	10	5	3
Wiley Online Library	07	3	2
Gale	05	0	0
Elsevier	30	2	1
Total	112	33	18

Quadro 5: Periódicos Consultados no Portal da Capes.

Fonte: Elaboração própria.

Nos quadros 6 e 7 apresentamos os resultados filtrados com os descritores utilizados. Quanto aos resultados obtidos, nenhum artigo trata essencialmente da temática de desastre na Guiné-Bissau. As temáticas do risco e da vulnerabilidade são problematizadas de forma secundária em alguns artigos obtidos. Por outro lado, os desafios relacionados às mudanças ambientais e climáticas são abertamente analisados em alguns textos filtrados e analisados, conforme se pode ver nos quadros a seguir.

Autores
<ul style="list-style-type: none"> ✓ DAVIDSON (2009, 2010, 2012) ✓ TEMUDO (2011, 2013)

Quadro 6: Produção científica internacional consultada e utilizada de bases virtuais, com os descritores “Guinea-Bissau” AND “Environmental Change”.

Fonte: Elaboração própria.

Autores
<ul style="list-style-type: none"> ✓ TEMUDO (2009, 2012) ✓ TEMUDO E ABRANTES (2014)

Quadro 7: Produção científica internacional consultada e utilizada de bases virtuais, com os descritores “Guinea-Bissau” AND “Environmental Conflicts”.

Fonte: Elaboração própria.

Auspiciosamente, em relação aos artigos dos dois quadros acima, foi perceptível a orientação dos autores para a adoção de uma perspectiva sociopolítica, ao invés de se discutir a dimensão física e ambiental que é predominante na literatura internacional nos assuntos em tela. Ademais, isso foi de suma importância visto que os documentos oficiais consultados pouco ou nada trataram explicitamente sobre tal perspectiva que, ali, permaneceu sub-reptícia.

Feito o levantamento e a filtragem da bibliografia que apresenta o debate recente sobre os desafios socioambientais relacionados às mudanças climáticas na Guiné-Bissau, procedemos ao levantamento da bibliografia que aborda a formação social do território guineense, assim como as dinâmicas sociais, a estrutura e as relações de poder que ali são estabelecidas.

Ao longo da pesquisa, a dimensão do poder caracterizada pela relação do Estado com os seus governados mais vulnerabilizados ganhou centralidade, por isso, nos detivemos em autores que puderam oferecer considerável subsídio analítico para o entendimento de tal relação.

Autores
<ul style="list-style-type: none"> ✓ CHABAL (1993) ✓ LOPES (1982) ✓ FORREST (1993) ✓ TRAJANO FILHO (2008) ✓ VIGH (2009) ✓ BORDONARO (2009, 2010)

Quadro 8: Produção científica sobre o processo de construção e a característica do Estado na Guiné-Bissau.

Fonte: Elaboração própria.

Autores
<ul style="list-style-type: none"> ✓ HANDEM (1986) ✓ BICARI (2004) ✓ CARDOSO (2004) ✓ LOPES (1982, 1986, 1994, 2003, 2005) ✓ CARLOS (2007) ✓ AMSELLE (2008) ✓ OGOT (2010) ✓ CAMPOS (2013)

Quadro 9: Produção científica sobre a formação territorial e social da Guiné-Bissau.
Fonte: Elaboração própria.

Para os descritores que não obtiveram resposta satisfatória na pesquisa sobre a Guiné-Bissau, lançamos mão da literatura internacional para pensar o caso da Guiné-Bissau.

1.1.3 Pesquisa de campo

“O trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade no campo” (CRUZ NETO, 1994, p.51).

Em busca do discurso de um terceiro ator sobre a construção e execução dos planos de adaptação às mudanças climáticas – no caso, aqueles cujos territórios são objetos da intervenção –, nossa escolha do sujeito de pesquisa seguiu os critérios do Projeto de Adaptação em curso e escolhemos uma das localidades em que este está sendo implementado. Foram escolhidos os atores citados nos documentos oficiais para, assim, testar se se encontram e se reconhecem no âmbito do conteúdo do PANA.

O Projeto de Reforço da Resiliência e da Capacidade de Adaptação dos Sectores Agrário e Hídrico às Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau (PRRCASAHMC-GB) selecionou para intervenção dezesseis tabancas² nos sectores de Pitche e Pirada, região de Gabu, quais sejam:

² O termo designa aldeia no crioulo da Guiné-Bissau.

- ✓ **Sector de Pitche:** Benfica; Buruntuma; Camadjabá; Camalidja; Canquelifá; Maná Padjama; Mudo; Yancor; Pitche
- ✓ **Sector de Pirada:** Badjocunda; Copa Pirada; Cuntim Pirada; Botché; Mangui; Sedjo Mandinga; Candjufa.

Decidimos concentrar a nossa pesquisa de campo no sector de Pitche pelas seguintes razões: de acordo com o PANA atualizado em 2011, a região de Gabu é bastante susceptível aos eventos extremos da natureza. Nessa região, existem problemas como: o avanço da desertificação, seca, inundação, fortes chuvas e ventos, além de ataques de gafanhotos.

As regiões de Pitche e Pirada têm sido mais susceptíveis de acordo com os mesmos documentos. Ao longo da pesquisa, constatamos que os constrangimentos decorrentes dos eventos severos/extremos da natureza que afetam os dois lugares não variam muito; além do mais o perfil, o modo de vida e de territorialização de suas populações são bastante similares.

O Sector de Pitche, por ser mais próximo do centro de Gabu em termos de viabilidade financeira e de mobilidade, apresentou as melhores condições para realização da pesquisa de campo. Nesse sector, fizemos pesquisa de campo inicial em quatro aldeias. Entre as quatro, três delas são contempladas pelo PANA, quais sejam: Pitche, Benfica e Camadjaba. A aldeia Demba Djabuel, também visitada, não é contemplada pelo projeto. Todas elas são habitadas essencialmente por indivíduos de etnia fula, portanto, pode-se considerar o lugar como “tchon dos fula”³.

Realizamos cinco visitas ao campo selecionado. A primeira decorreu no mês de agosto de 2015. A primeira visita ao campo teve como objetivo realizar os primeiros contatos com os sujeitos da nossa pesquisa, nos inteirar das condições do lugar, meios e custo de mobilidade para e dentro do campo, conhecer as autoridades do Estado e tradicionais⁴, manifestar aos mesmos o nosso interesse em realizar pesquisa e solicitar a sua “autorização”. Inteirar-nos dos desafios

³ Território dos fulas, conceito a ser desenvolvido mais adiante.

⁴ A tradição na presente tese não é representada como uma forma de sociabilidade petrificada, geralmente classificada a partir do binarismo tradição e modernidade. De igual modo, desloca-se de sua representação a partir da ideia de “pureza cultural”, conforme problematizado por vários autores (vide HOFBAUAR, 2010). Tem a ver, sim, com vínculos ancestrais que são mobilizados discursivamente para justificar e legitimar certas práticas e relações de poder no interior de um dado grupo, que, no entanto, são passíveis de problematização e negociações permanentemente.

socioambientais desde o ponto de vista das autoridades e dos indivíduos da comunidade, bem como sondar sobre o conhecimento que os mesmos possuíam sobre os projetos que estão sendo implementados no lugar.

A segunda visita ocorreu no mês de outubro de 2015. Esta envolveu um maior número de pessoas nas tabancas. Esse momento foi de suma importância para a nossa tese, na medida em que havia ocorrido uma situação concreta de desastre. Algumas aldeias haviam sofrido fortes inundações, as quais arrasaram com quase 80% de produção de duas delas, além de outros tipos de constrangimentos socioambientais, conforme iremos mostrar mais adiante. Em alguns lugares, toda a aldeia havia sido tomada pela água, muitos membros da comunidade foram obrigados a abandonar as suas casas para se abrigarem em lugares mais distantes e em condições bastante precárias. Encontramos muitas pessoas dispostas a darem seu testemunho sobre o que havia ocorrido num misto de esperança de que alguém fosse levar a sua preocupação e o seu sofrimento para “quem de direito” ou, simplesmente, no desejo de desabafo sobre o que havia ocorrido. Tal expectativa estava bem patente na fala dos entrevistados que, por conta do ocorrido, haviam recebido algumas visitas de autoridades e organismos internacionais que prometeram providências, mas não haviam feito nada até então.

A terceira visita ocorreu no mês de novembro de 2015, quando decidimos focar a nossa pesquisa na tabanca de Benfica. Um lugar com quase 1.300 habitantes, que havia sofrido maior afetação em decorrência da inundação. Tal escolha foi pautada nos seguintes fatores: Primeiro fator: os moradores de Benfica contabilizaram por volta de 3 a 4 inundações nos últimos 15 anos, com regularidade de três em três anos. Enquanto as demais aldeias, de acordo com os relatos locais, estavam experimentando tal situação pela primeira vez. Segundo fator: os relatos sobre tal episódio recente mencionaram constrangimentos similares, que se repetiram nas quatro tabancas visitadas. Isso porque o seu modo de vida, as suas características de produção social do espaço, de habitabilidade e de condições reprodutivas da vida social são bastante similares.

Por ser Benfica aquele lugar que já vinha lidando com o fenômeno há mais tempo, acreditamos que uma análise mais detalhada de sua situação nos ofereceria melhores subsídios para refletir sobre a relação de um lugar fragilizado com o Estado e as ONGs que ali atuam, bem como no que concerne à estratégia

comunitária para lidar com a situação. Nesta visita, conseguimos explorar mais ao fundo as representações da comunidade em relação ao que estava acontecendo.

A quarta visita ao campo foi feita em dezembro de 2015, e foi igualmente de suma importância para a nossa pesquisa na medida em que fomos à cidade de Gabu para participar do Fórum Rural sobre as Mudanças Climáticas, a convite dos técnicos do projeto de adaptação. Em tal fórum participam, com uma regularidade semestral, os técnicos do projeto de adaptação, representantes da Direção Geral do Ambiente, da Direção Geral de Agricultura e Pecuária, animadores locais afetos ao projeto de adaptação, além das lideranças populares e representantes do Estado a nível local. Foram três dias do fórum, oportunidade na qual utilizamos de procedimentos como observação direta para analisar a relação entre os atores que ali estavam em interação.

Ao longo da pesquisa de campo conseguimos coletar relatos orais, ao todo, de mais de 70 pessoas nas quatro tabancas visitadas. Os relatos foram coletados por meio de grupo focal. Após a análise dos relatos coletados de forma mais geral, decidimos realizar uma coleta mais aprofundada com um número menor de pessoas na tabanca de Benfica. Conseguimos coletar relatos de 10 pessoas, entre homens e mulheres. A entrevista semiestruturada preparada para ser aplicada orientou a nossa pesquisa, entretanto, no campo, a sua aplicação junto à comunidade revelou-se inviável por conta da organização da coleta de relatos em grupo focal.

Decidimos mentalizar as variáveis mais relevantes da entrevista pré-concebida para, então, tê-las em conta numa interação mais informal – porém, focada no problema de estudo –, permitindo que os nossos interlocutores relatassem de modo mais aberto sua visão sobre os acontecimentos que haviam afetado as suas vidas. Uma vez que o faziam, introduzíamos na conversa questões relativas à relação comunitária com o Estado, a participação coletiva e individual na construção do PANA, as providências que estavam a ser tomadas pela comunidade e pelo Estado nesse assunto, entre outros.

Ao longo da coleta dos relatos orais extraímos do teor das conversas principalmente aquilo que se revelava atinente ao processo de vulnerabilização. Pusemo-nos a identificar, quando possível, indícios de um mercado político de vulnerabilidade. Quando disso suspeitávamos, tínhamos conosco a tarefa de entremear as palavras e os gestos dos entrevistados com as nossas impressões sobre a dinâmica comunitária a fim de procurar responder:

Como esta relação é construída por dentro? Como ela se organiza? Quem está em aliança com quem? E quem está em conflito com quem? E quais são os resultados de alianças e conflitos?

Portanto, o campo nos trouxe uma grande contribuição para compreender como as forças sociais atuam de dentro do Estado para a comunidade que sofre a sua intervenção e vice-versa.

Os dados coletados foram interpretados a luz da literatura que compõe a presente tese.

1.2 Organização da Tese

A presente tese encontra-se organizada em seis capítulos, sendo o primeiro capítulo dedicado às considerações iniciais.

No segundo capítulo, apresentamos a síntese do debate internacional sobre desastres e a construção social da vulnerabilidade relacionada às mudanças climáticas. A revisão empreendida e os conceitos problematizados balizaram a análise teórica empreendida ao longo da tese.

No terceiro capítulo, realizamos uma apresentação geral do processo histórico que culminou na formação nacional da Guiné-Bissau. Procuramos focalizar aspectos relevantes da caracterização dos povos ora enfeixados na Guiné-Bissau e nas tensões implicadas, assim como em fragilidades governativas persistentes do Estado nacional. Apresentamos, de igual modo, algumas dinâmicas de construção social da territorialização, destacando os diferentes momentos, os atores e as relações de poder.

No quarto capítulo, apresentamos a síntese do debate internacional sobre as mudanças climáticas. É aqui que se destaca os resultados da revisão e análise dos documentos levantados, que foram interpretados à luz da literatura internacional e nacional. Sistematizamos os discursos do meio técnico e do Estado sobre a base de relações em que as políticas foram construídas, o que nos permitiu obter um parâmetro de comparação entre o discurso e a prática.

No quinto capítulo, apresentamos um estudo de caso. Realizamos a caracterização geográfica, histórica, sociocultural e sociopolítica da comunidade estudada para refletir sobre seus desafios frente ao Estado diante do tema das

mudanças climáticas. Apresentamos e discutimos os resultados da pesquisa de campo à luz da revisão bibliográfica empreendida ao longo da tese.

No sexto capítulo, apresentamos as considerações gerais sobre a pesquisa empreendida. Por um lado, destacamos os resultados parciais dos capítulos dois a cinco, integrando-os numa síntese. Por outro, realizamos um enfeixamento da dimensão macrossocial, que é temporal e espacialmente alargada – que trata desde o processo histórico da colonização europeia até as demandas multilaterais e efeitos do capitalismo em torno do clima –, com a dimensão microssocial relativo às agruras e percalços de uma comunidade desamparada diante recorrentes desastres. Esse enfeixamento é o que, a nosso ver, revela a lógica operativa da subordinação que as instituições e agenda modernas tendem a fazer com as comunidades que estão à margem.

CAPÍTULO 2. DESASTRE E VULNERABILIDADE: ORIGENS, INTERSECÇÕES E NOVAS POSSIBILIDADES ANALÍTICAS

O Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PANA) da Guiné-Bissau é uma política baseada num conjunto de projeções de eventos severos/extremos relacionados às mudanças climáticas. Tais projeções indicam como as diferentes comunidades poderão ser afetadas pelos eventos severos e extremos associados. A depender da forma de afetação, isso poderá resultar em desastres, por vezes, catastróficos. Assim como ocorre com a Guiné-Bissau, as políticas de adaptação em curso em diferentes países apresentam como um dos objetivos a mitigação das possíveis afetações que porventura poderão ocorrer por conta dos eventos que poderão gerar efeitos calamitosos. Nesse sentido, a perspectiva de ocorrência de desastres constitui um dos pontos fulcrais dos debates sobre as mudanças climáticas.

No presente capítulo, apresentamos um breve histórico dos estudos em desastres, destacando os diferentes paradigmas que subsidiam o debate, assim como as diferentes formas de problematização do conceito de desastres e suas implicações na concepção e execução de políticas destinadas ao seu enfrentamento. Por meio da revisão teórica e problematização empreendida, identificamos as concepções teóricas e conceituais que nos serviram de base para a análise sociológica e a construção da presente tese.

2.1. Definindo Desastre: Disputas, Aproximações e Clivagens dentro do Campo

A presente seção se deteve em dois momentos: O primeiro - concentrado no debate que foi animado pelo estudioso E.L. Quarantelli no livro editado pelo mesmo no ano de 1998, intitulado: *What is a disaster?* No livro citado, procuramos nos reter mais na dimensão dos modelos paradigmáticos apresentados no campo dos estudos sobre desastres. O segundo - foca nos esforços de E.L. Quarantelli e demais autores para debaterem a definição subjacente ao conceito de desastres e os conceitos decorrentes de tal debate.

2.1.1. O que é Desastre: o debate preliminar

O debate realizado no livro *What is a disaster?* idealizado por Quarantelli, em 1998, constitui um ponto de partida fundamental para compreender os estudos em desastre. O objetivo do autor foi suscitar um diálogo que tornasse possível uma construção conceitual coletiva que fosse abarcar a mais variada realidade social, em complementação da prática que privilegia o estudo de caso, como é o costume no âmbito dos estudos em desastres. Importante observar que, entre os coautores convidados para a tarefa supracitada, foi de notar a ausência de autores oriundos de países fora do eixo Europa e América do Norte.

Não obstante, o fato dos esforços levados a cabo por aqueles ali contemplados visarem, em certa medida, dar conta das indagações ligadas aos desastres a nível global, vale ressaltar que estes têm seus limites, como será demonstrado mais adiante. Tais limites devem-se ao fato de que mesmo com a conceituação mais geral, persistir a necessidade de um olhar mais aprofundado nas comunidades e contextos sociais a serem estudados para acrescentar variáveis relevantes. As particularidades constituem também elementos essenciais para o entendimento dos desastres. Os autores da referida coletânea que mais contribuíram ao nosso estudo foram: Gilbert (1998), Dombrowsky (1998) e Hewitt (1998).

A contribuição do Gilbert (1998) foi focada nos paradigmas que regem o estudo sobre desastres e identificou três deles, quais sejam:

- ✓ **Desastre como uma réplica da guerra:** em tal perspectiva, a causa do desastre é analisada a partir do agente externo causador dos males; a comunidade humana passa a constituir uma única entidade que, de forma global, deverá reagir ante a agressão acometida contra ela.
- ✓ **Desastre como expressão da vulnerabilidade social:** ou seja, é o resultado da lógica subjacente a comunidade, sendo, portanto, resultado de um processo social que ocorre desde dentro de sua dinâmica cotidiana.
- ✓ **Desastre como advento do estado de incerteza:** haveria uma impossibilidade cultural de definir e controlar o conjunto de perigos que pairam na realidade concreta.

A seguir, apresentamos mais detalhadamente as abordagens de acordo com a sistematização feita por Gilbert (1998).

a) *Desastre como uma réplica da guerra:*

O primeiro paradigma, que vê o desastre como réplica da guerra, de acordo com o autor, é definido como resultado da interação adversa entre agentes externos, o lugar e a comunidade que ali reside. Tais agentes externos seriam desencadeadores de agressões, as quais, a comunidade, de forma organizada, responderia em medida de autodefesa. Em tal perspectiva, as explicações sobre desastres são buscadas na origem externa às comunidades afetadas; a subtaneidade e a surpresa seriam consideradas elementos de extrema importância. Assim, como numa guerra, o ataque é lançado pelos inimigos, os agentes externos seriam tanto a arma como o inimigo. No caso de desastres, o agente externo se consubstanciaria num só elemento: a natureza com os seus eventos adversos. Na aceção do referido autor, o fato da guerra e desastre terem algo em comum, suas consequências no terreno, o público tende a se apegar a esta abordagem.

Essa ‘confusão’ entre desastre e guerra fez com que os estudos sobre desastres se intensificassem nos Estados Unidos, em plena Guerra Fria centrando-se, sobretudo, em potenciais respostas do público em caso de uma guerra nuclear. Segundo Tierney (2009, p.2, tradução livre), tais estudos foram orientados por um conjunto específico de questões, quais sejam: “será que o público entrará em pânico em face de um ataque nuclear? Será que as populações vitimadas serão tão desmoralizadas ao ponto de serem incapazes de participar no processo de reconstrução?”

De acordo com Kreps (1998, p.35), os primeiros estudos teriam utilizado dados colhidos nas pesquisas sobre “bombardeios estratégicos da Segunda Guerra Mundial, como Dresden, Hiroshima e Nagasaki”, que teriam servido para traçar “um paralelo entre esses eventos, as catástrofes naturais e acidentes em tempo de paz”. Em vista do seu contexto de surgimento, afirma Gilbert (1998, p.13): “esta abordagem científica do desastre é, entretanto, o reflexo da natureza do “mercado” aonde o desastre se tornou uma demanda institucional”.

Entretanto, vale ressaltar que, segundo o autor, tal experiência não é exclusiva do contexto norte-americano; ela vai se reproduzir em muitas instituições de diferentes países europeus.

b) Desastre como a expressão da vulnerabilidade social:

De acordo com Gilbert (1998), a transição para o segundo paradigma foi empreendida, em grande medida, pelos estudos realizados por Quarantelli. Nós preferimos o termo desdobramento em lugar de transição, na medida em que a transição implica uma passagem de uma situação para outra, o que não ocorreu neste caso. Houve desdobramentos a partir dos estudos iniciais, porém, como assevera o próprio Gilbert (1998), o primeiro paradigma nunca foi abandonado e continua cada vez mais atual e hegemônico no campo dos estudos em desastre.

As contribuições iniciais trazidas pelos estudos realizados por Quarantelli a partir da década de 1970 foram as seguintes: a) durante a ocorrência de um desastre, ao invés de pânico e desordem, prevaleceriam relações de solidariedade e de entendimento; b) durante um determinado tempo, os conflitos pré-desastres seriam amainados em favor da coesão comunitária, desconstruindo, desse modo, a compreensão amplamente difundida de que em momentos de desastre os comportamentos recorrentes são desordem e desunião. c) Do ponto de vista conceitual, provocou a emergência de uma nova perspectiva de abordar os desastres desde dentro das comunidades e não só a partir dos agentes destrutivos.

O resultado parcial das contribuições do Quarantelli permitiu com que se criasse uma perspectiva em que os agentes destrutivos não mais fossem vistos como a causa, mas como o elemento que precipita crises e comportamentos de desastres, sendo ambos relacionados com o contexto social (GILBERT, 1998). Ainda de acordo com o autor, o desastre passará a ser interpretado também como expressão de vulnerabilidades subjacentes às relações sociais.

As relações de poder, as formas de territorialização, as instituições, em particular as públicas, e sua relação com os cidadãos, são elementos que passam a ser levados em conta para a compreensão dos desastres. Sua principal diferença com o primeiro paradigma seria a negação da existência de um agente externo causador do desastre. Mais adiante aprofundamos as proposições do pioneiro do segundo paradigma, o Quarantelli.

c) *Desastre como estado de incertezas:*

O terceiro paradigma desloca, em partes, dos dois primeiros abordados. Desastre como estado de incertezas sugere que vivemos em constante processo de desencadeamento de desastres em razão das incertezas geradas pelas instituições. As incertezas seriam, de acordo com este paradigma, geradas especialmente pelo alto nível de especialização tecnológica (GILBERT, 1998). Haveria um conhecimento social falho em relação aos perigos aos quais as comunidades estão sujeitas, devido, em grande medida, ao excesso de comunicação desencontrada, causador de incerteza, de acordo com autor. Os códigos de linguagens peritos, desconhecidos pela maioria da comunidade, funcionariam como empecilho à possibilidade de diálogo entre as instituições formais e as comunidades. Os perigos reais seriam desconhecidos, dificultando a capacidade de defini-los, sobretudo, por parte das comunidades.

De acordo com Gilbert (1998, p. 17), a situação tornar-se-ia mais complexa em virtude da “profusão anárquica de informações” que, por sua vez, afetaria de forma profunda o sistema de significado ligado aos modos de organização política, científica e áreas administrativas. Outro efeito seria a desestruturação da relação de confiança de comunidades com as instituições, tanto estatais como científicas.

Gilbert (1998) resume esse terceiro paradigma em três aspectos fundamentais, a saber:

- ✓ Primeiro - um desastre estaria intimamente ligado à incerteza social que ocorre quando um perigo, real ou não, ameaça uma comunidade, e esse perigo não pode ser definido através de causas ou efeitos.
- ✓ Segundo - as incertezas emergentes das comunidades modernas estariam relacionadas com a sua crescente complexidade. Ou seja, é o resultado da perturbação no sistema de sentido e não o efeito da dificuldade de resolver os problemas de acidentes ou disfunções graves. A incerteza seria, principalmente, o produto da organização da comunidade e não de fatores externos.
- ✓ Terceiro - poderia se falar em um desastre quando os atores em sociedades modernas perdem progressivamente a sua capacidade de definir uma situação que eles vêm como graves.

Neste último caso, seria um momento em que as instituições sociais e as formas de representações simbólicas vigente em uma comunidade são colocadas em xeque. A interpretação do fenômeno ocorrido, ou seja, se foi ou não desastre, caberia a própria comunidade e suas instituições de acordo com o quadro de valores simbólicos compartilhados pelas mesmas. Os três paradigmas sistematizados por Gilbert (1998) constituem até então a base dos estudos em desastres. Em grande medida, provêm destes as premissas teóricas que embasam os argumentos de que se faz uso os mais variados autores que se dedicam a temática dos desastres.

A compreensão do desastre como “réplica da guerra”, por ter se consolidado no ambiente da Guerra Fria por meio de instituições de defesa civil e militar, foi amplamente difundida, o que a fez transformar-se em uma acepção do desastre bastante popularizada. Contudo, ao focar nos aspectos externos sob os quais não se tem controle, o primeiro paradigma afasta-se do cerne da questão. A proposta da compreensão dos desastres por meio das dimensões inerentes à sociedade, como, entre outros, a economia, a política, a cultura, os quais, por sua vez, influem, sobremaneira, na produção social dos lugares, constitui um olhar alternativo e politicamente contra hegemônico.

Compreender os desastres como “expressão social da vulnerabilidade” implica também em retirar a primazia das instituições que, ao restringirem o debate sobre os desastres a uma abordagem objetivista centrada nos eventos da natureza, arrogam para si a propriedade exclusiva para explicar e lidar com a situação.

O segundo paradigma, aqui arrolado, tem se revelado mais apropriado para desvelar aspectos estruturais e conjunturais que contribuem para produção, de modo regular, dos desastres. Já o terceiro paradigma advém de um debate bastante restrito ao contexto dos países altamente industrializados. Em tais contextos, alguns autores sugerem que se está a viver uma crise profunda, resultado da radicalização da modernidade, originando a alta modernidade (GIDDENS, 2002). De acordo com tais premissas, grosso modo, a alta modernidade tem como uma das características a sensação de desorientação, fruto da grande dificuldade em controlar o resultado global do que se produz em todas as esferas. O que torna mais complexo acompanhar o aspecto bastante acelerado com que as transformações ocorrem a nível mundial. Beck (1997) sugere que vivemos em uma sociedade de risco, sendo que este não é, necessariamente, a consequência da modernidade, mas, sim, resultado do efeito colateral esperado ao longo da produção da modernidade, ou

seja, os riscos foram produzidos de forma consciente pelo desenvolvimento científico e pela produção industrial, embora se esperasse que fosse controlável. Segundo este autor, o risco seria então o novo fator estruturante das sociedades modernas.

De acordo com Gilbert (1998), a crítica ao terceiro argumento sobre desastre concentra no fato do mesmo ser baseado sobremaneira no sistema de significados, por um lado, e, por outro, a não referência aos aspectos geralmente presentes no primeiro paradigma como perdas humanas, destruições, desordens políticos e sociais e problemas morais, colocam-no, por vezes, como demasiado abstrato para a compreensão dos desastres. Embora seja um debate com maior incidência e importância no contexto dos países altamente industrializados, a sinalização para o carácter global do compartilhamento dos riscos produzidos a nível local, tem possibilitado, no mais das vezes, uma intersecção com o segundo paradigma na produção de visões e explicações alternativas ao carácter objetivante do primeiro paradigma. Para o propósito de nossa tese, por conta das intersecções possíveis, guardadas as devidas proporções, vamos considerar o primeiro e segundo paradigma como parte da mesma linha de pensamento. Esse aspecto será demonstrado mais adiante por meio da definição de alguns autores.

Retomando à relação entre os desastres e as instituições, passaremos então a apresentação das reflexões realizadas por Dombrowsky (1998).

2.1.2. “Declaração programática” ou desastre?

Na sua contribuição sobre a problematização do desastre, Dombrowsky (1998) privilegiou uma análise das instituições e organizações. Segundo o autor, muito do que se conhece como definição de desastre, na verdade, não passa de uma “declaração programática”. Ou seja: “aqueles que definem o desastre dizem o que eles pretendem fazer com o processo social chamado desastre, o que é diferente de definir desastre” (DOMBROWSKY, 1998, p.20). O que pretendem fazer, nesse caso, significa os elementos que as organizações têm em mãos para lidar com a situação. Os que definem o desastre vão pensá-lo a partir do seu lugar, sob uma condição específica, implica dizer que “o interesse é menos em focar na possível solução para os problemas que aparecem, mas na aplicabilidade das

soluções vigentes” (DOMBROWSKY,1998, p.20). Ainda segundo o autor, a realidade é manuseada de modo que possa caber na capacidade organizacional para lidar com a mesma. Quando assim suceder, desastre seria a “falsificação empírica da ação humana” (DOMBROWSKY,1998, p.19). Em outras palavras, o que se conhece das compreensões institucionais sobre desastre, em grande medida, seriam resultados de experiências não vivenciadas. Isso ocorreria em razão da “dinâmica interna de autopreservação das instituições” (DOMBROWSKY, 1998, p.22). A falsa causalidade é uma das consequências de tal abordagem. Com ela, espera-se mascarar a realidade, de acordo com o autor.

A maioria dos que usam este conceito identifica uma carência específica, mas quase nunca a descreve como uma deficiência. [...] intencionalmente ou não, a escassez se torna mascarada pela transformação da causalidade em falsa causalidade. O evento foi muito repentino ao invés do tempo foi muito curto. [...] mesmo se a falta de tempo é destinatário, ou seja, dizer que o período de alerta foi muito curto. Quase nunca o sistema de alerta será culpado ou mesmo inadequado e ineficiente. No mais, a falta de capacidade sugere melhorias no treinamento, equipamento e recursos. *Se essa definição é radicalizada nada mais será desastre, mas a falta de capacidade de resolução de problemas* (DOMBROWSKY, 1998, p.24, grifo nosso, tradução livre).

Ao focar nas instituições, Dombrowsky (1998) sugere que a luta pela sobrevivência institucional pode ser anterior a preocupação com os desastres, na medida em que a característica e a capacidade da instituição vai definir o que significa o desastre e, conseqüentemente, as ferramentas disponíveis para lidar com este. Ao tomar em conta tal abordagem, percebe-se que existe uma grande correlação de forças subsumidas na representação do desastre. Hewitt (1998) vai mais ao fundo na abordagem da relação de poder subjacente a definição do desastre.

2.1.3. Perspectivas excluídas na construção social dos desastres

De acordo com Hewitt (1998), a relação de poder subjacente à definição e ao enfrentamento dos desastres a nível local obedece às relações de força

internacionalmente estabelecidas. Existe uma captura e monopolização do debate sobre os desastres por parte de diferentes grupos que têm em comum o domínio do poder político e econômico.

Pode-se dizer que “desastres” tomaram lugar entre um conjunto de noções não relacionadas, tal como meio ambiente, desenvolvimento, população, pobreza, segurança, entre outros. Estes são comumente discutidos como se fossem auto evidente, é a velha realidade empírica. E mais, estes têm sido radicalmente redefinidos para seguir a agenda instrumental moderna, ligando a ciência com práticas profissionais e administrativas (HEWITT, 1998, p.78, tradução livre).

E faz uma crítica a noção do agente externo, como se pode ver no trecho a seguir:

[...] este paradigma [desastre como réplica da guerra] relega a compreensão social para o segundo plano. Se não impossível, colocando a fonte do risco literalmente fora da sociedade “no ambiente” ou em presumíveis forças acidentais repetitivos que irrompem com a sociedade. [...] Encorajam uma visão dicotômica entre “o ambiente e a sociedade”, ambiente como perigo, apontado como inimigo da “sociedade”. [...] por sua vez, comunidades, o público ou a população foram construídos para parecerem vítimas passivas de agentes naturais e tecnológicos. [...] (HEWITT, 1998, p.78, tradução livre).

Desta breve apresentação é importante destacar alguns aspectos, quais sejam: existe uma compreensão hegemônica dos desastres que a concebe como “réplica da guerra”. A sua hegemonia tem a ver, em primeiro lugar, com o fato de ser a primeira representação científica e institucional popularizada. Segundo, as instituições que defendem tal ponto de vista, sejam estas científicas, estatais ou não governamentais, geralmente, possuem maior capital político e econômico, entre outros fatores, o que torna o seu posicionamento bastante consistente na disputa pela nomeação e definição de estratégias para lidar com desastres. O segundo paradigma que concebe o desastre como “expressão da vulnerabilidade social” constitui uma visão alternativa e contra hegemônica.

Os argumentos da presente tese serão desenvolvidos baseados, em grande medida, nas premissas teóricas do segundo paradigma. Passamos, então, a

aprofundar a problematização do conceito de desastre, a partir de autores vinculados ao segundo paradigma.

2.1.4. Diferentes aspectos do conceito de desastre: avançando no debate

A breve apresentação anteriormente realizada reforça a importância da definição conceitual dos desastres, além de nos revelar a grande disputa pela primazia de definir os desastres por parte das diferentes áreas de conhecimento. Tal disputa só é compreensível se atentarmos para o fato de que a definição é o primeiro passo para mobilização de estruturas e recursos para fazer face ao problema. Definir a natureza ou as causas do problema é fundamental para se saber quais ferramentas são necessárias para o seu enfrentamento. Não obstante, para alguns autores, o dissenso existente em torno da definição dos desastres não é necessariamente um problema.

De acordo com Oliver-Smith (1998), o dissenso é um dos aspectos fundamentais da ciência, na medida em que é o que possibilita a emergência de abordagens inovadoras, contribuindo para o seu avanço e consolidação. Kroll-Smith e Gunter (1998) são partidários do dissenso por acreditarem que uma única definição incorre no risco de reduzir e simplificar a concepção dos desastres. De acordo com os autores, só uma definição poderia induzir os pesquisadores ao erro recorrentemente cometido por instituições que atuam na emergência - bombeiro, defesa civil - que seria o de ignorar a multiplicidade de visões e vivências dos indivíduos afetados pelos desastres, produzindo uma compreensão parcial e limitada dos desastres, a qual reflete igualmente nos seus discursos e nas suas práticas.

Para outros autores, o consenso é uma necessidade imperativa para a compreensão e consolidação da pesquisa em desastres. Por exemplo, de acordo com Quarantelli (2005), questões conceituais e de definição constituem a chave de uma pesquisa, por isso, eles exigem muita clareza. Em razão disso, na aceção do autor, há necessidade de os pesquisadores da temática de desastre alcançarem com urgência um consenso sobre o conceito de desastres, sob a consequência de este continuar sendo apropriado pelo senso comum, associando-o a qualquer evento com implicações negativas para a sociedade. Um exemplo de possíveis equívocos, de acordo com o autor, poderia ser o de denominar como desastre

episódios de terrorismo e alguns tipos de conflitos armados. Isso se deve a um foco distorcido, que se dirige às consequências dos eventos ao invés de prestarem atenção às características dos mesmos. Para evitar incorrer a tais erros, o autor sugere a problematização de dois aspectos conceituais que, segundo o mesmo, são de suma importância, a saber: *Quais são as características de um desastre? Desastre é uma ocasião?*

Vejamos, abaixo, uma tentativa de responder a essas questões.

1) *Quais são as características de um desastre?*

Para distinguir desastre e catástrofe, Quarantelli (2005) focalizou as diferenças de comportamento tanto qualitativas quanto quantitativas dos indivíduos e das instituições envolvidas. Um fenômeno seria considerado catástrofe nos casos em que a maioria ou todas as residências da comunidade são afetadas, tornando impossível para os desabrigados se abrigarem na casa dos amigos e parentes, por estes se encontrarem em situação semelhante. Da mesma forma, a maioria das instalações e as bases operacionais das organizações de emergência teriam sido fortemente afetadas ao ponto de não estarem em condições de realizar suas tarefas, não só no período da crise mais intensa, mas também no período de recuperação.

A maioria das funções cotidianas da comunidade é bruscamente interrompida e, simultaneamente, nas adjacências também. Tais características, conclui o autor, não são perceptíveis em desastre cuja afetação em relação a instituições de defesa civil, por exemplo, é menor, possibilitando a estas prover socorro às pessoas afetadas.

2) *Desastre é uma ocasião?*

De acordo com Quarantelli (2005), ao conceber o desastre como um fenômeno social, este não seria mais compreendido apenas como uma manifestação espontânea e ocasional, mas sim como algo articulado e/ou resultante de um processo social. Significa dizer que, ao considerar desastre como uma ocasião muito pontual, alguns pesquisadores estariam negligenciando fenômenos como a seca e a fome, os quais Quarantelli (2005) denomina como *desastres difusos*. Diferentemente da concepção de desastre como uma crise imediata ou de emergência e que demanda respostas também imediatas, *desastres difusos* não apresentam consequências instantâneas, “ultrapassam a dimensão de tempo e

espaço (em termos cronológicos e geográficos) e, por último, demandam repostas planejadas para longo prazo” (QUARANTELLI, 2005, p. 336, tradução livre).

O autor ressalta ainda, que pouco aprofundamento em estudo de tais processos de longa duração talvez se deva ao fato dos mesmos ocorrerem com maior frequência nos países de pouca industrialização, enquanto que a maioria dos estudos sobre desastres, tratados como crise aguda, concentram-se nos países altamente industrializados. A nosso ver, no contexto de países de pouca industrialização, a falta de problematização dos desastres difusos pode ocorrer devido, entre outros, a dois fatores: os eventos difusos como seca, de que decorre a fome e o desabastecimento hídrico crônico, são compreendidos na ótica da normalidade, portanto, banalizados pelas instituições responsáveis pelo provimento dos mínimos vitais para as populações afetadas. O outro fator é que, considerar fenômenos como a fome como sendo um desastre significa desconstruir a ideia de ocasião e pensá-lo a partir da noção de processo, no qual os atores e as relações sociais aparecerão de forma destacada e não mais se poderá culpabilizar só a natureza.

De acordo com Quarantelli (2005), a despeito dos impasses existentes, para compreender a dinâmica da ocorrência de um desastre é preciso tomar em conta dois aspectos fundamentais, a saber:

- ✓ **Primeiro:** os desastres são inerentemente fenômenos sociais.
- ✓ **Segundo:** a fonte de desastres está enraizada na estrutura social ou sistema social.

No primeiro aspecto, o autor propõe o deslocamento da visão de desastre: substituir-se-ia o privilegiamento interpretativo focalizado em um tempo cronológico e um espaço geográfico para um ajuste a um tempo e espaço eminentemente social. Tal deslocamento, de acordo com o referido autor, proporcionaria uma compreensão mais robusta, isso porque se levaria em conta a dinâmica social referente à comunidade afetada, isto é, os seus significados e ritmos próprios. Já no segundo aspecto, o autor propõe que pensemos desastre como consequência de mudança social. Ao pensar a partir de tal pressuposto seríamos levados “as fontes e locais de resistências às medidas de mitigação de desastres” (QUARANTELLI, 2005, p.341, tradução livre).

Pensar desastre como um fenômeno enraizado na estrutura social seria também uma maneira de desconstruir a visão dominante de “desastre natural” e, ao mesmo tempo, teria implicações na forma como o meio científico aborda o assunto, isto é, o novo foco em desastre valorizaria as especificidades do aspecto social ao invés de privilegiar o descortinamento desbalanceado de dinâmicas da natureza, que são vistas como perigos que merecem prioridade de compreensão e grandes somas de recursos para tecnologias de monitoramento.

Por isso, de acordo com o autor: “[...] é impróprio falar de catástrofes “naturais”, como se pudessem existir fora das ações e decisões de seres humanos e suas sociedades” (QUARANTELLI, 2005, p.343) e compreender o funcionamento dessas sociedades se torna imprescindível para evitar esses trágicos episódios.

Neste sentido, o autor define desastres de seguinte maneira:

[...] são manifestações cíclicas de vulnerabilidades sociais latentes, basicamente de deficiências na vida social, estruturas ou sistemas sociais. A fonte ou origem dos desastres está no próprio sistema em que eles aparecem. Eles não devem ser vistos como o resultado de uma força externa [...]. (QUARANTELLI, 2005, p.345, tradução livre).⁵

Por serem os desastres construídos no interior da estrutura social, eles ocorrem, em geral, na relação com os fatores físicos, sobrepondo, entretanto, a dimensão social (QUARANTELLI, 2005). A proposta avançada por Quarantelli (2005) sobre a necessidade de consenso, passa longe da armadilha apontada por Kroll-Smith e Gunter (1998). O autor evita uma definição que enclausura institucionalmente a compreensão dos desastres ao propor a compreensão da natureza ou das condições, as características e as consequências dos mesmos. Ao ter em conta tal aspectos, é possível compreender o processo social do desastre num dado contexto, atentando para as suas dimensões particulares. Dito de outro modo, utilizando as ferramentas teóricas sugeridas por Quarantelli (2005), é possível compreender a produção social dos desastres em lugares como Estados Unidos e Guiné-Bissau, guardando, contudo, as devidas proporções.

⁵ [...] are overt manifestations of latent societal vulnerabilities, basically of weaknesses in social structures or social systems. The source or origins of disasters are in the very system in which they appear. They should not be seen as the result of an external force from outside impacting the social system (QUARANTELLI, 2005, p.345).

Lavell (2003, p.66) define desastre do seguinte modo:

situação social que é desencadeada como resultado de manifestação de um fenômeno de origem natural, socionatural ou antrópica, que, encontrando condições favoráveis de vulnerabilidade na população, sua estrutura produtiva e infraestrutura, provoca alterações intensas, sérias e generalizadas em condições normais de funcionamento do país, região, área, ou comunidade afetada, as quais não podem ser enfrentadas ou resolvidas de forma independente, utilizando-se os recursos disponíveis em ambientes sociais diretamente afetados (Tradução livre).⁶

Na mesma linha de raciocínio, Wisner et al. (2004) propõem uma intersecção entre a vulnerabilidade e eventos naturais. Em tal caso, os fatores sociais - econômicos, políticos, culturais, raciais, de gênero, etários, etc. - seriam considerados fundamentais, mas também enfatizam o que os mesmos denominam de “gatilhos naturais” ou eventos naturais desencadeadores dos desastres. Desastres para os mesmos são eventos naturais, contudo, estes não podem ser compreendidos sem a devida análise da vulnerabilidade socialmente produzida.

De acordo com Wisner et al. (2004), a dimensão subjetiva da compreensão do risco e da vulnerabilidade são importantes, no entanto, inviáveis para a compreensão e “gestão dos riscos”. Reportando a Beck (1997), os autores sugerem que os riscos devem ser realistas, bem como a vulnerabilidade deve ser mensurável para que se possa “gerir os riscos”, tendo em conta a amplitude dos eventos naturais. Embora destaquem a importância do fator social e das relações do poder na produção dos desastres, Wisner et al. (2004) mantêm uma abordagem significativamente objetivante. Reconhecem a dimensão subjetiva baseada no olhar construtivista, mas não como alternativa prática para lidar com os desastres e a produção social da vulnerabilidade. A crítica de Wisner et al. (2004) sobre a viabilidade da concepção construtivista para lidar de forma prática com os desastres foi rebatida por Drake (2016) num artigo em que este analisa as construções

⁶ Situación social que se desencadena como resultado de la manifestación de un fenómeno de origen natural, socio-natural o antrópico que, al encontrar condiciones propicias de vulnerabilidad en una población y en su estructura productiva e infraestructura, causa alteraciones intensas, graves y extendidas en las condiciones normales de funcionamiento del país, región, zona, o comunidad afectada, las cuales no pueden ser enfrentadas o resueltas de manera autónoma utilizando los recursos disponibles a la unidad social directamente afectada (LAVELL, 2003, p.66).

discursivas e as representações sociais em relação a um desastre relacionado a erupção vulcânica na Indonésia. De acordo com o autor, “é preciso ter em conta a intersecção entre a informação e o poder na produção e circulação da representação do desastre no discurso público” (DRAKE, 2016, p.349).

De acordo com o mesmo, em primeiro lugar, é preciso desafiar a crença pública na ciência como produtor de verdades irrefutáveis sobre a complexa realidade do mundo. Crença essa muito comum entre os representantes das instituições governamentais e não governamentais que lidam com o desastre. Informados pelo conhecimento científico, tido como hierarquicamente superior às demais formas de conhecimento, os representantes institucionais tendem a ignorar as representações dos afetados nos desastres que estes vivenciaram e, conseqüentemente, ignora-se o sentido dado por tais grupos sociais sobre o processo e as possibilidades de lidar com a situação baseado no seu repertório sociocultural e contexto ambiental.

Segundo o autor, não está em causa o mérito da ciência, mas sim, a alta expectativa conferida, na maior parte das vezes, ao cientista como produtor de verdades irrefutáveis (DRAKE, 2016). Valencio (2012) realizou uma importante sistematização das diferentes formas de concepção do desastre em disputa no campo dos estudos em desastres, o qual alberga uma grande diversidade de áreas de conhecimento. De acordo com a autora, tal disputa envolve também um enredo complexo de relações sociopolíticas e econômicas. A autora coloca, de um lado, os que definem desastre como o tempo cronológico associado ao perigo manifesto, e os que o definem, principalmente, como uma crise crônica na esfera social. Desastre como uma simples objetivação de uma crise aguda, é caracterizado como “uma situação emergencial na qual, numa circunscrição geográfica reduzida – vista como cenário – os elementos materiais e as pessoas são compreendidos como estando “por um triz”. Ainda de acordo com tal abordagem,

Os fatores de ameaça relacionados ao evento pontual se tornam [...] plenamente objetivados e monitoráveis por uma aparelhagem tecnológica, que é gradualmente mais sofisticada. Os danos humanos e materiais, por seu turno, passam a aparentar igual possibilidade de mensuração e, assim, tanto reparáveis pela intervenção técnica quanto compensáveis, eventualmente, pelo sistema securitário público e/ ou privado (VALENCIO, 2012, p.8).

O desastre visto de forma objetivista é um fenômeno cronologicamente reduzido, algo que acaba sendo passível de gestão e de controle por meio da tecnociência, sobretudo, das áreas de exatas e da saúde; isso se destaca em contraponto à ideia da política (VALENCIO, 2012). Significa dizer que, sob o âmbito da tecnociência, os espaços de decisão são restringidos e totalmente controlados pelo saber técnico, não dando oportunidade para a participação ativa de outras forças sociopolíticas. Os grupos que ali dominam não só orientam a política de “gestão do desastre” por meio de uma visão monológica, como procuram a todo custo escamotear visões diferentes da sua e interpretações alternativa do desastre. Estes grupos possuem maior controle sobre os recursos financeiros do Estado e aqueles provenientes de outros parceiros; além do mais, estabelecem laços políticos importantes que contribuem na manutenção de sua visão dominante.

De outro lado, constam os que entendem desastre como uma crise crônica na esfera social, não desconsiderando, contudo, o aspecto pontual, ou seja, a crise aguda. Em tal perspectiva, os fatores de ameaça, incluso os provindos de forças da natureza, não constituem o centro dos desastres, que está nas relações sociais que configuram certa dinâmica de funcionamento de um dado espaço ou circunstância que se revelou suscetível (VALENCIO, 2012). A partir dessa perspectiva de crise crônica na esfera social, um fato trágico é abordado através de seu processo constituinte. Uma análise levando em conta a interface entre as duas abordagens aqui apresentadas, de acordo com a Valencio (2012, p.15), teria a seguinte vantagem:

[...] poder fazer convergir aspectos da *situação em si* com a do *processo no qual esta situação é produzida*, ou seja, capturar as particularidades do momento mais crítico sem desconsiderá-lo como parte de uma tessitura socioespacial dinâmica mais abrangente.

Em suma, desde uma perspectiva sociológica, Valencio (2012, p.11) propõe que concebamos a proliferação dos desastres contemporâneos como expressão de três crises simultâneas: “a crise aguda, no âmbito de uma localidade; uma crise crônica, concernente a um enfoque histórico-regional e uma crise civilizatória, no global”. Para compreender esta última escala é preciso ficar atento aos seguintes aspectos:

[...] não é apenas o contexto sócio-histórico de uma nação específica o que conta, mas a sua adesão, dominante ou subordinada, *ao modo de produção capitalista*, que desenha os atores e a racionalidade que usurpam e cerceiam continuamente, as possibilidades de um projeto genuíno de bem-estar social no nível global (VALENCIO, 2012, p.11).

A compreensão do desastre como o tempo cronológico associado ao perigo manifesto é o que orienta o discurso e as práticas dos atores envolvidos de forma dominante na construção de políticas socioambientais relacionadas às mudanças climáticas na Guiné-Bissau.

A construção da presente tese é orientada pela compreensão do desastre como uma crise crônica na esfera social, considerando, contudo, a importância da dimensão pontual. Compreendemos que a vulnerabilidade constitui uma das expressões máximas de tal crise. Por isso, passaremos a sua problematização, apresentando aspectos do debate internacional sobre o mesmo, assim como o modo como nos apropriamos deste conceito para explicar como historicamente este tem sido produzido na Guiné-Bissau, a partir de sua inserção global.

2.1.5. Vulnerabilidade

A inovação paradigmática liderada por Quarantelli, a qual tornou os desastres objeto de estudos em sociologia, deslocou a dimensão da vulnerabilidade da margem para o centro da temática. Tal deslocamento não ocorreu somente entre os sociólogos ou cientistas sociais, mas também no seio das demais áreas de conhecimento que têm o desastre como seu objeto de estudo. Ao optar por análise das raízes dos desastres na presente tese, elegemos problematizar a vulnerabilidade e a forma como esta tem sido construída, por acreditar que ela explica melhor o processo dos desastres, e nos oferece melhores subsídios para problematizar as políticas relacionadas a sua redução.

A compilação das diferentes definições do conceito de vulnerabilidade existente foi feita por vários autores (ADGER; KELLY, 2000; 2006; O'BRIEN; LEICHENKO, 2000; WISNER et al., 2004). Em tais sistematizações, realizaram-se análise dos diferentes usos que se faz do conceito de vulnerabilidade, além de buscarem compreender como o sentido dado ao conceito pode influenciar o rumo dos estudos ou das relações e práticas sociopolíticas, bem como a proposição de

políticas com vistas a sua superação. Wisner et al. (2004) em um estudo com características multidisciplinar, mapearam, aquelas que, na sua acepção constituem as quatro tendências principais existentes em termos de compreensão da vulnerabilidade, quais sejam:

Primeira tendência: a capacidade de autoproteção dos indivíduos. Em tal entendimento, existem processos sociais, políticos, econômicos, entre outros, que tornam os indivíduos vulneráveis. Nesse sentido, a redução da vulnerabilidade ocorre por meio da adequação da capacidade de resistência dos indivíduos frente aos desafios representado pela dinâmica social.

Segunda tendência: busca quantificar a vulnerabilidade, tendo como fim último a planificação e criação de políticas públicas. A mensuração é de base economicista e é uma tendência elaborada e regida entre as diferentes agências das Organizações das Nações Unidas, o FMI, o Banco Mundial, os Estados Nacionais, etc. A redução da vulnerabilidade, a partir de tal concepção, passa, geralmente, por uma solução mercadológica, tendo sempre como pano de fundo a ideia de desenvolvimento.

Terceira tendência: a vulnerabilidade é compreendida a partir das afetações socioculturais, psicossociais e subjetivas. De acordo com os autores, essa tendência é complementar à convergência pela mensuração dos indicadores da vulnerabilidade que podem ser verificáveis: mortalidade, danos físicos, entre outros.

Quarta tendência: de acordo com os autores, tem como foco as características sociais de certos grupos sociais, que ultrapassa as dimensões socioeconômica, da situação de perigo ou localização geográfica. Trata-se, nesse caso, de características como gênero, idade, etnicidade, nacionalidade, entre outros. A redução da vulnerabilidade passa pela criação de políticas específicas.

No mapeamento realizado por Wisner et al. (2004), as relações de poder e a dinâmica sociopolítica não aparecem de forma relevante como um dos principais aspectos de produção da vulnerabilidade em nenhuma das quatro tendências. Entretanto, tais aspectos já estavam presentes em estudos como o de O'Brien e

Leichenko (2000), o qual se tornou uma referência importante nos estudos sobre vulnerabilidades relacionadas às mudanças climáticas.

O'Brien e Leichenko (2000) sugeriram uma abordagem que interseccionasse os processos de globalização, sobretudo, na sua vertente econômica e comercial, e o processo das mudanças do clima. A soma dos desafios da globalização socioeconômica e das mudanças climáticas vão resultar naquilo que O'Brien e Leichenko (2000) denominaram de *dupla exposição*. Ao analisar o impacto simultâneo das mudanças climáticas e da globalização econômica, os autores asseveram que os dois processos tendem a criar efeitos deletérios em sociedades mais fragilizadas, as quais têm “dependido” de recursos financeiros oriundos de países industrializados para viabilizar políticas, tanto para lidar com as mudanças do clima, quanto para promover o desenvolvimento. A configuração criada por essa dupla - globalização e mudanças climáticas - tende a reproduzir e perpetuar a relação entre “ganhadores” e “perdedores”, tanto a nível global, como a nível local (O' BRIEN; LEICHENKO, 2000).

De acordo com os dois autores, existem duas formas de interpretação de “ganhadores” e “perdedores”, a saber: o ponto de vista econômico e o ponto de vista ecológico.

a) Interpretação econômica

A interpretação econômica teria como base duas correntes teóricas, a saber: a teoria econômica neoclássica e a teoria sociopolítica e econômica marxista. Em geral, os simpatizantes da teoria neoclássica, de acordo com O'Brien e Leichenko (2003), sugerem que “ganhadores” e “perdedores” resultam de um processo natural de competição, portanto, “livre mercado” seria a solução para a superação em longo prazo das diferenças, na medida em que ajustes ocorrerão naturalmente transformando os indivíduos em ganhadores, por meio de oferta de produtos de melhor qualidade a baixo custo, resultado da competição livre.

Por outro lado, grosso modo, os simpatizantes da teoria marxista compreenderiam a desigualdade como resultado de práticas sociopolíticas e econômicas, sendo que a expansão do capitalismo e o “livre mercado” tenderiam a

aprofundar e perpetuar a relação entre ganhadores e perdedores, ao invés de criar o equilíbrio advogado pelos neoclássicos.

b) Interpretação ecológica

A interpretação ecológica, de acordo com O'Brien e Leichenko (2003), é baseada em três paradigmas, a saber: Darwinismo social, Determinismo Ambiental e Ecologia Política. O *Darwinismo social* teria como proposta a naturalização das relações sociais. Tal aspecto é demonstrado na citação que se segue:

Perspectivas baseadas no darwinismo social atribuem tendências para ganhar e perder à explicações genéticas e evolutivas. Este entendimento é inspirado pelas teorias da evolução e da seleção natural de Darwin. Como desenvolvido por Herbert Spencer no final do século XIX, darwinismo social argumenta que como os organismos, as sociedades evoluíram por um processo natural pelo qual os membros mais aptos sobreviveram e foram os mais bem sucedidos (O'BRIEN; LEICHENKO 2003, p.92 , tradução livre).⁷

Portanto, de acordo com esta teoria, “ganhadores” e “perdedores” são definidos pela capacidade natural que os indivíduos têm de fazer frente aos desafios e as adversidades que lhes são apresentados. Nesse sentido, seria natural a existência de “ganhadores” e “perdedores”, não devendo ser alvo de intervenção ou tentativa de equilíbrio por parte dos Estados-nacionais, por ser contra a natureza das coisas.

O *determinismo social*, de acordo com O'Brien e Leichenko (2003), surge como uma alternativa ao Darwinismo social, este último alvo de severas críticas, entre outras limitações, pelo seu viés racista. Entretanto, de acordo com os autores, o determinismo social não foge muito do argumento apresentado pelo primeiro.

"Segundo este paradigma, vencedores são susceptíveis de ser associados com ambientes favoráveis conducentes a produtividade e

⁷ Social Darwinist perspectives attribute tendencies for winning and losing to genetic and evolutionary explanations. This understanding is inspired by Darwin's theories of evolution and natural selection. As developed by Herbert Spencer in the late nineteenth century, social Darwinism argues that like organisms, societies have evolved by a natural process whereby the fittest members survived and were the most successful (O'BRIEN e LEICHENKO, 2003, p.92).

a eficiência, enquanto que os perdedores são susceptíveis de ser produtos de ambientes difíceis, marginais ou perigosas "(O'BRIEN; LEICHENKO, 2003, p.93, tradução livre).⁸

Portanto, o meio social em que os indivíduos se encontram seria fundamental para definir a sua condição de “ganhadores” ou “perdedores”. O terceiro paradigma, o da *política ecológica*, diferentemente das duas primeiras opções, a interpretação econômica e a ecológica, propõe análise dos fatores sociais que influenciam na relação com o meio ambiente. Ou seja,

[...] Vencedores e perdedores são considerados resultados de processos sociais e políticos racionais. No entanto, esses processos interagem com as condições ecológicas em diferentes escalas espaciais e temporais para moldar vencedores e perdedores. Vencedores e perdedores não constituem posições absolutas e definitivas, ou pré-determinada; ao contrário, eles constituem resultado da interação da natureza com a sociedade (O'BRIEN; LEICHENKO , 2003 , p.93).⁹

De acordo com a perspectiva da política ecológica, o modo como os indivíduos interagem com a natureza seria de suma importância para compreender a relação entre “ganhadores” e “perdedores”, entretanto, um fator decisivo seria as relações sociopolíticas nas sociedades em que os indivíduos estão inseridos. Ao lado de Adger e Kelly (2000) e outros, O'Brien e Leichenko (2000), ao focarem na dimensão social da vulnerabilidade, construíram um olhar alternativo sobre impactos e possíveis respostas aos eventos extremos projetados por diferentes instituições, entre estes o Intergovernamental Panel on Climate Change - IPCC (2001). Os estudos anteriores tinham um viés das ciências naturais, o entendimento dominante sobre a vulnerabilidade era informado por tal viés.

⁸ “According to this paradigm, winners are likely to be associated with favorable environments conducive to productivity and efficiency, whereas losers are likely to be products of difficult, marginal, or hazardous environments” "(O'BRIEN e LEICHENKO, 2003, p.93).

⁹ [...] winners and losers are considered a rational outcome of ongoing social and political processes. However, these processes interact with ecological conditions across different spatial and temporal scales to shape winners and losers. Winners and losers are not considered to be absolute, definitive, or predetermined; rather, they are the consequences of nature society interactions (O'BRIEN e LEICHENKO, 2003, p.93).

Paradoxalmente, com a afirmação, ainda que restrita, das ciências sociais no campo dos estudos das mudanças climáticas e suas implicações socioambientais, a adaptação como um “processo social” passou a ser a principal proposta para fazer face a vulnerabilidade relacionada às mudanças climáticas (ADGER et al., 2011; 2013; ERIKSEN et al., 2011; LEICHENKO; O'BRIEN; SOLECKI, 2010; O'BRIEN, 2010; 2012; 2014; O'BRIEN; WOLF, 2010; O'BRIEN et al., 2012; SOLECKI; LEICHENKO; O'BRIEN, 2011).

Os autores supracitados têm avançado com significativas propostas de adaptação ou ajustamento aos riscos existentes ou projetados. Tal deslocamento analítico, contudo, tem sido objeto de muita crítica. Ribot (2011) é um dos que realizam uma análise crítica de tal aspecto. De acordo com o autor, o problema do deslocamento da prioridade de “redução da vulnerabilidade” para “adaptação” é que tal opção oculta armadilhas significativas, as quais passamos apresentar. Primeiro, o foco na adaptação demanda atenção para os riscos climáticos e socioambientais, ao invés das dinâmicas sociais e relações de poder que produzem a vulnerabilidade. Adaptação significa resposta ou ajustes em relação ao perigo identificado. Ocorre, de acordo com Ribot (2011), uma naturalização do problema, por conseguinte, a resposta também é naturalizada. A partir disso, ignora-se a causa do problema, sem a qual não se pode chegar a uma resposta razoável. Existe, portanto, certa fatalidade, mas também conformismo em tal concepção, ao propor adequações paliativas à nova situação, sem, no entanto, mexer nas estruturas e nas relações que a produzem.

Segundo, o termo adaptação, de acordo com o Ribot (2011, p.2), remete à uma “ética do darwinismo social”. Aqueles que não conseguem se adaptar são tidos como incapazes e fracos. Em grande medida, são tidos como culpados por sua incapacidade de se ajustar aos desafios e fazer face às adversidades. O ônus da adaptação, portanto, é reservado a estes sujeitos que são considerados desajustados. Pela sua dificuldade de se ajustar, seu conceito sobre a territorialização, modo de vida, estar no mundo, entre outros aspectos, não são importantes, por isso, constantemente são ignorados. Aqueles que tomam para si ou são encarregados da responsabilidade de ajudar tais sujeitos no enfrentamento das adversidades socioambientais agem como se fossem os únicos portadores do saber, da verdade e da solução, tendem, portanto, a estabelecer uma relação do tipo paternalista. Em tal relação, em geral, está em disputa o saber popular e o saber

científico; a tecnologia popular e a tecnologia científica, além de vários outros aspectos encarados sempre de forma dicotômica. No fundo, tal relação subentende a ideia do atraso e da evolução natural. Baseado no raciocínio do Ribot (2011), pode-se afirmar que a adaptação sugere ajustes contínuos, já que as projeções apontam para uma alta variabilidade climática e socioambiental no futuro (IPCC, 2007, 2014; PANA, 2011). Por fim, o autor sugere que manter o foco sob perspectiva da vulnerabilidade, com todas as suas limitações, oferece melhores possibilidades de uma análise causal mais ampla, proporcionando possibilidades de medidas mais efetivas diante dos riscos que são socialmente produzidos. Se a perspectiva interpretativa da adaptação potencializa medidas paliativas, a da vulnerabilidade possibilita medidas mais robustas, as quais, poderão diminuir significativamente os custos de adaptação a médio e longo prazo. Possibilita, nesse sentido, medidas estruturais e transformadoras (RIBOT, 2011).

Procurando compreender a vulnerabilidade anterior aos fatores relacionais socioambientais, lançamos mão da conceituação proposta por Acseirad (2006). A proposta do autor desloca de modo radical o conceito de sua concepção como um estado de carência, comum na maioria das definições, para sua compreensão como resultado de relações sociopolíticas, as quais concorrem para criar, aumentar ou diminuir a fragilidade de indivíduos e grupos sociais. Isso, entretanto, não significa que os sujeitos da relação que são passíveis de vulnerabilização são vistos nesse trabalho como passivos (RIBOT, 2011). Longe disso. Significativas formas de resistência foram e continuam a ser construídas, e estas serão destacadas ao longo da tese. A seguir, passamos a maior detalhamento sobre essa abordagem.

2.1.6. Vulnerabilização

De acordo com Acseirad (2006, p.1), a opção pelo termo vulnerabilização, ao invés de vulnerabilidade, tem a ver com o seguinte:

A disposição a tratar as condições de vulnerabilidade como uma questão de direitos humanos. [...] é apresentada também como destinada a vinculá-las às suas raízes sociais mais profundas, estimulando e potencializando a mobilização das pessoas para a transformação destas condições.

Como demonstramos anteriormente, a acepção de vulnerabilidade ancorada na capacidade dos indivíduos e grupos sociais de responder a um determinado fator de estresse tem fortes procedências da ideia do Darwinismo Social. Por isso, optamos por resgatar o histórico da relação que tem produzido e aprofundado a desigualdade social na medida em que esta é determinante para o processo de vulnerabilização. Por outro lado, permite que se qualifique, em relação ao aumento ou não da vulnerabilização, as medidas paliativas que são acionadas para fazer face aos fatores de estresse e a denominada, nos documentos oficiais, condição de vulnerabilidade.

Neste caso a pergunta se poria sobre os mecanismos que tornam os sujeitos vulneráveis e não sobre a sua condição de destituídos da capacidade de defender-se (o que, diga-se de passagem, é fundamental do ponto de vista da constituição de sujeitos coletivos, mas desde que em confronto com as obrigações públicas que lhes são devidas como direitos e que devem, em primeiro lugar, ser cobradas). [...] (ACSELRAD, 2006, p.2)

Além do mais, “focalizar-se-á neste caso a proteção aos cidadãos como responsabilidade política dos Estados democráticos, em lugar apenas de se mensurar os déficits nas capacidades de autodefesa dos mesmos” (ACSELRAD, 2006, p.2).

No primeiro caso, sublinha-se algo que lhes é devido como um direito – o que aponta para o conjunto de decisões de natureza distributiva intercorrentes; no segundo, para algo que lhes falta, capacidade que buscar-se-á atribuir-lhes ou dizer pretender atribuir-lhes. [...] Neste caso, pretende-se dar ao cidadão algo que “ele não tem”, enquanto no anterior, aponta-se para o processo através do qual esta capacidade de autodefesa “lhe é em permanência subtraída” – através do que chamamos de relações de vulnerabilidade (ACSELRAD, 2006, p.2).

Portanto, de acordo com o autor, ao tomar a vulnerabilidade como um processo decorrente de um conjunto de relações,

A condição de vulnerabilidade é, pois, socialmente construída. Ela será sempre definida a partir de um ponto de vista. Sabemos que os grupos sociais convivem com horizontes e expectativas de vida distintas: quanto mais estreito for o arco das expectativas, maior a

propensão a aceitar condições, em outras circunstâncias, momentos e lugares, inaceitáveis. Ou seja, a desigualdade [...] compromete a capacidade dos mais “vulneráveis” livremente expressar sua vontade (ACSELRAD, 2006, p.3).

Partindo do pressuposto de que a vulnerabilização é resultado da interação social de caráter sociopolítico, mobilizamos aqui o conceito de “colonialidade” para subsidiar o entendimento do modo como se constrói a vulnerabilização do ponto de vista transescalar.

2.1.6.1. Colonialidade do poder como produção radical da vulnerabilização

Para problematizar a política socioambiental de adaptação às mudanças climáticas e suas implicações na produção social da vulnerabilidade e dos desastres na Guiné-Bissau, é preciso, antes de tudo, compreender a inserção do país no cenário mundial (VALENCIO, 2012). A Guiné-Bissau, como será demonstrado de forma aprofundada mais adiante, constitui um dos países de recente descolonização, menos de cinquenta anos. Embora independente administrativa e territorialmente, é em grande medida, por meio da dependência política e econômica de seus parceiros bilaterais e multilaterais, inclusive do ex-colonizador, que o país mantém a funcionalidade de suas instituições de Estado. A dependência referida é resultado de uma relação sócio-histórica, política, cultural e econômica, cuja ruptura ocorrida de forma violenta com os colonizadores diretos, por si só, não foi capaz de superar. Tal relação de dependência opera no âmbito internacional, entretanto, tem igualmente significativos reflexos na forma como os guineenses se relacionam a nível nacional, como vamos mostrar mais adiante.

Para nos auxiliar teoricamente na análise da relação nacional e internacional no âmbito das políticas socioambientais, lançamos mão de autores que vêm fazendo importantes reflexões sobre aspectos fundamentais dos padrões modernos da relação do poder a nível global. Estes autores têm problematizado a relação de poder, parafraseando o Hewitt (1998), a partir das perspectivas excluídas na produção e circulação global hegemônica do conhecimento.

Referimos aos autores do grupo Modernidade/Colonialidade, os quais propõem uma perspectiva decolonial de produção de conhecimento. Um dos

esforços fundamentais deste grupo é a crítica à sociedade capitalista moderna. Entre outros, trouxemos para a discussão as reflexões feitas por, Castro-Gómez (2007), Grosfoguel (2008, 2016), Maldonado-Torres (2007), Mignolo (2007, 2013) e Quijano (2005, 2007). Lançamos mão, igualmente, das reflexões de Santos (2002, 2007 e 2011), o qual, a partir do diálogo permanente com os autores anteriormente citados, tem trazido importantes contribuições para o debate dentro da temática.

2.1.6.1.1. O que é colonialidade?

A colonialidade nasce a partir do colonialismo. Contudo, ao assumir uma dimensão global como modelo de relação de poder e de dominação, extrapola o contexto sócio-histórico e o espaço-tempo de sua emergência (QUIJANO, 2007). O termo colonialismo refere-se à uma “estrutura de dominação/exploração, no qual o poder político, os recursos de produção e de trabalho de uma dada população são controlados por outras populações de diferentes identidades, cuja sede central é estabelecida em outro território” (QUIJANO, 2007, p.93). Este sistema foi fundado nas Américas pelos europeus, tendo sido reproduzido na Ásia, na África e na Oceania.

O conceito de colonialidade, por sua vez, surge como resposta a ideia de que a independência das ex-colônias europeias, com a inserção do ocidente na chamada “pós-modernidade”, passou-se a viver num mundo em que as relações coloniais foram de todo eliminadas. Tal perspectiva teórica a partir da análise sócio-histórica, cultural e econômica procura identificar a permanência dos padrões de poder estabelecidos desde a colonização (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007; MIGNOLO, 2007, 2013). Tais permanências, de acordo com os autores, podem ser observadas na divisão social e territorial do trabalho, na hierarquização étnico-racial das populações, entre outros aspectos. Sugerem que a colonialidade tomou uma dimensão global, e constitui uma das principais características dos tempos atuais.

Nesse sentido, em lugar de sociedade capitalista moderna, que representaria uma visão parcial do que é a contemporaneidade, sugerem o uso do longo termo “sistema-mundo europeu/euro-norte americano capitalista/patriarcal moderno/colonial” (GROSGOUEL, 2008). Como parte do empreendimento de dominação e exploração colonial, os colonizadores produziram um modelo

racializante da diferenciação social que representa os europeus como grupo superior, o que justifica a sua posição de dominador, e os não-europeus como inferiores, o que confirma a sua condição de dominados. A naturalização das diferenças incide sobre os seguintes atributos: sexo, idade, força de trabalho e fenótipo (QUIJANO, 2005, 2007).

Segundo Quijano (2005, 2007), o sexo e a idade, os quais constituem atributos biológicos, constituem, desde há muito tempo, categorias de diferenciação social, as quais são operadas por meio da categorização das funções sociais atribuídas às pessoas de diferentes sexos e idades. Contudo, é a partir da colonização da América que se vai adicionar a dimensão do fenótipo, dando-lhe, ao contrário dos demais, um atributo biológico no sentido de operacionalizar a ideia da diferença por via da natureza.

A cor da pele não possui nenhuma implicação na estrutura biológica do indivíduo, nem nas suas capacidades históricas (QUIJANO, 2005). Por outro lado, o tipo de trabalho a ser executado, seja “manual” ou “intelectual” não possui nenhum vínculo com a estrutura biológica de quem os executa. As diferenças baseadas no argumento biológico e da natureza, portanto, foram socialmente construídas e só são compreensíveis no escopo da relação de poder, da consolidação do domínio sobre o outro, o qual precisa dos mecanismos subjetivos para sua reprodução (QUIJANO, 2005).

A categoria “raça” resulta, portanto, da diferenciação social do fenótipo como atributo natural. Tal diferenciação possibilitou, de acordo com o autor, a emergência de um novo modelo de classificação social do capitalismo mundial. É por meio de tal arranjo que se operou a divisão social e territorial do trabalho, em que aqueles classificados como a base da pirâmide na hierarquia racial foram submetidos à escravidão e servidão, entre outras formas degradantes de ser e estar no mundo. Significa dizer que a hierarquização estabelecida também foi utilizada como critério para definição da humanidade dos indivíduos e grupos. A racialização constituiu, nesse sentido, a principal base da legitimação da colonialidade. Ela incidiu sobre as bases materiais, mas também sobre o aspecto subjetivo dos sujeitos colonizados, este último de capital importância para possibilitar a efetivação do primeiro e de toda a relação de poder.

De acordo com Quijano (2007), uma das principais implicações da consolidação da colonialidade do poder foi a destruição das estruturas sociais das

populações colonizadas cujos saberes intelectuais e meios de expressão foram suprimidos de forma mais radical possível. Em territórios em que as resistências possibilitaram a permanência dos aspectos socioculturais e subjetivos dos povos colonizados, estes passaram a conviver de forma subordinado, sendo a perspectiva eurocêntrica hegemônica na relação. Esse processo significou a deslegitimação de outras formas de representar o mundo com implicações negativas na construção das subjetividades dos indivíduos e grupos sociais não europeus.

A colonialidade conseguiu se estabelecer como o padrão mundial do saber e de produção de conhecimento (QUIJANO, 2007). Uma das implicações de tal afirmação em territórios colonizados é que a cultura europeia se transformou em uma grande referência, uma meta a ser alcançada. Significa dizer que se para o europeu o futuro é incerto, precisa ser imaginado, projetado e construído, para o não europeu aquele informado pela referência colonial, a Europa é o futuro. Para este último, não há nada de novo a ser inventado. É preciso seguir a trilha já construída para alcançar aquela que é tida como a referência mais avançada do desenvolvimento humano e social. Em territórios colonizados, a cultura europeia hegemônica passou a constituir uma importante ferramenta de poder (QUIJANO, 2005).

O acesso ao poder passa, no mais das vezes, necessariamente, pela apropriação, incorporação e operacionalização das hierarquias criadas pela colonialidade. A Europa hegemônica conseguiu se transformar em referência universal, em grande medida, por meio da instrumentalização de um dos maiores produtos e pilares da modernidade: a ciência moderna. Esta última, desde os primórdios, foi representada como neutra, deslocada de forma radical de quaisquer vícios, sobretudo, aqueles associados às influências socioculturais, que pudessem colocar em causa a veracidade e legitimidade dos resultados produzidos. A tal representação, Castro-Gómez (2007) denominou de “Hybris do ponto zero”.

O “ponto zero” seria o espaço a partir do qual os cientistas modernos europeus se libertaram das possíveis amarras relacionadas a sua pertença à determinada sociedade, de modo que pudessem produzir um conhecimento objetivo e neutro, quantificável e verificável empiricamente, passando este a ser passível de universalização. O conhecimento que se produz fora do “ponto zero” não tem validade pelos vícios inerentes a sua produção. Nesse sentido, é um conhecimento parcial, particular, no máximo passível de servir de objeto de estudo daqueles que

partem do “ponto zero”. Significa dizer que os conhecimentos que não cumprem os critérios modernos de produção não são válidos e muito menos passíveis de universalização (CASTRO-GÓMEZ, 2007).

É a partir da construção da neutralidade, seguindo os critérios modernos europeu, que se desqualifica e se elimina outros processos de produção de conhecimentos e outras formas de epistemologia. O processo da eliminação de epistemologias outras, ocorreu tanto dentro como fora da sociedade europeia. É, igualmente, desta forma que a ciência moderna é posicionada como o produto mais avançado da cultura humana, única capaz de alcançar a consciência universal (GROSFOGUEL, 2008).

De acordo com Maldonado-Torres (2007), a partir da ideia de “ponto zero” criou-se um conjunto “neutro” de padrões mundiais de cultura, de senso comum, de autoimagem, da construção subjetiva dos indivíduos, etc., os quais têm em comum a relação de exclusão com os padrões que não se adequam aos estabelecidos. A ideia de “ponto zero”, classifica o conhecimento científico moderno não como superior, mas como único. Significa dizer que fecha para a possibilidade de dialogar com qualquer forma de conhecimento que não tenha partido de tal ponto.

Um dos principais desafios do grupo Modernidade/colonialidade tem sido o de problematizar a pretensa universalidade e caráter abnegativo do conhecimento ocidental moderno hegemônico, o qual, assim como as demais formas de conhecimento é produzido e feito circular a partir de um *locus* de enunciação. Este último seria abalizado pela localização geopolítica no sistema mundial moderno/colonial e “pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo” (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p.19).

Outra perspectiva subalterna crítica à racionalidade moderna ocidental hegemônica e as relações de poder global que nos interessa na presente tese é a do Santos (2002, 2007, 2011). Este autor caracteriza a racionalidade moderna ocidental hegemônica como uma razão indolente. Razão indolente é, de acordo com Santos (2002, 2007, 2011), equivalente ao conceito de colonialidade anteriormente apresentado. Esta manifesta-se de quatro maneiras: “razão impotente”, “razão arrogante”, “razão metonímica” e “razão proléptica” (SANTOS, 2002, p.239-240). As duas últimas interessam particularmente ao escopo do presente estudo.

A razão metonímica, de acordo com Santos (2002), é aquela que reivindica para si a exclusividade da racionalidade. Ela surge como um conhecimento

alternativo, resultado do seu deslocamento da racionalidade total oriental. Segundo Santos (2002), a razão oriental é constituída por um conhecimento verdadeiramente totalizante, por abranger múltiplas possibilidades de mundo e de tempos. Nesse sentido, por possuir um caráter abertamente totalizante, não reivindica a totalidade, muito menos subordina e hierarquiza as partes que a representam. O deslocamento da razão metonímica, caracterizada como “parte trânsfuga da razão oriental” (SANTOS, 2002, p.243), teria ocorrido tendo como pano de fundo o imperativo do desenvolvimento do capitalismo. Este teria ocorrido por meio da redução da multiplicidade do mundo ao mundo terreno, e da multiplicidade do tempo ao tempo linear (SANTOS, 2002).

Dois fatos teriam sido fundamentais em tal processo, a saber: a redução da multiplicidade do mundo ao mundo terreno por meio da secularização e da laicização; e a redução da multiplicidade do tempo pela ideia do progresso e da revolução (SANTOS, 2002). Ambos os processos de redução ocorreram de forma violenta, significando, no mais das vezes, silenciamento, destruição e negação, sobretudo, daqueles que se encontram situados fora do ocidente. A problematização da relação entre a religião e o capitalismo realizado pelo teórico alemão Max Weber constitui, para Santos (2002), uma importante referência para compreender como se deu a redução do mundo ao mundo terreno.

Por outro lado, a redução da multiplicidade de tempo ao tempo linear daria origem a razão proléptica. Ao reduzir a multiplicidade do tempo em um tempo linear, tendo como única referência o progresso do ocidente, as demais sociedades passam a ser representadas tendo como referência as formas de sociedades hegemônicas ocidentais. Significa dizer que as demais sociedades passaram a representar o passado da Europa, assim como a Europa passou a representar o futuro dos demais, o último estágio a ser alcançado, seguindo a linearidade da racionalidade ocidental. A representação sempre baseada numa relação dicotômica e hierarquizada. Em tal relação, como havíamos referido, a imaginação e o raciocínio pertencem àqueles que dominam, aos demais, subalternizados, cabe a imitação, uma tarefa que as desobriga de pensar.

Partindo do pressuposto de que existem *locus* de enunciação, de que os discursos e os sujeitos de enunciação são situados, as reflexões do grupo modernidade/colonialidade e aquelas realizadas por Santos constituem para o presente trabalho um importante subsídio para analisar e compreender o debate

internacional sobre as mudanças climáticas e as políticas globais e locais que decorrem de tais debates.

Partindo das reflexões acima a opção nesta tese é de uma análise de como se produz a relação de vulnerabilização do povo guineense, de forma transescalar, no âmbito do tema das mudanças climáticas. Para isso, analisamos os discursos hegemônicos na esfera internacional, como eles circulam e são apropriados a nível nacional da Guiné Bissau e quais as suas implicações em termos da construção das políticas socioambientais. Tendo em conta o fato de que a relação entre os indivíduos, os grupos sociais e o Estado na Guiné-Bissau são mediados por vários atores e instituições nacionais e internacionais, isso transcende a relação binária Estado/Sociedade, exigindo que alarguemos a abrangência da análise da relação de poder para contemplar outros atores políticos, nacionais e internacionais, tanto aqueles que se posicionam visivelmente, como aqueles que atuam nas sombras, destacadamente um fórum multilateral, as Conferência entre as Partes (COPs) e as ONGs ambientalistas.

2.2. Considerações Finais do Capítulo

No presente capítulo, realizamos a problematização das teorias e conceitos que balizaram a nossa análise na presente tese. E em primeiro lugar, nos concentramos na apresentação do histórico do debate sobre os desastres. Entre os três principais paradigmas que o constituem, até então, como uma base dos estudos em desastres, dois se destacam, desastre como “réplica da guerra” e desastre como “expressão da vulnerabilidade”. O primeiro é mais antigo e hegemônico e o segundo é mais novo e gradualmente vem saindo de sua condição marginal.

O desastre como “réplica da guerra” tem um caráter objetivante e, entre outros, traduz complexos problemas sociais em números, além representar os eventos da natureza e outros fatores externos como a causa dos desastres. Pela praticidade e facilidade que aparenta oferecer na resolução dos problemas relacionados aos desastres, o primeiro paradigma constitui preferência das instituições do Estado e Organizações Não-Governamentais, dos centros de estudo que se dedicam às ciências exatas e naturais. Pela sua redução da realidade a algo quantificável e mensurável, que se resolve por intermédio de tecnologias

sofisticadas e operações militares, assumimos uma posição crítica em relação ao mesmo.

Lançamos mão do segundo paradigma, o qual entende os desastres como “expressão da vulnerabilidade”, portanto, algo complexo, o qual deve ser objeto de uma análise profunda de suas raízes no interior da sociedade. Ao optar por uma análise baseada neste paradigma, procuramos então problematizar o que seria a vulnerabilidade que o desastre expressa. Isto é, qual é a sua característica e como ela é socialmente produzida. As respostas às questões colocadas oferecem importantes pistas de como a mesma pode ser reduzida ou desconstruída.

Entre várias definições de vulnerabilidade, optamos por aquela que a concebe como resultado de proteção desigual por parte do Estado, o qual é diretamente responsável pela sua produção ao adotar a diferenciação, a violência e a hierarquização na relação com os seus cidadãos por meio de vários critérios. Para enriquecer as possibilidades analíticas da produção de vulnerabilidade recorreremos ao conceito de colonialidade, o qual constitui um conceito essencial, por possibilitar uma análise transescalar, ao contemplar os três níveis das relações do poder, internacional, nacional e local.

No capítulo a seguir, apresentamos as dimensões geográficas, climáticas, históricas, sociopolíticas e culturais da Guiné-Bissau. Apresentamos, de igual modo, as dinâmicas de construção social da territorialização por seus diferentes povos constituintes, destacando os diferentes momentos, os atores e as relações de poder. Com a problematização de tais aspectos, objetivamos apresentar o modo como se constrói a vulnerabilização, que tem na colonialidade o seu ponto máximo. Para isso, procuramos nos orientar por uma narrativa da formação social embasada nos processos endógenos do continente, distanciando-nos da narrativa baseada somente em registros coloniais que, de forma parcial e enviesada, apresentam a história do continente africano tendo como ponto de partida o que os europeus vão denominar da “descoberta” da África.

CAPÍTULO 3 . CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DA GUINÉ-BISSAU: TENSÕES, CONFLITOS POLÍTICOS E SOCIOAMBIENTAIS

3.1. Guiné-Bissau: Localização Geográfica e Aspectos Gerais

A Guiné-Bissau encontra-se localizada na região ocidental do continente africano, entre a República do Senegal e a República da Guiné-Conacri (ver figura 1). Possui fronteira com este último ao sul e ao leste e com o primeiro ao norte (RGB, 2005).

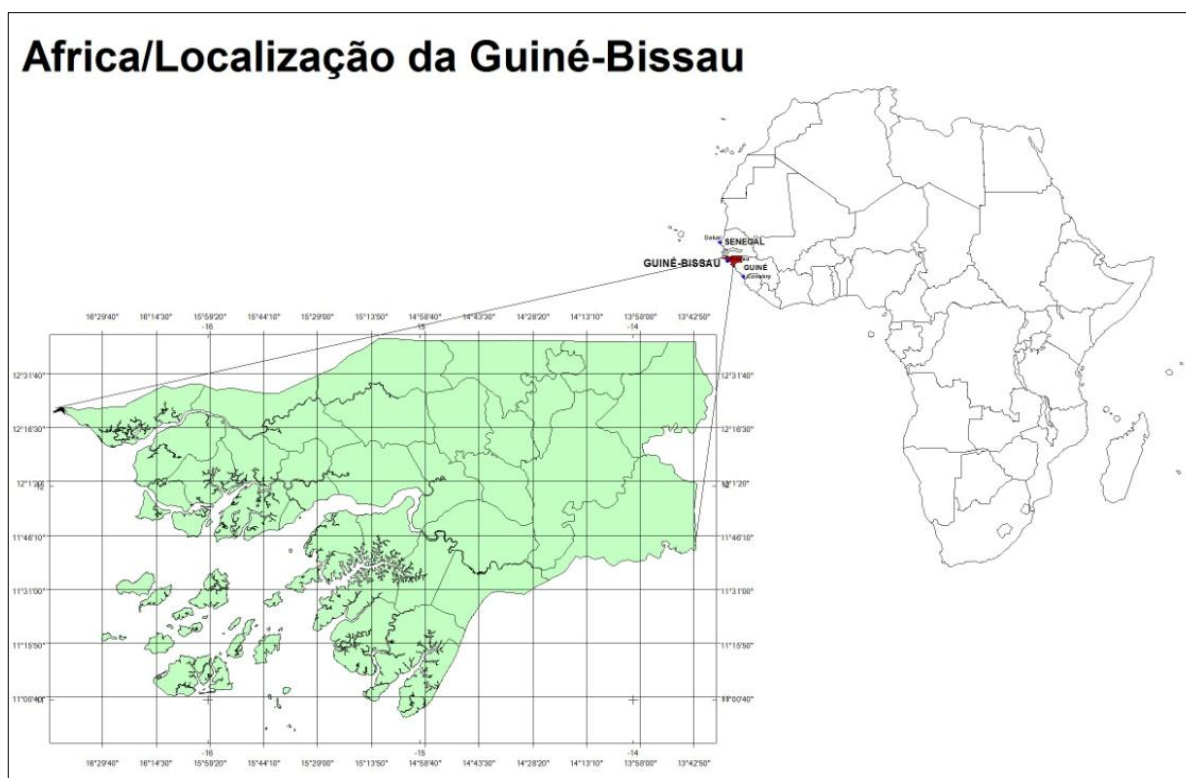


Figura 1: Localização Geográfica da Guiné-Bissau.
Fonte: Herculano Nhaga/INEP (2016).

O país é banhado pelo Oceano Atlântico na sua porção oeste e conta com uma superfície de 36.125 km², dos quais apenas 27.700 km² constituem a superfície emersa acima do nível médio das águas do mar. As marés adentram no interior até cerca de 150 km, provocando a submersão e inacessibilidade de parte significativa do país durante parte do ano (RGB, 2005). Tais características fazem certas localidades deste país serem bastante susceptíveis à subida do nível do mar (IPCC,

2007). Na província leste, interior do país, encontra-se o ponto mais alto (300 m) (RGB, 2009, 2011).

A Guiné-Bissau encontra-se dividida em três províncias, a saber: norte, sul e leste. Possui oito regiões administrativas, quais sejam: Biombo, Cacheu, Oio, Bafatá, Gabu, Quinara, Tombali e Bolama Bijagós (Quadro 10). Este último é um arquipélago com oitenta e oito ilhas e ilhéus. A capital do país, cidade de Bissau, fica na província norte, região de Biombo e constitui um setor autônomo.

Guiné-Bissau			
Províncias	Norte	Sul	Leste
Regiões	Biombo	Quinara	Bafatá
	Cacheu	Tombali	Gabu
	Oio	Bolama	

Quadro 10: Divisão Administrativa da Guiné-Bissau

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em geral, as regiões possuem climas quase semelhantes, sendo este tropical úmido, com duas estações do ano: a estação da chuva – de maio a outubro - e a seca¹⁰ – de novembro a abril. Uma de suas diferenças residem no volume de precipitação, a qual varia conforme a região. A província Sul, a que registra maior precipitação, de acordo com os dados oficiais (RGB, 2011), é caracterizada por uma média anual superior a 2000 milímetro de chuva; A província norte tem registrado uma variação anual média de 1400 a 1800 milímetro.

A província leste é a que registra menor precipitação pluviométrica, estimada numa média anual inferior a 1400 milímetro (RGB, 2011). Entretanto, de acordo com os dados atuais (RGB, 2011), está ocorrendo um processo de grande variabilidade climática, que implica em desregulamentação do padrão conhecido do clima, podendo ocorrer precipitação acima da média comum, ou longos períodos sem precipitação pluviométrica esperada numa determinada região.

No caso da Guiné-Bissau, a estação seca tem se prolongado e a precipitação tem iniciado nos meados de junho a julho, não mais no mês de maio como costumava

¹⁰ Seca é o termo utilizado na Guiné-Bissau para caracterizar o período em que não chove, de dezembro a junho, o que não implica, necessariamente, fenômeno natural extremo.

ocorrer. Enquanto o volume de precipitação pluviométrica tem diminuído significativamente em algumas regiões, em outras tem aumentado (RGB, 2011).

A variabilidade climática, de acordo com o governo guineense (RGB, 2011), representa um problema sério para os ramos de atividade que são diretamente dependentes dos fatores climáticos no país, como é o caso, por exemplo, do setor agrícola. De acordo com os mesmos, atualmente os agricultores guineenses estariam vivendo uma situação de grande incerteza em decorrência da variabilidade climática, considerada como umas das principais consequências das mudanças ambientais e climáticas no país até agora.

As três províncias do país (províncias Sul, Norte e Leste) possuem importantes maciços florestais e rica diversidade faunística, tanto terrestre como marítima. Entretanto, grande parte destas áreas constituem Áreas Protegidas (AP) e, por isso, são objetos de intervenção e gestão, por vezes, conjunta entre o Estado, as ONGs e as populações residentes nas áreas do em torno. Tais áreas consistem, no mais das vezes, em focos de tensões e de conflitos socioambientais e territoriais, como vamos demonstrar mais adiante.

3.2. Território e Identidade no Continente Africano

De acordo com Lopes (1994), existem pelo menos, duas teses que concorrem para explicar a formação espacial da atual Guiné-Bissau e a configuração social que ali foi desenvolvida. Uma está baseada na referência exógena e outra nos processos sociais endógenos. A tese baseada na referência exógena é fundamentada na presença portuguesa nas costas da Guiné¹¹ a partir do século XV, tida como o evento sociopolítico mais importante, se não determinante para a configuração socioespacial do território que se conhece atualmente como Guiné-Bissau. E a tese baseada no processo social endógeno, a mais recente, que começou a ser consolidada a partir da década de 1970, que se baseia na historiografia interna, reduzindo o peso externo para explicar como este território se formou.

Esta última recorre às configurações sociopolíticas anteriores à presença portuguesa, com a qual os portugueses, em certa medida, vão conviver até século XIX, sem que pudessem determinar, em grande medida, o conjunto das relações estabelecidas, como advoga a tese baseada em referências exógenas. Filiamo-nos

¹¹ A Região denominada de Costa da Guiné se estendia do litoral de Gâmbia a Serra Leoa.

a tese baseada no processo social endógeno, a nosso ver, mais convergente com o propósito de compreensão da dinâmica social da Guiné-Bissau atual (LOPES, 1994).

Assim, passamos a apresentar algumas características da natureza das instituições sociais africanas não colonial e, por conseguinte, dos pressupostos das identidades coletivas e da dinâmica da territorialização com a qual os portugueses se depararam durante o processo de colonização.

3.3. Construção Social e Simbólica da Identidade e Territorialização no Continente Africano

Um aspecto que tem sido recorrente na representação da história de África é vê-la como uma etno-história. Implica dizer: ela tem sido resumida a aspectos culturais e materiais de determinadas etnias. Tal construção, no entanto, parece não ter sofrido grandes transformações ao longo do tempo (ZOUCTIZOUM, 1988). Estudos realizados por antropólogos, missionários religiosos e cientistas a serviço do colonialismo europeu foram, durante muito tempo, reconhecidos como principais e, no mais das vezes, únicas referências científicas sobre as sociedades africanas (AMSELLE, 2008). A partir da década de 1970, com a publicação dos oito volumes da História Geral de África, financiada pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e coordenada, na sua grande maioria, por cientistas e intelectuais africanos, questionamentos e problematização dos conhecimentos produzidos anteriormente - sobretudo, no contexto colonial - tornaram-se cada vez mais recorrentes.

Tais estudos mais recentes contribuíram significativamente para problematizar criticamente os conhecimentos estereotipados construídos sobre o continente africano, além de servir como incentivo para o desencadeamento e valorização da produção científica endógena sobre o continente. Em livro editado por Jean-Loup Amselle e Elikia M'bokolo, intitulado *“Au couer de l’etnia. Etnia, tribalisme e État en Afrique”*, os dois autores efetuaram uma reconstrução minuciosa do que seria a moderna etnicidade no continente africano. Neste livro, efetuaram também críticas aos cientistas cujas obras teriam servido de subsídios para construção e implementação de perversas políticas coloniais no continente africano. Demonstraram como tais políticas foram eficazes durante a colonização e,

sobretudo, como as mesmas teriam reverberado nas dinâmicas sociais da África contemporânea. Em meio a esse esforço da dupla de editores, destacamos um dos capítulos da coletânea, o de autoria de Amselle (2008), intitulado “Etnias e espaços: por uma antropologia topológica”. Como dito anteriormente, o termo etnia constitui para muitos autores, a palavra-chave para definir e classificar as sociedades africanas. No entanto, várias são as definições concebidas. Amselle (2008, p. 16) propõe uma análise mais cuidadosa das diferentes concepções de etnia e, para isso, ele reúne algumas definições, as quais são reproduzidas no quadro 11.

Autores	Definições
M. Fortes	[...] a etnia nada representa além do horizonte mais longínquo que os grupos conhecem, além do qual as relações de cooperação e de oposição não são mais significativas, ou só o são excepcionalmente.
J. Richard Molard	[...] considera que entre os negros primitivos da floresta [...] o conjunto étnico é uma zona de paz entre comunidades de parentelas reais ou fictícias, as relações são menos tensas entre elas do que com as coletividades de etnias vizinhas.
G. Nicolas	[...] uma etnia, em sua origem, é antes de tudo um conjunto social relativamente fechado e durável, enraizado em um passado de caráter mais ou menos mítico. Esse grupo tem um nome, costumes, valores, geralmente uma língua, próprios. Ele se afirma como diferente de seus vizinhos. O universo étnico é constituído de um mosaico [...] de linhagens.
Barth	[...] o termo grupo étnico serve em geral na literatura antropológica para designar uma população que: 1) tem uma grande autonomia de reprodução biológica, 2) compartilha valores culturais fundamentais que se atualizam em formas culturais que possuem uma unidade patente, 3) constitui um campo de comunicação e de interação, 4) tem um modo de pertencimento que distingue a si mesmo e que é distinguido pelos outros enquanto constitui uma categoria distinta de outras categorias de mesmo tipo.

Quadro 11: Definições do Termo Étnia.

Fonte: Adaptado de Amselle (2008, p. 16).

As definições acima apresentam similaridades no que tange às características básicas para se considerar uma unidade social como um grupo étnico, quais sejam:

“uma língua”, “um espaço”, “mesmos costumes”, “mesmos valores”, “mesma descendência”, etc. (AMSELLE, 2008, p.18). Entretanto, de acordo com Amselle (AMSELLE, 2008), o modo como o conceito de etnia foi concebido por estes autores, seria, na verdade um desenho de “Estado-Nação de caráter territorial fajuto”. Isto é, [...] no fim das contas, parece que a cultura “surge como que cristalizada sob a forma de uma cultura tribal e que a área dessa unidade cultural surge, então, de certos pontos de vista, como tendo a mesma extensão que a tribo” (AMSELLE, 2008, p.20).

Tal aceção fragmentaria em relação às sociedades africanas, de acordo com Amselle (2008), seria, na verdade, uma representação deturpada da realidade das mesmas, por concebê-las como unidades sociais completamente fechadas em si, avessas ao contato com o exterior. Ainda de acordo com o autor, a utilização, por cientistas ocidentais, comprometidos com o colonialismo, de terminologias como: tribo, etnia, clã, etc.; para fins de classificação de outras sociedades, teria como pano de fundo a reprodução de uma ideologia de caráter colonial. Em outras palavras,

[...] Se esses termos adquiriram um uso maciço, em detrimento de outras palavras como “nação”, é sem dúvida porque se tratava de classificar à parte algumas sociedades, negando-lhes uma qualidade específica. Convinha definir as sociedades ameríndias, africanas e asiáticas como outras e diferentes das nossas [ocidentais] suprimindo-lhes aquilo pelas quais elas pudessem participar de uma humanidade comum. Essa qualidade que as tornava dessemelhantes e inferiores as nossas próprias sociedades é, muito evidentemente, a historicidade, e nesse sentido as noções de “etnia” e “tribo” estão ligadas às outras distinções pelas quais se opera a grande separação entre antropologia e sociologia: sociedade sem história/sociedade com história, sociedade pré-industrial/sociedade industrial, comunidade/sociedade (AMSELLE, 2008, p.14).

De acordo com tais concepções, o colonialismo seria o grande promotor de civilização das chamadas sociedades “primitivas” africanas. Na verdade, Amselle (2008) vai demonstrar que a construção social e simbólica da etnicidade é, em grande medida, obra do colonialismo. Para demonstrar como tal construção foi realizada, o autor vai recorrer à história das sociedades africana anterior a colonização europeia.

A África pré-colonial, de acordo com o mesmo, seria caracterizada por um conjunto de espaços de sociabilidade, que poderiam ser denominados de “espaço internacional” ou “cadeias de sociedades”. Estes, por sua vez, seriam caracterizados por relações “intersocietais”, ou seja, as sociedades africanas “longe de serem mônadas, dobradas sobre si mesmas, estavam integradas em formas gerais englobantes que as determinavam e lhes davam um conteúdo específico” (AMSELLE, 2008, p.23). Vejamos a citação a seguir:

Tão longe quanto as diferentes fontes permitem remontar na história do continente africano, encontram-se redes de troca entre unidades sociais de porte e estrutura diversos. Essas trocas, quer tenham sido obra de comerciantes estáveis ou itinerantes, de grupos que praticam a troca ou de povos negociantes, manifestam o caráter primeiro do espaço internacional ou da “economia-mundo” que constituía a África antes da colonização (AMSELLE, 2008, p. 24).

Tais relações se deram, de acordo com Amselle (2008), em diversos espaços, quais sejam: “espaços de trocas”; “espaços estatais”, “políticos e de guerra”; “espaços linguísticos”; e “espaços culturais e religiosos”. A seguir passamos à caracterização destes espaços.

3.3.1. Espaços estatais, políticos e de guerra

De modo geral, espaços Estatais, políticos e de guerra seriam caracterizados por duas formas complementares e, ao mesmo tempo, conflitantes de sociedades: as “sociedades englobantes” e “sociedades englobadas”. A primeira seria composta por Estados, impérios, reinos, chefarias, etc.; e estaria ligada à determinação, isto é, seriam elas as detentoras do poder simbólico e material, e do “direito” de gerenciar os espaços, exercendo pressão sobre as “sociedades englobadas”.

Esta última corresponderia a pequenas unidades sociais de subsistência. Sob o domínio da colonização europeia, estes grupos passariam a ser classificados como “falsos arcaísmos (talensis/mamprusis, sombas/baribás, dogons/mossis, tucolores; kirdis/fulas)” (AMSELLE, 2008, p. 28). Ao falar da natureza da relação entre os dois tipos de sociedades o autor afirma o seguinte:

Vários tipos de relações entre “sociedades englobantes” e “sociedades englobadas” podem existir na África pré-colonial. As sociedades englobadas podem estar submetidas ao pagamento de um tributo em objetos ou em dinheiro (exemplo: ouro e búzios no reino de Segu), e nesse caso estamos falando de relações tributárias, ou são vítimas de razias por parte desses mesmos reinos e, então, trata-se de relações predatórias (AMSELLE, 2008, p.29).

Os conflitos internos e as dissidências no interior de “sociedades englobantes”, de acordo com o autor, também poderiam estar na origem de outras unidades sociais em formas de reino e chefarias, que mais tarde viriam a ser denominados grupos étnicos no período colonial e posterior. Portanto, é preciso pensar mais as semelhanças existentes entre estes grupos, muito mais do que as diferenças como tem sido até então. Buscar as raízes comuns entre estes grupos auxiliaria na compreensão do modo como se deu as diferentes formas de territorialização.

3.3.2. Espaço linguístico

De acordo com Amselle (2008, p.30), o “espaço linguístico” é o que menos foi estudado pelos estudiosos africanistas; por conseguinte, a língua seria o critério frequentemente utilizado para apoiar a existência de “etnia”. Isto é, uma língua comum entre um grupo de indivíduos seria indicador de uma identidade coletiva étnica. Entretanto, de acordo com o mesmo, em tais análises são deixados de fora os casos de etnias definidas supostamente como diferentes, mas que possuem a mesma língua falada.

Em vista disso, sugere o autor (AMSELLE, 2008, p.30):

[...] é importante [...] estabelecer espécies de cortes sincrônicos de áreas linguísticas. É provável que cheguemos, dessa maneira, a distinguir diferentes tipos de áreas linguísticas em função do lugar de cada sociedade no conjunto africano pré-colonial: áreas linguísticas “segmentadas”, ou seja, áreas em que a intercompreensão e de pequena extensão geográfica e correspondem a sociedades “englobadas” ou “segmentárias”, opostas a áreas linguísticas de grande extensão correspondentes a sociedades “englobantes”, estatais ou imperiais.

3.3.3. Espaços culturais e religiosos

Espaços culturais e religiosos teriam, na verdade, modos de reprodução independentes da relação “sociedade englobantes” e “sociedades englobadas”, na medida em que as “sociedades englobadas” teriam mantido, na maioria das vezes, suas práticas culturais e religiosas independentes de “sociedades englobantes” (2008). Nesse sentido, de acordo com Amselle (2008, p.32),

evidenciar a oposição muçulmano-pagãos, que desempenhava e ainda desempenha um papel muito importante na África, seria, enfim, o meio de ressaltar um certo número de pretensas clivagens “étnicas” – fula/dogon, fulbe/massai; maninca, jula/banmana etc. – e de conferir um conteúdo concreto, isto é, sincrônico e espacial, ao paradigma “selvagens/civilizados”, que foi totalmente obscurecido pelo evolucionismo antigo ou moderno.

No mais das vezes, as “sociedades englobantes” conviveram pacificamente com as “sociedades englobadas”, não obstante, as diferenças nas práticas religiosas e reprodução cultural. Portanto, há que se considerar o momento histórico em que tais diferenças passaram a ser mobilizadas como forma de construção identitária e de distinção, bem como para serem instrumentalizadas no intuito de se transformarem em fonte de conflitos.

Contudo, de acordo com Amselle (2008, p.34), “seria igualmente falso pensar que a noção ideológica de “tribo”, de “raça” ou de “etnia” não tinha nenhuma espécie de correspondência nas línguas africanas”. Elas existiam, sim. No entanto, a diferença consiste no significado e na “essência” que estas passaram a representar a partir da implementação de novas políticas sócio-territoriais pelos europeus no continente africano. Ou seja,

[...] a instauração de novos recortes territoriais (“círculos”, “distritos”, “territórios”), isto é, o fracionamento dessa “economia-mundo” que a África pré-colonial constituía em uma miríade de pequenos espaços sociais que logo serão erigidos em igual número de “raças”, “tribos” e “etnias”. Ao passo que, antes da colonização, esses diferentes espaços estavam imbricados no interior de “cadeias de sociedades”, assistiremos com a conquista a um empreendimento de desarticulação das relações entre as sociedades locais. Esse fenômeno tomará, essencialmente, três formas: a criação *ex nihilo* de “etnias”, como no caso dos “betês” da Costa do Marfim; a

transposição semântica de etnônimos utilizados antes da colonização em contextos novos (“bambara”, “diúla”), ou a transformação de unidades políticas ou de topônimos pré-coloniais em “etnias” (“mandenka” – “malinqué”; “gurma” – “gourmantche”) (AMSELLE, 2008, p. 36).

Tais categorias de classificação erigidas no contexto colonial, de acordo com o autor, viriam a ser reivindicadas pelos atores sociais da moderna África, que passariam a fazer delas um “instrumento ideológico de determinação social” (AMSELLE, 2008). Nesse sentido, “a vontade de afirmação étnica surgirá, assim, como um meio de resistência à pressão das regiões concorrentes, e a luta no interior do aparelho de Estado tomará a forma do tribalismo” (AMSELLE, 2008, p. 36). Significa dizer que:

[...] desse ponto de vista, tais categorias étnicas surgem apenas como um gênero particular de categorias, aquelas empregadas por organizações que procuram reunir sob seu estandarte determinados efetivos humanos. É só com a colonização que essas categorias sociais, essas “classes” sociais serão transformadas em “fetichismos étnicos”, com o colonizador e os Estados pós-coloniais tendo necessidade de apagar as hierarquias pré-coloniais para melhor impor novas hierarquias (AMSELLE, 2008, p.41).

É plausível concluir, portanto, que as sociedades africanas não só herdaram fronteiras e territórios estabelecidos à revelia por autores exógenos, como também incorporaram um conjunto de discursos e práticas que, em grande medida, vão constituir motivos de tensões e conflitos na moderna África. Importante ressaltar que o uso que fazemos do termo etnia no presente trabalho distancia-se da apropriação colonial que a concebe como uma identidade que representa grupos fechados em si em constante relação de exclusão com o seu outro por meio de tentativas de sua eliminação física ou simbólica. Uma visão extremamente essencializada pelo olhar colonial. Seu uso se insere no âmbito de sua concepção como uma identidade marcada, sim, por algumas formas de essencialismos, entretanto, dinâmica e heterogênea no seu interior. Sendo passível de mobilização discursiva estratégica nas relações de poder.

Em seguida, passamos a discorrer sobre a construção social do território onde se insere a atual como Guiné-Bissau.

3.4. O Reino de Kaabu

O Reino de Kaabu ou Gabu foi uma importante entidade política do passado pré-colonial africano. O seu surgimento data do século XIII, resultado do processo de expansão do Império do Mali, liderado pelos mandingas, povo oriundo do Alto do Níger (LOPES, 1982, 1994, 2005). O Império do Mali foi um dos maiores do continente africano durante a sua vigência que durou por volta de três séculos. Ocupava uma extensa área, abarcando quase a totalidade do território da África Ocidental. Além do poder central com sede em Niani, havia vários pequenos reinos ou províncias subservientes ao império, sendo o reino de Kaabu um deles (LOPES, 1982, 1994, 2003; OGOT (Ed.), 2010).

[...] a expansão do Mali para o oceano Atlântico, através da bacia da Gâmbia, no século XV, levou a implementação de estruturas político-militares situadas na margem ocidental do Império mande¹², tais como os pequenos reinos da Gâmbia, de Casamansa e da Guiné-Bissau. [...] Seus soberanos pagavam um tributo ao *mansa* do Mali, por intermédio de seus *farba* ou *farim*. Porém, no século XV, era o *farim* do Gabu, situado ao Leste do rio Geba [atual Guiné-Bissau], que recebia o tributo dos chefes mande de toda a Gâmbia. Situada entre a média Gâmbia, o Rio Grande e o Futa Djalón, a província maliana do Kaabu controlava o comércio do Kantor que negociava o ouro da Falémé e do Bambuk. No século XVI, o Kaabu anexou a província de Sankola, situada um pouco ao Sul da Alta Casamansa, e tornou-se uma província potente, ainda que dependente do Mali (OGOT (Ed.), 2010, p.461).

Com a decadência do Império do Mali, ainda no século XVI, e entre os reinos e as províncias a este subserviente, Kaabu foi o que conseguiu se valer melhor do capital sociopolítico e militar da antiga potência (LOPES, 1994).

Após sua emancipação, o Kaabu unificou todos os países mande situados entre a Gâmbia, a Alta Casamansa e o alto Geba, e ocupou o lugar do *mansa* do Mali nessa região. Em seguida, estendeu sua

¹²“O Mande é uma região do Sudão Ocidental, em torno do alto curso do rio Níger, onde floresceu o Estado do Mali. Nas línguas dessa região o sufixo “nké” (“nquê” na transcrição para o português) ou “nka” representam a ideia de integração e território, “o país de” ou “o povo de”, como por exemplo, “mandenka” que, obviamente, está na origem da terminologia “mandinga”, “mandinka”, “mandingue”. Outros exemplos podem ser assinalados para todos os povos mandingas ou influenciados por estes, como, por exemplo, kaabunquê, soninquê, jakaquê, futanquê. Os termos “mandinga” e “malinquê” são usados muitas vezes como sinônimos” (LOPES, 2005, p.11).

dominação aos povos kassanga, balante, joola (os flup) e biafada. Seu *farim* “era, entre eles, como um imperador”, que exercia sua autoridade sobre toda a Senegâmbia Meridional e controlava o comércio dessa região, até os confins da Guiné e de Serra Leoa (OGOT (Ed.), 2010, p.461).

Como se pode ver na citação supra, a consolidação da nova potência oeste africana ocorrera por meio não só de anexação de outras províncias e povos mandingas, mas, também, recorrendo à integração subordinada de vários povos não mandinga a sua dinâmica territorial e sociopolítica. “Na realidade o Kaabu foi um Estado unificador das várias etnias da região e os seus diferentes espaços de influência abrangeram a cultura de toda esta vasta planície do Sudão Ocidental” (LOPES, 1994, p.137).

O modelo político-administrativo do Império do Mali, o mansaya¹³, vastamente reproduzido em Kaabu, era baseado na descentralização das tarefas administrativas entre províncias em diferentes níveis¹⁴, sendo que muitos povos foram submetidos a tal relação de poder por “consentimento”, através de estabelecimento de acordo de proteção e pagamento de imposto ao Mansa de Kaabu, ou por imposição por meio, entre outros, de ataques sistemáticos, razias, pilhagens, etc. (OGOT (Ed.), 2010).

A relação entre Kaabu e os povos que não se submeteram ao seu poder vai se tornar bastante violenta com a chegada dos portugueses a partir do século XV, em grande medida por conta da relação comercial que os europeus vão estabelecer com os comerciantes africanos na região da África Ocidental, parte significativa deles mandatários dos chefes mandingas.

Os séculos XVII e XVIII não presenciaram a chegada de novas comunidades nesta região, porém, com o avanço do tráfico negreiro, assistiu-se a uma mistura de povos, particularmente, em razão dos ataques devastadores dos mande, sustentados pela expansão do Kaabu (Gabu), então, em seu apogeu. O gosto pelas mercadorias

¹³ Em relação ao modelo político administrativo, de acordo com Lopes (2003, p.45), “Kaabu realizou várias inovações, nas quais se destacam as seguintes: a) sucessão por via matrilinear, que acabou por se manifestar também na presença de patrónimos de origem local, distinta dos de origem mande. b) Estabelecimento de uma classe nobre específica de acesso matrilinear baseada nos clãs Mane e Sane, os Nyantio. c) Forte presença de influência animista, muito embora junto dos Nyantio se observasse uma importante aliança com mercadores Dyula e clérigos muçulmanos, utilizados como conselheiros do Mansaya”.

¹⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre a organização sociopolítica e administrativa Kabuunke vide Carlos Lopes (1999).

européias estimulava as razias de escravos que, por sua vez, suscitavam a resistência dos grupos agredidos. Daí as guerras intermináveis das quais nenhum povo escapou. No Rio Cacheu, no século XVIII, os bainuk, kassanga, papel, joola e os balantas engajaram-se em tais guerras (OGOT (Ed.), 2010, p. 449).

Diante das perseguições a que foram submetidas pelos guerreiros mandingas, os grupos mais fragilizados foram obrigados a buscarem regiões cada vez mais distantes e de difícil acesso para sua territorialização. Isso explicaria a significativa concentração dos povos não mandé da atual Guiné-Bissau na região litoral do país (OGOT (Ed.), 2010). Enquanto que os mandingas e, posteriormente, os fulas vão se territorializar majoritariamente nas regiões do interior.

A chegada dos europeus na costa oeste africana e o estabelecimento do tráfico de escravizados africanos contribuíram, em grande medida, para o recrudescimento da relação já tensa e conflituosa entre “sociedades englobantes”, na qual se afigura o reino de Kaabu e as “sociedades englobadas”, entre outras, os balantas, os bijagós. Com o tráfico de escravizados se tornando a principal atividade comercial entre europeus e africanos, foram beneficiados os grupos sociais que se organizavam em forma de Estado, que possuíam um exército consolidado e experiente, em detrimento dos grupos de subsistência cuja tradição era menos belicosa.

De acordo com Lopes (2003), o fortalecimento do reino de Kaabu deveu-se, em grande medida, ao comércio escravista. Tanto que o fim desta atividade comercial teria contribuído, significativamente, para o declínio do poder econômico, político e militar do reino. Aliás as mudanças conjunturais nacionais, sub-regionais e internacionais ocorridas a partir do século XIX, afetaram de forma negativa e profunda o reino de Kaabu. Internamente, as lutas intestinas pela sucessão ao trono, a perda de credibilidade dos poderes constituídos, assim como a independência de povos antes dominados contribuíram para enfraquecer o reino mandinga (LOPES, 2003).

Em nível internacional, a proibição do tráfico de escravizados e a mudança de interesse dos europeus em relação ao continente africano, cujo objetivo passou a ser a ocupação e exploração territorial, fez com que os mandingas perdessem seus maiores aliados e fornecedores de materiais bélicos tão importantes para a manutenção do seu poder. O golpe fatal adveio da sub-região, com o surgimento de

um Estado rival poderoso, dos fulas, e as sucessivas investidas bélicas destes contra os territórios kabuunkes, o que contribuiu para o seu enfraquecimento e, posteriormente, o seu declínio, conforme podemos ver na citação a seguir.

Paralelamente a hegemonia do Kaabu, afirmava-se, na segunda metade do século XVIII, a da confederação islamo-fulbe do Futa Djalón. Oriunda da revolução muçulmana que agitou o maciço guineo-sudanês por volta de 1725- 1730, progressivamente, tal confederação tornou-se o centro das relações entre a Costa dos Rios e o interior. Situado na confluência dos rios do alto Níger que seguem em direção ao mar, o Futa Djalón travaria uma séria concorrência com os mande do Kaabu, combatidos por ele até a sua derrocada, no século XIX. Porém, antes de tal data, uma divisão das influências foi delineada lentamente entre estas duas hegemonias, no conjunto dos países costeiros e interiores, compreendidos entre a Gâmbia e Serra Leoa (OGOT (Ed.), 2010, p.467).

Mandingas e fulas são muçulmanos. Contudo, para os segundos, os primeiros não cumpriam cabalmente os preceitos islâmicos por praticarem o sincretismo religioso. Tal fato, entre outros, ocasionou a “Guerra Santa” declarada por fulas contra mandingas. Nesse sentido, na segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1867, os fulas infligem uma pesada derrota aos mandingas que são obrigados a abandonar o território ou se submeter ao novo poder. Os fulas, assim como os mandingas, podem ser considerados “sociedades englobantes”. Entretanto, ao contrário dos mandingas, os quais mantinham respeito à organização sociopolítica, as práticas espirituais e religiosas dos demais grupos, os fulas lançaram campanha de dominação cujo objetivo era a islamização de tais grupos (CAMPOS, 2013). Contudo, não obtiveram o sucesso esperado, por conta da grande resistência enfrentada por parte destes, entre outros motivos.

Não obstante, a conquista do centro do poder Kabuunke, a cidade de Kansala, os fulas nem de longe conseguiram controlar a totalidade do território antes sob o domínio do reino de Kaabu. Na altura de sua conquista, as potências europeias haviam entrado de forma decisiva na disputa pelo território africano. De modo que aqueles sob a influência de Kaabu já constituíam alvo de disputa por parte de três países europeus, a saber: Portugal, França e Inglaterra. Por conta de sua superioridade militar, além de vários outros motivos, como vamos mostrar mais adiante, os europeus conseguiram conquistar os territórios em disputa, dividindo-os

entre si. Resultaram dali a Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance, sendo este último uma importante região do Senegal.

Antes de adentrar na questão da presença portuguesa e da colonização da Guiné-Bissau, falaremos do processo de territorialização do seu litoral e as relações que estes grupos mantinham com o poder Kabuunke antes da conquista dos fulas.

3.4.1. Os grupos sociais territorializados no litoral da atual Guiné-Bissau

De acordo com Campos (2013, p.6), evidências sugerem que as etnias que ocupam a região litoral do atual território da Guiné-Bissau possuem uma origem comum.

[...] se analisarmos os padrões de cultura dos povos do litoral, constataremos a existência de muitas semelhanças. Estão todos organizados em classes de idade e praticam cultos animistas. Respeitam o princípio das organizações totêmicas em relação à filiação e ao casamento: o indivíduo pertence à geração (clã) da mãe e o casamento é exogâmico, isto é, só pode ser realizado entre indivíduos de gerações diferentes. [...] A importância do *fanado* como rito de iniciação e as particularidades das cerimônias do *choro* também são idênticos em todos os grupos do litoral [...]. As suas línguas também revelam raízes comuns, designadamente na sua estrutura vocabular. [...]. Todas estas semelhanças indiciam uma origem comum.

Tal fato, a ser comprovado, só reforça a tese de Amselle (2008), de que muitas coletividades sociais constituem, em grande medida, ou dissidências ou resultados da descentralização do poder por parte de “sociedade englobantes”, em que vários núcleos novos vão surgindo e, no mais das vezes, adquirindo características particulares que mais tarde viria a ser instrumentalizado como elemento de diferenciação identitária/étnica.

Outro aspecto comum e de capital importância para estes grupos é a relação que os mesmos mantêm com o lugar onde vivem. Sobre a concepção do lugar, Carlos (2007, p.17) sugere o seguinte:

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade habitante - identidade - lugar* [...]. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os

dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo [...]. Como o homem percebe o mundo? E através de seu corpo de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida - apropriada através do corpo - dos sentidos - dos passos de seus moradores [...].

A definição da autora nos auxilia na compreensão da representação que grupos étnicos do litoral possuem em relação ao lugar. Para melhor precisar tal representação, acrescentaríamos à definição anterior a dimensão espiritual e religiosa, na medida em que a história do processo de territorialização de grande parte dos lugares na Guiné-Bissau começa, no mais das vezes, com os ancestrais, geralmente, espíritos poderosos que representam o princípio de tudo, os quais ou escolhem ou criam os espaços, estabelecem as regras do uso e fiscalizam a implementação das mesmas. A geração que descende diretamente destes ancestrais são herdeiras simbólica da terra, sendo responsáveis por zelar pelo cumprimento das regras dentro das comunidades. O termo nativo “tchon”¹⁵ capta muito bem a essência da relação supracitada, por conta disso o usaremos ao longo do trabalho, ao invés do termo lugar.

O “tchon” por ser um lugar do vivido, da realização da reprodução produtiva da vida social e, ainda mais importante, no qual é apropriado realizar os ritos e as cerimônias que propiciam à renovação da relação do grupo com os seus ancestrais, proporcionando à coesão social no seio do mesmo, constitui um espaço sagrado e fundamental para os seus habitantes. No “tchon”, o espaço dedicado à habitação é a “*tabanca*”, cada uma alberga várias “*moransas*”, que são núcleos de famílias alargadas, que podem chegar a centenas de membros (BICARI, 2004). Ao falar sobre as “*moransas*” na Guiné-Bissau, Bicari (2004, p.137) afirma o seguinte:

O sistema [sócio] econômico da “*moransa*” tem alguns aspectos específicos como a reciprocidade, o intercâmbio, entre ajuda, o dom, a “propriedade” e usufruto comunitário da terra (chão), o controle comunitário dos excedentes da produção individual, etc. Estes aspectos específicos podem garantir a estabilidade social e um mínimo de segurança econômica quer aos membros mais fracos como crianças, velhos, viúvas e deficientes, quer a todos os outros

¹⁵ Numa tradução literal significa “chão” em crioulo da Guiné-Bissau.

nos tempos de emergência por causa de guerra, secas, inundações, migrações, etc.

A nosso ver, no âmbito destes grupos, a pertença ao “tchon” e a relação produtiva que ali é mantida constitui a principal variável para compreender a identidade coletiva. Esta pode ser anterior ao pertencimento étnico, na medida em que as variações dentro dos grupos étnicos dependem, entre outros, do “tchon” em que os indivíduos procedem. Por exemplo, o outro da relação pode ser um indivíduo da mesma etnia pertencente a um “tchon” diferente. As regras do “tchon” são tão importantes que a convivência no mesmo espaço com indivíduos de outras comunidades étnicas é condicionada ao respeito e ao cumprimento das mesmas. Por outro lado, o “tchon” constitui o elo com outros grupos.

Por exemplo: de acordo com a tradição oral pepel, os mesmos descendem dos beafadas, por serem os ancestrais criadores do seu “tchon” oriundos do “tchon” dos beafadas (CAMPOS, 2013). Exemplos desse tipo são comuns na Guiné-Bissau, vários grupos étnicos evocam sua origem comum ou laços de parentesco com outros grupos, por conta da relação entre os ancestrais, os quais, no mais das vezes, se confundem com o próprio “tchon”. Ou seja, é a existência dos ancestrais, na maior parte das vezes, que confere sentido a um determinado “tchon”.

Importante, contudo, atentar para um dado significativo apontado por Lopes (2003), ao referir que a associação das etnias com o território seria obra dos primeiros exploradores e etnógrafos europeus, o qual foi incorporado posteriormente pelos colonizadores. Na medida em que, de acordo com este autor, o uso de “tchon” deixa implícita a noção de propriedade de terra, delimitação territorial entre outros. Entretanto, nas sociedades tradicionais africanas o controle da terra sempre teve menor importância. De modo que era mais recorrente encontrar espaços em que um grupo era hegemônico na sua relação com vários outros, do que territórios com limites estabelecidos e respeitados.

A isso acresce os fatos da propriedade de terra ser de caráter simbólico, ou seja, o “tchon” é da comunidade como um todo e não só dos descendentes diretos dos ancestrais, e a terra ser de uso coletivo “para todos”, o que abre espaço para o uso mesmo dos que vêm de fora. Essa é uma tese a ser considerada. Entretanto, ao lançar mão do termo *nativo*, passamos a nos orientar pela apropriação e uso que as populações locais fazem do termo; no caso, passa a significar a relação primordial

com os ancestrais, além de espaço que media a pertença dos indivíduos a uma determinada coletividade.

3.4.2. Organização sociopolítica de grupos sociais do litoral da atual Guiné-Bissau

Como havíamos referido anteriormente, os mandingas e os fulas são os que possuíam uma estratificação social mais complexa e se organizavam em forma de Estado (LOPES, 1982). Os demais grupos que se encontravam territorializados no litoral, por conta dos motivos já apontados, viviam em ambientes comunitários independentes, com uma relação mais horizontal.

A principal atividade produtiva destes grupos é a agricultura, a qual é complementada com a caça, a pesca, a extração de produtos florestais, entre outras. A agricultura, mais do que uma simples atividade produtiva, é também um componente de suma importância no processo de sociabilidade destes grupos, além de constituir elemento estruturante das relações sociais dentro da comunidade. Em outras palavras, por ser o “tchon” um componente sagrado, o principal elo da comunidade com os seus ancestrais, tudo o que vem dele é sagrado. Por exemplo: para estas comunidades, os produtos decorrentes do processo de produção agrícola não é necessariamente uma consequência direta dos esforços físicos e técnicos ali aplicados, mas, sim, da relação que toda a comunidade mantém com os seus ancestrais.

Isto é, não obstante o esforço no processo produtivo, caso a comunidade não esteja em plena harmonia com os ancestrais, através de realização de ritos propiciatórios¹⁶, do cuidado com o “tchon”, da harmonia na “tabanca”, os resultados não serão auspiciosos, porque os ancestrais dominam a natureza e determinam o ciclo das coisas. Outro aspecto a ser salientado trata-se do fato de que, em muitos casos, só o arroz produzido pela comunidade é válido para realização de qualquer cerimônia ou ritual dentro da comunidade, o mesmo critério pode ser aplicado às bebidas (SANTY, 2012).

A cada ano, a cada processo produtivo é um novo ciclo que se inicia e os resultados alcançados revelam o status da relação que os mesmos mantêm com os

¹⁶ Ritos propiciatórios são cerimônias realizadas pela comunidade para solicitar permissão dos ancestrais para realização de uma determinada atividade, tanto coletiva como individual.

seus ancestrais, se é razoável ou problemática (SANTY, 2012). Tal relação, apesar das sucessivas mudanças na relação de poder e dominação territorial a que estes grupos foram submetidos, ainda persiste. Na sua relação com os malinke, os grupos do litoral conseguiram, em grande medida, manter a sua autonomia territorial. Vários fatores contribuíram para tal. Além da resistência característica da relação destes grupos com os invasores e o seu confinamento no litoral como forma de autopreservação, o modelo administrativo descentralizado dos malinke, contribuiu sobremaneira para tal autonomia.

Retornando à dimensão produtiva, o artigo de Handem (1986), um trabalho guineense pioneiro, analisa a relação dos balantas com o processo produtivo de arroz, no qual a autora afirma que o arroz é um importante elemento na construção da identidade coletiva, na medida em que organiza e estrutura todas as relações dentro do grupo. Esta tese vai ser corroborada por vários autores. Davidson (2013), por exemplo, vai demonstrar que a produção de arroz entre os joolas da região norte da Guiné-Bissau cumpre a mesma função no âmbito daquele grupo, ou seja, estrutura as relações para além da produtividade, afora servir como elemento de diferenciação e distinção em relação a outros grupos sociais. O estudo da autora nos foi bastante útil, na medida em que esta analisa as relações sociais subjacentes à prática produtiva de arroz entre os joolas num contexto de radicalização das mudanças ambientais e socioeconômicas.

De acordo com Davidson (2013), o “trabalho duro” constitui uma das características centrais dos joolas, no sentido de que tal prática, em algum momento de sua trajetória enquanto grupo, superou aspecto do desempenho produtivo, transformando-se num traço cultural intrínseco aos mesmos. Entretanto, um conjunto de situações, de socioambiental à política e econômica, tem desafiado as práticas e as crenças ancestrais dos joolas, conforme se pode ver na citação a seguir:

[...] os aldeões joolas estão na linha de frente das mudanças climáticas global. Com o declínio de chuva, desertificação e erosão generalizada no norte da Guiné-Bissau nos últimos trinta anos, aumentou significativamente a dificuldade dos joolas se sustentarem por meio do cultivo de arroz, atividade que há muito os tem definido como povo. Os efeitos dessas mudanças ecológicas são exacerbados pelo aumento da migração dos jovens e, conseqüentemente, a perda de uma fonte vital de trabalho agrícola, bem como a instabilidade política nacional, as crescentes exigências

de uma economia monetária, e um declínio na segurança económica global (DAVIDSON, 2013, p.120).¹⁷

Ainda de acordo com Davidson (2013, p.120),

[...] Apesar de seu próprio reconhecimento de profundas transformações que incidem sobre a sua capacidade para produzir seu alimento básico, a grande maioria dos moradores joolas continuam a aplicar a maior parte de seus esforços de trabalho nos arrozais secos e eles desencorajam e às vezes punem aqueles que procuram atividades produtivas alternativa.¹⁸

A dispersão de alguns membros do grupo por meio de prática de outras atividades produtivas que não seja a tradicional produção do arroz, de acordo com a autora, é fortemente condenada e reprimida pela maioria dos membros da coletividade, não obstante estarem cientes das dificuldades que assola a sua principal atividade.

A autora conclui que a resistência dos joolas em relação à prática de outras atividades, ou mesmo em relação à resignificação de sua atividade de produção de arroz tem a ver a com o seguinte:

O trabalho para joolas é tomado como um dado fixo, ao invés de ser compreendido como uma forma social particular, que surgiu sob certas condições históricas e ambientais. É perfeitamente aceitável, mesmo louvável para os moradores joolas trabalharem em campos de arroz por muitos meses do ano, com pouco ou nenhum rendimento do arroz (DAVIDSON, 2013, p.133).¹⁹

¹⁷ [...] Diola villagers are on the frontlines of global climate change. Within the past thirty years declining rainfall, desertification, and widespread erosion in northern Guinea-Bissau have increasingly challenged Diola villagers' ability to provision themselves through the wet rice cultivation practices that have long defined them as a people. The effects of these ecological shifts are exacerbated by increased youth migration and hence the loss of a vital source of agricultural labor as well as national political instability, the increasing demands of a cash economy, and a decline in overall economic security (DAVIDSON, 2013, p.120).

¹⁸ [...] despite their own acknowledgment of profound transformations that impinge upon their ability to produce their staple crop, the vast majority of Diola villagers continue to expend most of their efforts working in the parched rice paddies and they discourage and sometimes punish those who seek alternative productive activities (idem).

¹⁹ Diola work is taken as given and fixed, rather than as a particular social form that arose under certain historical and environmental conditions. It is perfectly acceptable even commendable for Diola villagers to toil in the rice paddies for many months of the year with little or no yield in rice (DAVIDSON, 2013, p.133).

Era de se esperar uma flexibilização nas práticas que por conta do contexto socioambiental adverso poderá não se sustentar mais enquanto a principal atividade de subsistência. Contudo, Davidson (2013), ao privilegiar a dimensão produtiva, no caso, deixa de lado um aspecto de suma importância apontada pela mesma na citação que se segue,

As características intrínsecas de cultivo de arroz, as redes bem estabelecidas de relações e, muitas vezes, o conjunto de obrigações envolvidas em práticas agrícolas dos joolas e os ideais religiosos com os quais eles estão ligados reforçam-se mutuamente e servem como poderosos motivos de continuidade (DAVIDSON, 2013, p.132).²⁰

Por fim, a autora conclui constatando o seguinte,

Contudo, o que é reproduzido é cada vez mais uma destacada forma de compromisso com o trabalho duro, mesmo quando as condições que se espera que possa preservar a capacidade de sustento dos agregados familiares esteja se desintegrando (DAVIDSON, 2013, p.133).²¹

Duas reflexões podem ser feitas diante das considerações da autora. Por um lado, como a mesma constata, as mudanças de toda a sorte estão colocando em xeque práticas e conhecimentos ancestrais, o que poderá representar a existência de crises de várias ordens dentro do grupo, sejam elas de autoridade, de legitimidade ou de identidade. Por outro lado, a resistência em relação à mudança de prática, ultrapassa, a nosso ver, aquilo que seria uma dificuldade de olhar criticamente para as práticas tradicionais, e pode significar a forma que os mesmos encontraram para tentar manter a coesão social do grupo ou sendo mais radical, zelar pela sua existência enquanto uma coletividade.

²⁰ The intrinsic characteristics of wet rice cultivation, the tightly woven and often tangled web of social relations and obligations involved in Diola agricultural practices, and the religious ideals with which they are linked reinforce one another and serve as powerful drivers of continuity (DAVIDSON, 2013, p.132).

²¹ What gets reproduced, though, is an increasingly detached social form-a commitment to arduous manual work even while the conditions that it is meant to safeguard the capacity of households to provision themselves are disintegrating (DAVIDSON, 2013, p. 133).

No limite, buscam sobreviver diante de várias situações adversas e extremas, e de forças que talvez não consigam explicar, muito menos controlar. Outro fato a ser considerado tem a ver com a relação do joola com o seu “tchon”, tão importante quanto às outras dimensões.

Retomando a dimensão da dominação territorial e sociopolítica, passaremos a falar da presença portuguesa na Guiné-Bissau.

3.5. Os Portugueses no “Tchon” da Guiné-Bissau

A presença portuguesa no atual território da Guiné-Bissau data do século XV. De acordo com Campos (2013), Álvaro Fernandes teria sido o primeiro português a chegar às terras guineenses a partir de Varela, litoral norte do país, no ano de 1446, e não Nuno Tristão como tem prevalecido até então na literatura a esse respeito. Um dado bastante significativo em relação à presença portuguesa na região que viria a ser a Guiné-Bissau, é que, ainda que virtualmente, Portugal considerasse ali como parte de suas posses, a partir de sua chegada, no século XV, no terreno, a situação era bastante diferente. Havia um domínio quase que absoluto dos chefes africanos, não somente dos malinke, por conta do seu domínio territorial por meio do reino de Kaabu, mas também dos grupos territorializados no litoral. Aliás, a principal resistência à afirmação sociopolítica e territorial dos portugueses teria vindo, sobretudo, destes grupos litorâneos e não dos malinke que obviamente estavam melhor estruturados política e militarmente (LOPES, 2003, 2005).

A presença portuguesa na atual Guiné-Bissau conheceu várias fases diferentes. Campos (2013) e Lopes (2003), realizaram trabalhos bastante ricos em detalhes sobre o assunto. Vamos nos limitar a destacar somente alguns aspectos deste assunto que nos é útil para o objetivo principal da presente pesquisa, a saber:

Nos séculos XV e XVI ocorreu a chegada dos portugueses nas costas do atual Guiné-Bissau e a realização de trocas comerciais com as povoações das regiões litorais e do interior, sendo que um dos “produtos” da troca era os escravizados, os quais nos primeiros momentos eram enviados para Cabo Verde para o seu povoamento e para Europa, aonde eram utilizados como trabalhadores domésticos e para trabalhos nos campos. Como havíamos referido, o comércio de escravizados teve um papel muito importante na configuração de novas relações

sociopolítica na região da costa da Guiné que se estendia do litoral de Gâmbia à Serra Leoa. Da parte africana, os malinkes foram os principais parceiros comerciais dos portugueses (LOPES, 2005).

Da parte dos europeus, figuras intermediárias se destacaram, os denominados lançados²², devido sua facilidade de integração no seio dos africanos, conseguiram adentrar no interior do continente, estabelecendo uma sólida relação de trocas comerciais, não se limitando somente aos escravizados. Por outro lado, é importante ressaltar que não obstante a pressão que incidia sobre as etnias do litoral, estes conseguiram manter sua autonomia frente aos portugueses, aos malinkes e demais grupos que oportunamente se tornaram mercadores de escravizados.

A partir do século XVII, os portugueses passam a estabelecer residência nas regiões costeiras, comercializam armas de fogos, entre outras mercadorias. Incitavam e alimentavam rivalidades e conflitos interétnicos com o objetivo de intensificar o tráfico de escravizados. Nesse sentido, as “sociedades englobantes”, devido sua estrutura estatal, seu poderio militar e sua política expansionista, se beneficiaram mais do comércio dos escravizados. Com as armas adquiridas consolidavam seu poder político e militar na região e com tráfico de escravizados, em geral, prisioneiros de guerra e cativos aumentavam sua riqueza. De acordo com Campos (2013), no caso da região de Bissau, atual capital da Guiné-Bissau, todas as construções feitas pelos portugueses nessa época, foram mediante a autorização das autoridades pepel.

No século XVIII aumenta a disputa entre os países europeus pelo controle do comércio de escravizados no continente africano, os portugueses intensificam o controle territorial e o comércio de escravizados no território da Guiné-Bissau. Ainda com a autorização por parte dos chefes africanos, os portugueses iniciam a

²²“Os lançados eram homens que, resolvendo não acatar as restrições comerciais impostas pela coroa portuguesa, atuavam agora à margem das leis. Inicialmente eram constituídos apenas por portugueses residentes em Cabo Verde, mas depois passaram a incluir também portugueses do reino, nomeadamente judeus. Mais tarde, o número de lançados aumentou muito, devido principalmente ao aparecimento de mulatos, ou filhos da terra, descendentes dos brancos e das suas mulheres negras. Os “tangomaos” [outro nome pelo qual eram conhecidos os lançados] internavam-se nos rios da Guiné, dedicavam-se ao comércio e, sobretudo, serviam de intermediários no tráfico de escravos. Em muitos anos de contacto com a população guineense, muitos deles acabaram por se africanizar. Praticavam cultos animistas, faziam a circuncisão (fanado) casavam à moda da terra, tinham várias mulheres, usavam tatuagens, frequentavam as “balobas” e os “djambacoses”. Além disso, contribuíram decisivamente para a formação e desenvolvimento do crioulo, como língua de comunicação entre portugueses e africanos” (SIC) (CAMPOS, 2013, p. 15).

construção de fortalezas militares nas regiões litorâneas do atual território da Guiné-Bissau para se proteger das investidas militares das potências como Inglaterra, França e Holanda cujos objetivos era o controle comercial e das rotas de navegação para o interior do continente.

A partir do século XIX, precipita-se o fim do tráfico de escravizados, vários países passam a proibir o uso de mão de obra escravizada. No final deste século, a proibição passa a ser total sob pena de pesadas sanções por parte da Inglaterra para os que continuassem as atividades. Em 1888, Brasil torna-se o último país das Américas a abolir a escravidão. É neste século também que inicia um processo maior de expansão territorial, a colonização e a consolidação da colonialidade do poder no continente africano. O território que posteriormente veio a se tornar Guiné-Bissau foi durante muito tempo palco de lutas e resistências protagonizados por sociedades “englobantes” e “englobadas”. Aliás, o processo de territorialização, sobretudo das regiões litorâneas, é também resultado de uma estratégia de subsistência e de resistência aos poderes hegemônicos.

Enquanto nas Américas, a colonização territorial antecedeu a colonialidade do poder. No caso de boa parte do território africano, entre os quais a atual Guiné-Bissau, a colonialidade do poder foi exercida antes da colonização territorial, com intervalos de séculos. Um exemplo de sua manifestação em uma de suas formas mais radical de hierarquização e diferenciação natural, foi a brutalidade e violência da escravização e coisificação dos negros africanos, em particular. A formação, direta ou indiretamente, de sociedades crioulas, como vamos mostrar mais adiante, e a parceria com poderes hegemônicos estabelecidos na sub-região constituem estratégias de colonialidade de poder que possibilitaram posteriormente o efetivo domínio territorial.

O século XX marca a consolidação do domínio territorial português na Guiné-Bissau. A presença portuguesa nos territórios do litoral da Guiné-Bissau, em particular na ilha de Bissau, foi caracterizada por uma relação intercalada de paz e grandes enfrentamentos bélicos entre os portugueses e os autóctones da ilha, os pepeis (CAMPOS, 2013). Sendo que houve sucessão de derrotas e vitórias de ambas as partes, com os portugueses conseguindo infligir a derrota aos pepeis,

dominando o seu território somente no início do século XX, com o início da campanha de pacificação²³.

A intensificação da presença portuguesa no território da Guiné-Bissau e o consequente domínio de todo o território do país deve-se, em grande medida, às mudanças iniciadas pela revolução industrial, no início do século XIX, e o desenvolvimento da economia capitalista. Com o início da Revolução Industrial, o tráfico de escravizados diminuiu significativamente, tornando-se proibido a partir da metade do século XIX; entre outros motivos, isso deveu-se por ser um entrave ao desenvolvimento capitalista. A mão de obra escravizada impedia que os indivíduos usufríssem de um ganho financeiro, impossibilitando o consumo destes, um dos importantes pilares do capitalismo. Por outro lado, o desenvolvimento industrial possibilitou um avanço nunca antes visto na capacidade bélica dos países europeus, tornando-os bastante superiores em relação a outros povos, entre os quais os africanos.

O interesse dos países europeus pelo continente africano aumentara; mas, desta vez, por outros motivos: a colonização, a exploração de mão de obra barata localmente, análogas à escravidão, a garantia de mercado para escoamento de produtos industrializados, entre outros. A corrida pelo controle dos territórios africanos intensificou os conflitos entre as potências europeias. Com objetivo de resolver os conflitos, em 1884, sob a mediação do então Chanceler alemão Otto Von Bismarck, foi organizada a Conferência de Berlim (1884-1885). Após a Conferência, houve um aceleração no processo de ocupação e domínio dos territórios africanos. No caso da Guiné-Bissau, foram necessários quarenta anos para que Portugal conseguisse superar as resistências e conquistar todo o território nacional. Contudo, de acordo com Campos (2013), não fosse o auxílio de próprios autóctones, sobretudo dos dois grupos mais estruturados militarmente, fulas e mandingas,²⁴ entre outras causas, a investida portuguesa poderia ser fadada ao fracasso ou teria demorado mais tempo para se concretizar.

²³Campanha de pacificação foi o nome atribuído a violenta ofensiva militar empreendida por Portugal na atual Guiné-Bissau entre 1990-1930, com o objetivo eliminar as resistências ao seu domínio territorial (DIAS, 2006).

²⁴ Estes povos eram considerados pelos portugueses os mais evoluídos entre os diferentes povos da Guiné, por isso, foram utilizados como colaboradores e intermediários no seu empreendimento colonial.

O domínio territorial português e a consequente conformação dos espaços e os contextos sociais das diferentes comunidades segundo seus interesses sociopolíticos, militares, econômicos e geoestratégicos, teve profundo impacto deletério em todos os aspectos da vida social do povo guineense. Entre as consequências, destacam-se algumas: o desgaste sistemático da estrutura basilar das organizações sociais autóctones, reorganização da estrutura de poder popular, com imposição de autoridades autóctones estranhos às comunidades. Além disso, procedeu-se também a uma monetarização da economia rural, incentivando a produção individual e a desvirtuação do sistema comunitário de produção de excedente coletivo destinado às situações de emergências, como foi referido anteriormente (D'ÁVILA, 1991). O “tchon”, como elemento agregador, a base da relação comunitária passa por um processo de ressignificação simbólica com a sua alienação para atividades extracomunitárias e econômicas, com tendência a individualização das práticas antigamente realizadas comunitariamente, como é o caso da produção agrícola. Por conta disso, apesar do domínio português sobre os territórios, sempre houve grandes resistências. Essas, a partir da metade do século XX, vão se manifestando de um modo mais estruturado e consistente.

3.5.1. A resistência organizada contra o colonialismo

Ao longo de sua presença na Guiné-Bissau, a colonização portuguesa sempre enfrentou resistências e ataques. O ataque de Bolôr²⁵ em 1878 (CAMPOS, 2013; CARDOSO, 2004; LOPES, 1986) continua sendo o evento mais célebre da época de resistência difusa. Por “resistência difusa” entendemos a época em que cada coletividade social se defendia isoladamente das investidas coloniais portuguesas. Digamos que a resistência mais organizada foi originada de dentro da própria estrutura social criada a partir da estratégia colonial portuguesa no continente. A relação comercial, o estabelecimento por meio de presídios e feitorias ocasionou o nascimento duma sociedade mestiça, africana e europeia, a qual, de acordo com Cardoso (2004, p.3), se organizava de seguinte maneira:

²⁵ Em 30 de dezembro de 1878, os felupes de Bolor massacraram os ocupantes de um barco português que ali se tinha deslocado com o objetivo de castigar os habitantes de Jufunco. Da força de 55 homens, foram mortos 51, incluindo 2 oficiais (CAMPOS, 2013, p. 57).

Em termos de estratificação social, a sociedade africana colonial da segunda metade do século XIX caracterizava-se por linhas de clivagem em volta de várias camadas sociais, entre as quais se destacavam os mulatos (descendentes de um europeu e de uma africana) e os mestiços (de mãe guineense e de pai caboverdiano). Muitos oriundos de Cabo Verde ocupavam o topo da pirâmide e formavam o núcleo dos designados por creoulos. A seguir vinham os africanos cristãos ou *gumetes*²⁶.

Embora fosse partidária da presença colonial na Guiné-Bissau, esta classe, a qual constituía uma espécie de elite intermediária afro-portuguesa, vislumbrava a consolidação da Guiné então denominada portuguesa como um Estado-nação. Como nos mostra Cardoso (2004, p.6),

As actividades destes actores conduziram à criação, em dezembro de 1910, da Liga Guineense. Os seus membros protagonizaram diligências incessantes no sentido de exigir do governo português uma maior actividade escolar com vista à elevação do nível cultural dos guineenses, tendo por isso sido vista como uma associação escolar, educativa e de ajuda mútua que deixou marcos na vida sócio-cultural da colónia. O grupo dos seus membros era, sobretudo, constituído por pequenos comerciantes, artífices e trabalhadores marítimos, na maioria de Bissau e Bolama (SIC).

É dentro deste grupo, de acordo com Lopes (1986, 2003), que vai nascer o protonacionalismo guineense que, mais tarde, irá influenciar os nacionalistas que conduziram a luta armada contra a colonização portuguesa. Por exemplo, Amílcar Cabral que mais tarde viria a liderar a luta contra colonização, descende desse grupo. Seu pai, Juvenal Cabral, era um membro ativo dessa elite intelectual intermediária (CARSONO, 2004). A partir da década de 1950, alguns movimentos de libertação nacional começaram a surgir no cenário guineense. Dentre eles aqueles que mais se destacaram evidencia-se o PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde), o qual foi criado por membros desta elite intermediária de guineenses e cabo-verdianos. Com isso, a resistência à colonização passou por

²⁶ *Grumetes* primeiramente eram designados assim os empregados e escravizados que prestavam serviços aos portugueses no porto de Bissau e nos navios. Esta designação passou, mais tarde, a ser extensiva a todos os guineenses que, convertidos ao cristianismo, adotaram nomes e apelidos [sobrenome] portugueses (CAMPOS, 2013, p.15).

uma fase melhor estruturada e consistente (SEMEDO, 2009). Após várias tentativas de aceder a independência por vias de diálogo, em 1963 o PAIGC inicia sua luta pela libertação da Guiné-Bissau que viria a terminar somente onze anos depois com o reconhecimento formal da independência por parte de Portugal no ano de 1974, um ano depois de o PAIGC ter declarado unilateralmente a independência da Guiné-Bissau. Não se pode tratar da resistência sem falar do processo de mobilização para a luta. A pequena elite intermediária que encabeçou a resistência teve o mérito de conseguir agrupar sob uma só frente os vários grupos étnicos que ao longo do período colonial, ainda que de forma dispersa e sem grandes recursos materiais já vinha resistindo ao colonialismo português.

Os combatentes da liberdade conseguiram estabelecer uma sociedade alternativa à portuguesa apelando para autodeterminação e o imperativo de eliminação do inimigo comum, os colonialistas portugueses (LOPES, 1986). Sob essa base também se edificou a ideia do nacionalismo guineense (LOPES, 1986). Junto com os portugueses, outros inimigos foram identificados pelos combatentes da liberdade guineenses. Os fulas e mandingas, boa parte deles, colaboradores dos portugueses também foram visados. No período logo após a independência, as divergências entre os grupos que se militaram em lados diferentes ao longo da luta de libertação colonial, vão constituir um entrave à consolidação da ideia da identidade nacional, a construção negativa do outro manteve-se e possibilitou o uso da violência contra autoridades tradicionais fulas, tendo sido alguns assassinados pelo Estado, sob a acusação de terem colaborado com os colonizadores (FERNANDES, 1993). O que se pode constatar é o seguinte: embora tenha havido uma vitoriosa luta pela independência por parte dos guineenses, estes não conseguiram se deslocar da colonialidade do poder e de suas formas de diferenciação que opera constantemente com objetivo de eliminação simbólica, mas também física do outro.

3.6. O Estado e a Sociedade na Guiné-Bissau Contemporânea

Volvidos quatro décadas após a independência, a Guiné-Bissau apresenta um quadro bastante delicado em termos sociopolíticos. Há quase duas décadas vive num complexo ciclo de instabilidade sociopolítica e militar. O país, em particular a

sua instituição de Estado tem atraído atenção de vários pesquisadores e estudiosos cujos objetivos, em geral, visam compreender as condições e relações de força que contribuem para minimizar a capacidade de realização do Estado, ao ponto de se questionar a sua existência ou a sua necessidade.

No presente subitem apresentamos um debate no qual agrupamos alguns autores que já vinham discutindo o Estado africano e o guineense em particular, mesmo antes de se colocar em causa a sua existência, e autores que passaram a se dedicar ao seu estudo mais recentemente. Estes nos auxiliaram, sobretudo, na compreensão da pouca sintonia existente entre a estrutura e dinâmica do Estado nacional para com as formas multifacetadas da vida social cotidiana de seus povos.

3.6.1. O Estado nacional guineense

A concepção sobre o Estado adotada nesse trabalho tem como base aquela proposta por Weber (1997, p.14), a partir da sua sociologia da dominação. De acordo com o mesmo, o Estado é “uma comunidade humana que pretende o monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território”. Por conseguinte, os seus discursos e suas práticas são orientados para o controle da população no âmbito de sua delimitação territorial por meio uso da violência legitimada. Na sua análise, dois aspectos são fundamentais: o uso da força para obter controle e dominação e a base sob qual se fundamenta a legitimidade dessa dominação. O autor procura compreender nas suas análises como se constrói e se mantém a legitimidade da dominação que um grupo exerce sobre o outro (BIANCHI, 2014). O Estado, portanto, não é autoevidente, é, sim, um projeto de dominação em constante disputa, em que os detentores do poder têm a necessidade de afirmar e renovar o seu poder por meio de discursos e práticas com vistas a manter o *status quo*.

O Estado moderno guineense, herdado de um Estado colonial violento, foi construído com base numa disputa igualmente violenta que tinha como um dos panos de fundo a reivindicação da humanidade e a liberdade dos dominados. A disputa colocou em causa a legitimidade moral e histórica do poder constituído, o colonial, enquanto se reivindicava a legitimidade de detenção do controle do Estado por parte dos revolucionários, os autóctones.

Na sua imaginação institucional sobre o Estado pós-colonial, antes mesmo da independência, Cabral (1978), ciente dos desafios da construção e gestão da dominação estatal, sugeriu que havia dois caminhos possíveis para se pensar o futuro Estado guineense. O primeiro, que implicava, em grande medida, numa continuidade do modelo de Estado colonial contra o qual estavam lutando, consistia na substituição dos colonos pela pequena burguesia, os criolos, que lideravam a luta, cuja condições materiais e intelectuais os tornavam mais qualificados para gerir o poder institucional. Havia, entretanto, o grande risco deste grupo substituir os colonos, porém, manter os privilégios sustentados pelo modelo econômico e político altamente desigual. A segunda via, consistia no acesso ao poder dessa pequena burguesia, contudo, por conta de sua consciência política, abriria mãos dos seus privilégios, governando em função e interesse do povo como um todo. Isso implicava, nas palavras de Cabral (1978), em suicídio de classe.

Quando o PAIGC chegou ao poder, em grande medida, optaram pela primeira opção enunciada por Cabral (1978), a construção do Estado baseado no modelo burguês. A sua legitimidade principal foi baseada na luta pela libertação, e durante vinte um ano mantiveram um sistema de partido único, auto intitulando-se “força, luz e guia do povo guineense”.

O nosso interesse na presente seção consiste em apresentar as características e aspectos do funcionamento do Estado contemporâneo guineense, de modo que se possa compreender as suas implicações na relação entre os agentes públicos, seus parceiros não estatais e as populações locais no âmbito da construção e execução das políticas socioambientais relacionadas às mudanças climáticas.

De acordo com Chabal (1993), uma das melhores formas de apreender a estrutura e a dinâmica dos Estados africanos pós-colonial (sic) é pensar as continuidades e descontinuidades ocorridas no seu seio. Estas ocorrem, de acordo com o autor, por meio do que o mesmo denominou de “reafricanização do Estado”. Por reafricanização, entende o autor “todo processo importante através do qual o legado político – as ideias, práticas e instituições – do governo colonial e da colonização foram assimilados, transformados e reapropriados por África” (CHABAL, 1993 p. 47). De acordo com o autor, guardadas as devidas proporções, a reafricanização vai ocorrer em diversas partes de África com as mesmas características.

Ao tomar como parâmetro de análise o processo de “africanização do Estado”, de acordo com o autor, reduz-se o peso significativo colocado no legado colonial em detrimento dos arranjos sociopolíticos e econômicos endógenos ocorridos após a independência.

Implica dizer que:

Ao longo do tempo, o processo de africanização política vai moldando as estruturas políticas estabelecidas na independência de acordo com as contingências e ritmos da relação entre o Estado e a sociedade. As disposições constitucionais e as proclamações ideológicas são adaptadas às realidades da política e da economia pós-colonial e transformadas por elas (CHABAL, 1993, p.48).

Nesse sentido, de acordo com o autor, o processo de reafricanização explica tanto o sucesso como as deficiências do Estado. A chave explicativa, portanto, reside na complexa relação do Estado com a sociedade civil. Na medida em que, se do ponto de vista macro-analítico é possível vislumbrar disputa e opiniões inconciliáveis entre as partes, a nível micro a relação mudaria de figura e se tornaria mais estreita e menos conflitante.

Isto é, as redes clientelistas, patrimoniais e de prebendas que ligam os indivíduos do Estado e da sociedade (civil) são tão numerosas e extensas que garantem a manutenção de um sistema político no qual o Estado é superior à sociedade civil apenas enquanto for colonizado por ela. [...] (CHABAL, 1993, p.53-54).

Por meio destas relações veladas, tanto os indivíduos que operam desde dentro do Estado como aqueles pertencentes à sociedade civil vão ter acesso ao conjunto de recursos que são angariados por meio do Estado. Estes recursos, na maior parte das vezes, têm sido apropriados de forma indevida pelos primeiros e utilizados para fins particulares. Nos orientamos pela leitura de Chabal (1993), mas, não sem problematizá-la. É preciso considerar que as transformações que vão ocorrer no interior do Estado, por meio da reafricanização, são realizadas dentro dos parâmetros estabelecidos pela colonialidade do poder que opera a continuidade por outras vias. Queremos com isso dizer que existe uma consistência na continuidade de algumas estruturas do sistema colonial (LOPES, 1982). Por exemplo, a

manutenção do modelo de Estado espelhado nos Estados europeus; a manutenção da política econômica baseada na monocultura de exportação, o estabelecimento das hierarquias sociais nos marcos produzidos pela colonialidade, entre outros. Baseado nisso, torna-se fundamental compreender o processo de reafrikanização dentro dos limites das estruturas que o precederam, e as quais a nova dinâmica estabelecida não se empenhará em superar.

No caso específico da Guiné-Bissau, a independência do país acarretou também grandes desafios para o PAIGC, o partido que assumiu o poder no país. Um dos desafios consistia na afirmação e legitimação do seu poder por meio de alargamento e consolidação do aparelho de Estado (FORREST, 1993). A reorganização do aparelho do Estado tendo como base aquilo que restou do Estado colonial era uma tarefa bastante complexa. Era preciso não só recursos humanos qualificados para organizar e executar políticas públicas que se faziam necessárias, como também recursos financeiros para materializar tais aspirações.

A autonomia financeira consistia, portanto, em um dos meios do Estado conquistar a legitimação do seu poder. Tal tarefa, entretanto, exigiu arranjos sociopolíticos complexos, os quais tiveram importantes impactos nas relações do Estado com a sociedade civil (FORREST, 1993). Uma importante medida tomada por PAIGC, logo após a independência, foi supressão de vários impostos. Tal atitude tinha como um dos objetivos se diferenciar das autoridades coloniais portuguesas, cujas cobranças de tais tributos constituíam umas das marcas fundamentais de sua relação conturbada e extremamente conflituosa com a população autóctone guineense.

Sem os recursos de impostos que, em grande medida, contribuíram para assegurar a funcionalidade do Estado colonial, a estratégia, de acordo com Forrest (1993), foi o investimento na angariação de fundos internacionais para financiamento de projetos de desenvolvimento nacional. Tal tarefa, a qual permitiu uma maior autonomia do Estado guineense em relação à sociedade, obteve relativo sucesso. Contudo, isso ocorreu em grande medida, por conta de estabelecimento de outras relações de dependência, desta vez, em nível de sua inserção internacional.

[...] depois da independência, a política e a política econômica da Guiné-Bissau giraram essencialmente à volta dos esforços desenvolvidos pelo estado para sobreviver e crescer como um conjunto de instituições políticas governantes. Os imperativos da

autonomia burocrática obrigaram a uma política de despesas estatais centradas grandemente em assegurar o bem estar coletivo dos ministérios governamentais e outros órgãos de poder estatal. No entanto, à medida que o período pós-colonial avançava, o Estado guineense viu-se cada vez mais dependente de forças econômicas externas precisamente devido à sua priorização da sobrevivência organizativa das suas partes componentes (FORREST, 1993, p.78).

Como podemos ver, por um lado, a burocratização do aparelho estatal não tinha como fim último estabelecer impessoalidade e maior rigor no controle da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Pelo contrário, buscava distanciamento entre a sociedade e as redes de relação estabelecidas dentro do Estado. Por outro lado, a dependência da ajuda externa, por meio de doações e empréstimos, ocasionou uma alteração na orientação do Estado guineense, o qual se tornou mais sujeito as exigências e imposições dos seus credores.

Assim, a despeito do relativo sucesso em relação ao modelo de autonomia seguido, de acordo com Forrest (1993, p.58), o Estado guineense não conseguiu fugir da característica de “Estado suave”.

Podemos caracterizar um “Estado suave” como um Estado com instituições que são fundamentalmente incapazes de traduzir objetivos políticos em ações políticas; Um Estado incapaz de consolidar um sistema político-administrativo nacionalmente eficaz; e um Estado que tenta, mas não consegue impor a nível nacional um sistema de extração econômica sobre o seu setor econômico mais produtivo [...] Além disso, como consequência destas dificuldades, um Estado suave tende a ser marcado por um afastamento anormalmente grande entre o conjunto dos cidadãos normais e a liderança do Estado, existindo poucos ou nenhuns conjuntos formais de ligações entre o Estado e a sociedade.

As dificuldades do Estado guineense de se deslocar ou superar as características que o tornam um “Estado suave” podem ser melhor compreendidas se levarmos em conta a análise do Vigh (2009, p.146), o qual sugere que, desde a independência guineense, a história política do país tem sido caracterizada pelo que o mesmo denomina como “instabilidade estável”. Tal “instabilidade estável” seria movida por relações baseadas em patrimonialismo, as quais, de acordo com o mesmo, estariam centradas menos em Estado e mais em redes de caráter

supraestatais ou paralelas ao mesmo, assim como estas são baseadas menos em ideologias e mais em alianças que se fazem convenientes (VIGH, 2009, p. 147).

Portanto, conflitos no interior do Estado entre as redes patrimoniais seriam os principais responsáveis pela precária situação sociopolítica e econômica do país (VIGH, 2009). Conforme Vigh (2009, p. 156), o patrimonialismo, em geral, opera no seguinte contexto, "Quando as pessoas perdem a sua capacidade para acumular o que é necessário para garantir a sua sobrevivência física e social; quando outros sistemas políticos - por exemplo, o Estado- perde a sua capacidade de prover aos indivíduos".²⁷

No caso da Guiné-Bissau, de acordo com o autor, as redes patrimoniais paralelas ao Estado estariam tão estabelecidas que suas estruturas independentes das mudanças que ali ocorrem, mantêm-se firmes. Implica dizer que mesmo em situações mais extremas, como é o caso de conflito armado, golpes de Estado e outras formas de violências político-militar, o que ocorre dentro das redes é uma espécie de remanejamento e concessões, mas nunca a sua superação ou eliminação. Vigh (2009) chega a tal conclusão a partir do seu estudo sobre o conflito político-militar de 1998 na Guiné-Bissau. Tal conflito constitui, até hoje, um importante marco temporal na memória coletiva do povo guineense.

Atualmente, o tempo cronológico na Guiné-Bissau, geralmente, é dividido entre o antes e o pós-conflito de 1998. Nota-se também que a representação social popular sobre o Estado no período pós-guerra mudou significativamente, isto é, existe um discurso comum que refere ao período anterior à guerra como aquele em que existia autoridade, ainda que autoritária. O pós-conflito que ocasionou a entrada de vários grupos e indivíduos na disputa pelo poder dentro do Estado e das redes patrimoniais, de acordo com o discurso popular, passou a ser sinônimo de desorganização social e do Estado, ausência de autoridade, insegurança e medo. Tal compreensão parece ser uma unanimidade também entre estudiosos da Guiné-Bissau (BORDONARO, 2009; CARDOSO, 2004; TRAJANO FILHO, 2008; VIGH, 2009).

O ensaio de Trajano Filho (2008) intitulado "O precário equilíbrio entre improvisação e regras: reflexões sobre a cultura política da Guiné-Bissau" capta bem

²⁷ "when people lose their ability to amass what is needed to secure their social and physical survival; when other political systems—for example, states—lose their ability to provide for subjects" (VIGH, 2009, p. 156).

a percepção supracitada. Diferente dos autores citados anteriormente, Trajano Filho (2008) realiza uma leitura mais geral, abarcando também a dimensão do Estado. O autor realiza sua análise tendo como referência também o corte temporal estabelecido pelo conflito político militar de 1998. Nesse sentido, qualifica o contexto pós-guerra como “um momento em que as coisas ficam fora de controle e as pessoas não são mais capazes de imaginar e conjecturar as suas ações e as dos outros” (TRAJANO FILHO, 2008, p.239).

Os tempos que se seguiram ao período pós-guerra, de acordo com o referido autor, passaram a ser caracterizados por conflitos entre os atores políticos cujo objetivo era o acesso ao poder e obtenção de influência política. Como consequência, o funcionamento do Estado foi afetado significativamente ao ponto de se estagnar. As disputas pelo poder e prestígio, ao se expandir para as camadas mais baixas do funcionalismo público, teriam eliminado a rotina administrativa, resultando, entre outros, “no colapso das instituições do Estado e do sistema político” (TRAJANO FILHO, 2009, p.240).

A grande novidade analítica apresentada pelo autor tem a ver com a sua percepção da ausência de regras que orientam a conduta dos indivíduos. Embora sempre houvesse várias redes em disputa dentro do Estado, os indivíduos, em grande medida, partilhavam um conjunto de regras objetivas e simbólicas que orientavam e permitiam a participação nos espaços de poder e prestígio. Tais regras, em grande medida, são conjuntos de significados, objetivos e simbólicos, e de vivências compartilhadas e construídas coletivamente. Com a ausência das mesmas, novos elementos entram em cena; um exemplo, é a capacidade dos indivíduos de “se virar” diante do contexto que se apresentar.

Se formos resumir em uma palavra o novo aspecto da vida social seria o *dubria* (VIGH²⁸, 2006 *apud* TRAJANO FILHO, 2008). “[...] Tomada de empréstimo do francês *débrouiller*, a palavra tornou-se um valor, retratando tanto um modo de viver quando um modo de ser nos quais a improvisação substitui as regras” (TRAJANO FILHO, 2008, p.250). Assim como Vigh (2009), Trajano Filho (2008, p. 254-255) conclui que o patrimonialismo se manteve no período pós-guerra, ostentando, contudo, nova roupagem, como se pode ver na citação a seguir:

²⁸ VIGH, H. Navigating terrains of war: Youth and soldiering in Guinea Bissau, New York, Berghahn Books. 2006.

Na Guiné pós-colonial, por assim dizer, desapareceram os grupos corporados, mas manteve-se a apropriação privada do patrimônio e sua redistribuição, agora entre as redes fluidas e instáveis formadas pela improvisação e competição entre os atores sociais. Eis o dilema guineense: desapareceram os grupos corporados e os valores associados a eles, mas manteve-se a distribuição patrimonial feita na base da improvisação, da sagacidade e da esperteza.

O modo de viver no imprevisto que passou a caracterizar de forma mais visível o cotidiano dos cidadãos de Bissau, em particular os funcionários públicos e indivíduos de suas redes, no olhar de Bordonaro (2009, p.36), não se trata necessariamente de crise ou colapso do Estado, mas, sim, da “irrelevância do Estado na Guiné-Bissau”.

O autor chega a tal conclusão a partir de sua análise de mais um momento de crise violento na Guiné-Bissau, quando em 2009 o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Tagme Na Way, e o Presidente da República em exercício, João Bernardo Vieira (Nino Vieira) foram assassinados em intervalo de menos de cinco horas, sem que, no entanto, à primeira vista, aquilo afetasse a ordem das coisas no país. Significa dizer não ocasionou crises maiores como era de se esperar em outros contextos.

Além do mais, as duas figuras importantes foram prontamente substituídas. Nesse sentido, de acordo com o autor, a ausência de consequências observada, num primeiro momento, revela muito sobre as relações sociopolíticas e a natureza do Estado na Guiné-Bissau. E mais, tal acontecimento, de acordo com o mesmo, revela o caráter descartável das altas figuras do país, inclusive a do presidente da República. Na acepção de Bordonaro (2009, p. 37), o que está ocorrendo na Guiné-Bissau é resultado de emergência de novas redes de poder e alianças que ultrapassam o escopo do Estado. O poder seria disputado fora do Estado, por atores de mais variadas naturezas e ramos de atuação.

Eu prevejo uma situação sombria, potencialmente volátil em que não só as ONG nacionais e internacionais, agências de cooperação do Estado, e as organizações internacionais (por exemplo, o FMI e o Banco Mundial, a União Europeia, a União Africana, da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental [CEDEAO]), mas também as facções do exército, os investidores de turismo, traficantes de drogas, e as autoridades locais rurais negociam e

competem em um espaço político que já não se estrutura em camadas claras, mas é cada vez mais disperso e horizontal, e onde o Estado é, em grande medida, irrelevante e totalmente impotente (BORDONARO, 2009, p. 38).²⁹

O quadro analítico desenhado por Bordonaro (2009) é bastante interessante para pensar a dinâmica e a relação de poder no e através do Estado e mesmo fora deste. Os prognósticos do autor além de contundente são bastante provocativos. A atuação de algumas ONGs corrobora, em partes, a afirmação de Bordonaro (2009). No entanto, não acreditamos que se chegará ao ponto da irrelevância do Estado, na medida em que, não obstante o caráter violento das disputas sociopolíticas, as pressões, sobretudo vindas da sub-região e dos parceiros internacionais, incidem, sobretudo na legalidade e legitimidade das medidas e ações políticas. O Estado constitui, por enquanto, o principal reduto de legitimação dos mesmos.

Entretanto, um quadro em que os atores, ONGs, funcionários públicos de alto escalão, etc., cada vez mais vão legitimar suas ações, muitas das vezes ilegais, utilizando a sua pertença ou boa relação com os indivíduos do alto escalão no aparelho de Estado já vem ocorrendo e tende a intensificar. Embora concordemos com a ideia de proeminência de novos atores na disputa sociopolítica, ao contrário de Bordonaro (2009), acreditamos que o Estado se fará cada vez mais importante na medida em que a capacidade de produção de riqueza a nível interno vai diminuindo por conta de possível intensificação de tensões e conflitos sociopolíticos que têm propensões de se tornar mais difusos quanto maior a diversidade de atores envolvidos, os quais, por sua vez, tendem a resultar em maior dependência de recursos externos cada vez mais escassos e de difícil acesso. Estes, por seu turno, só poderão ser acessados mediante vários condicionamentos, dentre os quais, o da existência de um Estado minimamente organizado e legitimado.

A seguir, passaremos a nos debruçar sobre esses processos através de sua expressão na dimensão institucional das políticas socioambientais. Destacaremos o modo como indivíduos no interior do Estado mobilizam recursos e estratégias diante

²⁹I foresee a gloomy, potentially volatile situation in which not only national and international NGOs, state cooperation agencies, and international organizations (e.g., the IMF and the World Bank, the European Union, the African Union, the Economic Community of West African States [ECOWAS]) but also factions of the army, tourism investors, drug traffickers, and local rural authorities negotiate and compete in a political space that is no longer layered clearly but is increasingly dispersed and horizontal, and where the state is largely irrelevant and utterly powerless (BORDONARO, 2009, p. 38).

das transformações que acabamos de problematizar e, sobretudo, como isto vai reverberar na prestação de serviços públicos e na construção e execução de certas políticas públicas. O conteúdo do subitem que se segue, em grande medida, vem reforçar a ideia da “necessidade da presença do Estado”, para conectar atores que atuam no interior da instituição com aqueles de fora, sejam eles da sociedade civil organizada em ONGs como nas agências multilaterais.

3.6.2. Dimensões institucionais das políticas socioambientais na Guiné-Bissau

A concepção e a execução de políticas socioambientais relacionadas às mudanças climáticas na Guiné-Bissau têm sido compartilhadas por várias instituições do Estado guineense, das ONGs nacionais e internacionais e demais formas de sociedade civil organizada. A década de 1980 constitui um marco importante na propagação da preocupação com o meio ambiente e sua preservação a nível mundial. No caso da Guiné-Bissau, o contexto sociopolítico e econômico da época era caracterizado por várias reformas, entre elas: a) a que culminou no processo de abertura política que encerrou o período de monopartidarismo e abriu espaço para uma maior atuação da sociedade civil; b) a implementação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) financiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), o qual, em termos gerais, proporcionou uma transição de economia planejada para uma economia de mercado e significou, também, uma menor presença do Estado, inclusive, no referente ao fornecimento serviços básicos e mínimos vitais para os grupos sociais mais empobrecidos do país. Isso proporcionou a entrada das ONGs como parceiros do governo na consecução de políticas públicas. É no contexto supramencionado que, em 1988, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) se estabelece no país (RGB, 1997). De acordo com os documentos do governo guineense, a UICN desempenha a seguinte função:

[...] actua na Guiné-Bissau, como facilitador de diferentes actividades no domínio do ambiente, apoiando na assistência técnica, na circulação de informação, procura de financiamento e na formação. Colabora com instituições do estado, ONGs, instituições de Pesquisa, Associações de base. Estimula a criação de redes sub-regionais para uma melhor valorização de competências, e criação

de um quadro de cooperação entre instituições similares nacionais (RGB, 1997, p.45).

No mesmo ano de 1988, a UICN incentivou e apoiou a criação daquele que é tido como o primeiro órgão estatal direcionado estritamente ao planejamento de políticas socioambientais, o gabinete de planificação costeira. Aquele órgão foi criado com os seguintes objetivos (RGB, 1997, p.37-38):

- ✓ Otimizar as atividades econômicas desenvolvidas pela população rural costeira;
- ✓ Manter a renovabilidade dos recursos naturais exploráveis;
- ✓ Conservar as amostras representativas do patrimônio natural da zona costeira do país através da criação de áreas protegidas específicas;
- ✓ Harmonizar no espaço e no tempo os diferentes sectores económicos;
- ✓ Propor mecanismos de resolução de conflitos entre os diferentes grupos de interesse.

A presença da representação da UICN na Guiné-Bissau não só possibilitou a criação de instituições estatais de planejamento socioambiental, como também favoreceu, em grande medida, a criação de várias ONGs que tiveram por objetivo a proteção do meio ambiente e atividades afins, utilizando para isso a sua experiência para formação de recursos humanos e auxiliando as demais organizações na captação de recursos financeiros internacionais.

Em 1992, em meio à preparação do país para participar na Cúpula da Terra na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, onde foi assinado a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (CQNUMC), criou-se o Conselho Nacional do Ambiente (CNA), conforme pode se ver na citação a seguir,

[...] no quadro de um processo de reflexão entre várias entidades estatais e da sociedade civil, cria-se o **Conselho Nacional do Ambiente**, o CNA com o mandato de formular, seguir e coordenar a política ambiental na Guiné-Bissau. Esta estrutura que para ter maior vigor e dinâmica na concertação intersectorial foi directamente ligado a Presidência da República, e para ter um suporte técnico, foi-lhe atribuído uma comissão técnica composta por técnicos de todas as instituições do estado e ONGs para assessorar o seu Secretário Executivo [...]. Segundo os seus objectivos, deveria assegurar uma

concertação horizontal, não só entre as estruturas governamentais, isto é mais concretamente entre os sectores, como também entre a sociedade civil (SIC) (RGB, 1997, p.38).

Assim como as demais instituições do Estado guineense, o setor de ambiente também vive a fragilidade e a constante mudança institucional. Como podemos constatar na revisão realizada por Biai (2009) sistematizado no quadro 12.

Ano	Descrição
1992	Institucionalização do antigo Conselho Nacional do Ambiente (sob directa dependência do Presidente da República, um Comité Coordenador formado por Ministros das áreas afins, um Secretário Executivo e um Comité Técnico), órgão criado pelo Decreto nº 24/92 publicado no Boletim Oficial nº 12 de 23 de Março e que existiu até 1996 (SIC).
1994	O Executivo assume, pela primeira vez, a institucionalização de um departamento governamental encarregue da prossecução da política ambiental na Guiné-Bissau. Dá-se, assim, o surgimento da então Secretaria de Estado do Turismo, Ambiente e Artesanato que englobava uma Direcção Geral do Turismo, Ambiente e Artesanato (Decreto Presidencial nº 2/94, publicado no Boletim Oficial nº47 de 24 de Novembro) e posteriormente o Ministério do mesmo nome (SIC).
1996	Com a finalidade de evitar uma sobreposição ou duplicação de acções, o Governo optou pela extinção do CNA (Decreto nº 11/96, Boletim Oficial nº 41/96 de 7 de Outubro). Foi instituída uma Direcção Geral do Ambiente. O mesmo Decreto criava a Conferência Nacional do Ambiente, enquanto um fórum de reflexão nacional, perspectivando-se uma ampla participação da sociedade civil (SIC).
1997	Assiste-se a criação do Ministério do Desenvolvimento Rural, dos Recursos Naturais e do Ambiente que englobava a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais e do Ambiente (por sua vez contava com uma Direcção Geral do Ambiente na sua Orgânica) (SIC).
1999	Na estrutura do Governo de Unidade Nacional o sector do ambiente esteve directamente ligado à Secretaria de Estado da Energia, dos Recursos Naturais e do Ambiente. Resultante de medidas de contenção financeira surge uma Direcção Geral dos Recursos Naturais e do Ambiente e consequentemente a Direcção de Serviços do Ambiente (SIC).
1999	Com a formação do novo Governo saído das eleições de 1999, é criado o

	Ministério dos Recursos Naturais e do Ambiente, departamento governamental que figurou até março de 2001 e por conseguinte uma Direcção Geral do Ambiente, embora se perspetive a sua transformação num Instituto do Ambiente (SIC).
2009	Actualmente existe a Secretaria de Estado do Ambiente e do Desenvolvimento Durável (SEADD) criada no 4º Governo Constitucional da República da Guiné-Bissau pelo Decreto Presidencial n.º2/2009, de 07 de Janeiro de 2009. Trata-se de um departamento governamental que tem por missão global definir, executar e coordenar a política e acção ambientais e do desenvolvimento durável a nível nacional (SIC).

Quadro 12: Mudança Institucional no setor de ambiente da Guiné-Bissau
 Fonte: Adaptado de Biai (2009, p.28-29).

As mudanças institucionais que têm ocorrido no setor de ambiente, como mostra a revisão realizada por Biai (2009), não constituem uma particularidade, mas sim a característica que regem as instituições públicas guineenses. Explicada, em partes, pelas lutas no interior do Estado como foi demonstrado anteriormente e ainda será aprofundada ao longo da tese.

Após a abertura política no ano de 1994, a qual possibilitou a democratização do país, nenhum governo constitucional conseguiu cumprir os quatro anos de mandato até a data presente. Tal situação só tem reforçado a “suavidade” do Estado. Os indivíduos e grupos que fazem parte das estruturas do Estado se veem constantemente em meio a luta pela permanência e sobrevivência. A cada mudança institucional, um número significativo de indivíduos é excluído e outros tantos são incluídos nas estruturas do Estado. Nenhum indivíduo, efetivamente, tem a sua permanência no Estado garantida. Portanto, políticas e planejamentos em longo prazo são alvos constantes de discontinuidades, contribuindo desse modo para dificultar a realização dos projetos e das políticas.

Contudo, vale frisar que, a despeito das constantes mudanças nas estruturas institucionais, a área de ambiente possui certa particularidade, qual seja: muitas políticas e projetos ali preconizados têm uma relativa continuidade, em grande medida, por conta do financiamento internacional de que são objetos. A estabilização de grupos técnicos no poder é devido ao domínio que os mesmos têm dos meios de obtenção de financiamento internacional na área de que suas pastas

são objetos. Contudo, a continuidade e a duração dos projetos duram o tempo que o recurso internacional estiver disponível.

Parte significativa dos projetos desenvolvidos neste tema decorre de acordos ou convenções internacionais das quais o país é signatário, mas são poucos os indivíduos capazes de formulá-los de forma satisfatória e que, assim, constroem um capital pessoal intransferível, baseado no seu entendimento acerca do histórico de negociações, dos acordos tácitos em torno dos procedimentos de tramitação dos projetos, do jargão apreciável aos avaliadores, dos requisitos das parcerias, além das relações de confiança pessoalizadas entre as partes.

As agências internacionais e fundos internacionais que financiam o país entendem que a cooperação do Estado com as ONGs que atuam nas temáticas ambientais terá solidez em razão da aliança mantida com os funcionários e técnicos que permanecem na instituição pública, num escalão decisório, por vezes, modesto, mas que procura permanecer útil em meio às instabilidades governativas. A formação desses quadros humanos em áreas das engenharias, e em reputadas instituições acadêmicas do exterior, ajuda a demarcar a sua presença no aparato estatal como sendo a de um grupo em prontidão para atuar em afinidade com as expectativas internacionais, para valorizar e assimilar a tecnologia que lhe for transferida, para acompanhar a execução de obras voltadas para o “progresso” do país e para intervir com ações no território sob o comando de qualquer que seja a autoridade política.

Mantendo-se afinados com os discursos das instituições que financiam as políticas ambientais nacionais, além de possuírem uma experiência crescentemente significativa em captação de fundos internacionais, por meio de projetos, isso auxilia tais quadros a sentirem relativa autonomia e segurança em meio às constantes turbulências institucionais no país e independentemente da coloração partidária, ideológica ou interesses em jogo, o que não implica que tais turbulências não os preocupem ou afetem. Ao controlar documentos e dominar a compreensão do conteúdo de diagnósticos e dossiês e dos mecanismos exitosos de interação social, dos quais depende a continuidade dos projetos e protocolos assinados com instituições internacionais, esse quadro vai se perpetuando no Estado e direcionando com constância as políticas do setor. Mas, isso não é tudo que garante a sua estabilidade numa dinâmica institucional conturbada.

De um lado, os cenários muito sombrios para a África subsaariana, elaborados pelo meio científico e endossados por documentos multilaterais no tema das mudanças climáticas globais, justificam que essas redes e alianças não se desmantelem. De outro, é na garantia, explícita ou velada, dos governantes, de que esses técnicos se manterão à frente das rotinas burocráticas relativas a tais projetos, que os recursos externos muito preciosos, frente ao fraco dinamismo econômico interno, continuam a adentrar o país.

3.6.3. O Estado, as ONGs e a população local

Como foi demonstrada anteriormente, a redução da atuação do Estado guineense, sobretudo, nas zonas rurais e regiões mais remotas do país nas últimas três décadas, permitiu a emergência de um conjunto de atores sociais cujo interesse, entre outros, é preencher parte de lacunas deixada pelo Estado na consecução de políticas públicas. Entretanto, como foi demonstrado por vários autores (BORDONARO, 2009; TRAJANO FILHO, 2008; VIGH, 2009), estes atores, que no geral compõem a sociedade civil mais organizada, cresceram e se tornaram “autônomos” em relação ao Estado, constituindo um poder paralelo ao mesmo tempo em que se relacionam com grande cumplicidade.

No seu prognóstico, Bordonaro (2009) chega a ser mais radical ao sugerir que a proeminência destes atores poderá ter como uma das consequências a irrelevância do Estado na Guiné-Bissau. Tese a qual demonstramos reservas.

Vários trabalhos (TEMUDO, 1999, 2009, 2012, entre outros) vão mostrar que longe de uma relação excludente, O Estado e os novos atores, como as ONGs, possuem uma relação de interdependência. Em geral, as ONGs vão utilizar o mandato conferido pelo Estado para se fazerem úteis na consecução das políticas. O desafio é que nesta complexa teia de relações sociopolíticas, econômicas e ambientais que caracteriza o contexto guineense, no mais das vezes, as políticas adotadas tendem a privilegiar a sobrevivência e a preservação institucional dos atores em posição hegemônica, funcionários de Estado, das ONGs, etc.

O trabalho da Temudo (2009) é bastante elucidativo quanto a tal tipo de relação. Em seu estudo sobre políticas de conservação e gestão de recursos naturais no setor de Cubucaré, situado na região sul da Guiné-Bissau, Temudo

(2009), desvela a complexa relação de disputas e conflitos envolvendo diferentes atores sociais, entre eles: o Estado, as ONGs nacionais e internacionais, as populações locais, cuja disputa interna envolve diferenças etárias, étnicas, religiosas, além de interesses econômicos diferentes. De acordo com a autora, a despeito da diversidade identitárias observadas no local, as disputas tinham pouco a ver com tais diferenças e muito mais com interesses hegemônicos concorrentes em relação ao domínio do território e controle dos recursos.

Para legitimar sua intervenção e “salvaguardar” os recursos naturais e a biodiversidade das disputas e do “mau uso” por parte das populações locais, as ONGs lançaram mão do discurso da degradação ambiental. Segundo os seus proponentes, os estudos realizados têm como base imagens fotográficas, mapas e relatos orais colhidos ao longo da primeira metade do século XX, a partir dos quais se vêm estabelecendo comparações com os dados levantados mais recentemente.

As conclusões mais comuns sinalizam um rápido processo de savanização de terras antes cobertas por grandes florestas subúmidas (VASCONCELOS et al., 2002), além da redução das áreas de manguezal, palmeiras e floresta seca. Os mesmos estudos apontam o rápido crescimento populacional e os diferentes modos de uso e manipulação da terra como grandes responsáveis pelo processo de degradação (TEMUDO, 2009).

Segundo Temudo (2009, 2012), a intervenção externa através de três ONGs, que se apresentavam socialmente como portadora do objetivo de salvaguardar os recursos naturais com a participação dos locais, introduziu novas dinâmicas relacionais, as quais não só mudaram as regras de acesso e uso dos recursos como marginalizaram os “donos do chão” do processo decisório sobre os mesmos, ao nomear e legitimar novos atores (TEMUDO, 2009). Estes atores, cuja legitimidade é mínima localmente, vão constituir nova estrutura de poder, situação que tende a suscitar tensões e conflitos locais, em muitos casos irreversíveis.

As novas formas de ocupação do território adotadas pela população local em resposta às adversidades socioambientais e os novos desafios políticos e econômicos passaram a constituir, de acordo com a autora, o centro de conflito das comunidades locais que sofriam interferência com as ONGs e as estruturas de poder que haviam sido criadas pelas mesmas.

Segundo Temudo (2009), sem apresentar soluções viáveis, as ONGs procuraram barrar a construção de novos assentamentos às comunidades

desterritorializadas, monitorar e fiscalizar a exploração de recursos naturais. As práticas dos locais tidas como prejudiciais ao meio ambiente foram criminalizadas na mesma medida em que os canais de diálogo entre as partes em conflito foram significativamente reduzidos. Havia ali um problema real de subsistência, o qual foi simplesmente subsumido; em lugar disso, segundo a autora,

[...] o projeto investiu essencialmente em ações conducentes a um melhor conhecimento da biodiversidade do meio, ao ordenamento do território e consequente demarcação dos maciços florestais e em ações de informação e sensibilização da opinião pública – seminários, encontros, brochuras, exposições fotográficas, concursos escolares, produção de filmes e visitas de estudo –, destinadas essencialmente à população urbana e a promover a imagem das ONG junto dos financiadores (TEMUDO³⁰, 1998 *apud* TEMUDO, 2009, p. 254).

A fundamentação das ações das ONGs, blindadas pelo discurso altamente técnico e baseadas em certas evidências científicas, reduziu a possibilidade de réplica da população local. Eliminou, sobretudo, a possibilidade de uma relação política simétrica (TEMUDO, 2009, 2012; VALENCIO, 2012). Por outro lado, a construção discursiva estigmatizante - da salvação dos africanos de si mesmos, da sua incapacidade de autogoverno e da inadequação de suas soluções paliativas a problemas -, tem tido um efeito perverso de natureza política e econômica:

Os conflitos entre diferentes atores locais e entre estes e atores externos que tentam introduzir novas práticas de conservação dos recursos naturais emergem, na maioria dos casos, de diferenças em termos de conhecimentos, práticas, percepções e representações sobre a natureza (e. g. Temudo 2005). Frequentemente, as populações locais têm sido consideradas responsáveis pela degradação ambiental, do que resulta a adoção de abordagens conservacionistas biocêntricas. [...] Ao deslocar o centro de poder da instituição tradicional gerontocrática e monoétnica dos “donos do chão” para as organizações, criadas exogenamente “de cima para baixo”, dos “guardas de matos” e “comitês de gestão” interétnicos e constituídos majoritariamente por jovens, a intervenção externa não conduz a uma melhor e mais democrática gestão dos recursos naturais, mas à transformação de um sistema equitativo de acesso

³⁰ TEMUDO, M, P. Inovação e Mudança em Sociedades Rurais Africanas: Gestão dos Recursos Naturais, Saber Local e Instituições de Desenvolvimento Induzido. Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, dissertação de doutoramento. 1998.

aos recursos e de gestão sustentável num sistema que vai abrir as portas à “pilhagem” dos recursos [...] (TEMUDO, 2009, p. 260-261).

É notável a existência de estratégias discursivas necessárias para acessar os fundos ambientais com vista a fazer face aos desafios existentes conforme os diagnósticos realizados e apresentados nos planos de ações nacionais. Nesse sentido, uma dupla retórica coexiste: em nível internacional usa-se o discurso da susceptibilidade territorial e da vulnerabilidade social das comunidades rurais guineenses para acessar aos fundos internacionais disponíveis para justificar a necessidade de intervir a nível nacional e local; e a nível nacional, usa-se a retórica da culpabilização e criminalização de práticas humanas locais consideradas nocivas ao meio ambiente para manter a submissão política.

Logo, essas retóricas passam a ser desveladas pelas comunidades, que tendem a estabelecer, em contrapartida, uma relação de desconfiança com o Estado e seus parceiros.

3.7. Considerações Finais do Capítulo

No presente capítulo, procuramos apresentar o período anterior a colonização da Guiné-Bissau, focalizando o aspecto da formação de sua população culturalmente diversificada. Destacamos as lutas e os conflitos, demonstrando como estes tiveram importantes implicações no processo de territorialização do país. Apresentamos os aspectos da relação colonial, destacando as diferentes formas como a colonialidade do poder foram exploradas a favor das pretensões imperialistas e capitalistas portuguesa. Ainda sobre a colonização, focamos igualmente nos diferentes aspectos de resistência à dominação portuguesa.

Destacamos o fato de que na Guiné-Bissau contemporânea, sobretudo na relação entre o Estado, seus parceiros e as populações prevalece a relação de poder baseada nas hierarquias estabelecidas pela colonialidade. Os combatentes da liberdade da pátria, embora tenha tido uma luta vitoriosa contra o colonialismo português, não conseguiram se livrar das armadilhas que possibilitaram, em grande medida, o estabelecimento e a manutenção da relação colonial. O distanciamento do Estado de sua população, o autoritarismo que caracteriza a relação do Estado,

ONGs e as populações locais, os conflitos no interior do Estado pelo poder e pelos recursos, o estabelecimento de governos privados pelas ONGs, as saídas encontradas por funcionários burocratas do Estado que, em conjunto com organizações internacionais, estabelecem a sua agenda na Guiné, entre outros, são aspectos que concorrem significativamente para a vulnerabilização da população.

A razão colonial continua ali presente e ela é apropriada tanto para se afirmar na relação do poder, como é o caso dos técnicos do Estado e ongs que mantêm em sintonia com os discursos das instituições internacionais, apropriando e reproduzindo-os sem filtrá-los ou problematizá-los. Tal razão também serve para eliminar a possibilidade participativa da sociedade e continua eliminando possibilidade de estabelecimento de uma relação política em que as multiplicidades de olhares possam se fazer presentes.

No capítulo que se finda, procuramos, a partir de abordagens histórica, socioambiental, política, econômica e cultural, desvelar a configuração da colonialidade e o modo como se produz a vulnerabilização na relação entre o Estado, seus parceiros e as populações locais mais desamparadas.

No capítulo que se segue, o nosso objetivo é apresentar e problematizar o modo como a dinâmica do poder apresentada se reflete em relações específicas, no nosso caso, no âmbito da produção do PANA. Para alcançar os nossos desígnios, realizamos uma síntese do debate internacional sobre as mudanças climáticas, bem como a revisão e análise dos documentos levantados, ambos, à luz da literatura internacional e nacional. Sistematizamos os discursos do meio técnico e do Estado sobre a base de relações em que as políticas foram construídas, o que nos permitiu obter um parâmetro de comparação entre o discurso oficial e a prática no âmbito de sua relação com as populações locais.

CAPÍTULO 4. MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DO DEBATE INTERNACIONAL A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Diversos estudos, em grande parte, baseados nos relatórios do IPCC (2007, 2014), indicam possível aumento na regularidade, na intensidade e na ocorrência dos eventos extremos relacionados às mudanças do clima³¹ no continente africano. Na última década, vários estudos têm mostrado o continente africano como lugar de ocorrência de eventos severos e extremos (enchentes, alagamentos, inundações, cheias, entre outros) que podem desencadear desastres relacionados à água (IPCC, 2014). Tais desastres poderão gerar afetações diretas nas práticas populares de subsistência ligadas à agricultura, à pesca e à pecuária, entre outras, constituindo riscos à produção social de subsistência aos grupos afetados.

Ainda de acordo com as projeções do IPCC, baseada nos estudos científicos sintetizados por este Painel, diversas regiões da África Subsaariana poderão sofrer com impactos relacionados à mudança do clima através da perda de terras aráveis, devido a subida do nível do mar, salinização e acidificação em decorrência da diminuição das chuvas, ou aumento da mesma, que poderá refletir também em inundações/cheias prolongadas, falta de pastos e de pontos de água para os animais; mudanças nas rotas dos cardumes dos peixes, este com impacto direto no modo de vida ligado à subsistência popular pesqueira. De modo direto e indireto, tais fenômenos poderão proporcionar o aumento de doenças de veiculação hídrica, que pode ter como uma das consequências a diminuição da capacidade produtiva dos indivíduos.

Diante de tal quadro, do ponto de vista socioambiental, dois aspectos são de suma importância quando se trata das mudanças do clima, quais sejam: primeiro, existe um significativo consenso científico em relação à ideia de que as mudanças do clima constituem um grande risco às condições reprodutivas da vida social em diferentes contextos socioambientais ao redor do mundo. Segundo, e, por outro lado, as projeções dos riscos estão envoltas em grandes incertezas, tanto do ponto

³¹Mudança do clima, como termo usado pelo IPCC (2007, p.28), refere-se a qualquer mudança do clima que ocorra ao longo do tempo em decorrência da variabilidade natural ou da atividade humana. Esse uso difere do da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em que mudança do clima se refere a uma mudança do clima que possa ser atribuída direta ou indiretamente à atividade humana e que altere a composição da atmosfera global, sendo adicional à variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis de tempo.

de vista das projeções climáticas quanto do ponto de vista sociopolítico, econômico e cultural.

Por conta disso, existem disputas, às vezes, veladas, outras, nem tanto, em torno das representações dos riscos relacionados às mudanças do clima, em relação às causas das mudanças do clima, bem como de possíveis respostas conjuntas e coordenadas a nível global, nacional e local em face aos desafios que as alterações ambientais e climáticas representam. Podem-se vislumbrar disputas em várias esferas, níveis e dimensões, como nas esferas científicas e acadêmicas, nas dimensões sociopolítica, econômica, cultural, entre outros. E em níveis internacional/global, sub-regional, nacional e local.

As Conferências das Partes (COP,) no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima (CQNUMC), constituem atualmente o principal espaço de disputa e concertação internacional em torno das mudanças do clima. A CQNUMC é um importante tratado assinado por mais de 150 países, em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. No final da década de 1980 e início de 1990, as evidências científicas decorrentes de estudos multidisciplinares realizados por cientistas oriundos de vários países, reunidos no âmbito do IPCC indicavam, não obstante o pouco grau de certeza, que as atividades humanas ligadas à produção industrial, ao desmatamento, entre outros, provocava um alto grau de liberação de gases de efeito estufa que poderiam estar diretamente relacionadas com as mudanças no clima.

O encontro do Rio de Janeiro, de 1992, constituiu o ponto mais alto de um conjunto de medidas no sentido de sensibilizar, responsabilizar e comprometer os Estados nacionais com relação aos problemas ambientais. Os mais de 150 países signatários da CQNUMC se comprometeram, entre outros, com o estabelecimento de medidas para a redução da emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE's) e a solidificação das bases para o desenvolvimento sustentável.

Os países industrializados se comprometeram com a transferência de tecnologia para os chamados países “em desenvolvimento”. Ao se utilizar de estudos que evidenciavam a relação entre as atividades industriais e a emissão de gases de efeito estufa, os países “em desenvolvimento” procuraram responsabilizar, em grande medida, os países industrializados, atribuindo aos mesmos mais responsabilidades na redução de gases de efeito estufa.

A divisão por blocos de interesses³² estabelecida ao longo do debate na CQNUMC constituem não somente disputa entre diferentes interesses econômicos ou sociopolíticos em jogo, como também se trata de conflito entre diferentes visões de mundo, diferentes projetos civilizacionais e modelos de desenvolvimento. Não obstante as descobertas científicas que subsidiaram as referidas conferências prevaleceram os impasses e poucos avanços foram registrados. As partes concluíram que o compromisso assumido pelos países industrializados de reduzir a emissão de gases de efeito estufa para os níveis de 1990 até o ano de 2000 era insignificante diante das ameaças que os GEEs representavam (BRASIL, 1998).

Subsidiadas com maiores evidências científicas, esperavam desencadear ações mais significativas no sentido de reduzir dos GEEs para níveis mais aceitáveis e menos prejudiciais ao meio ambiente. Após cinco anos e vários encontros para aperfeiçoamento dos acordos e estabelecimento de novas recomendações, as partes buscavam estabelecer novos protocolos:

Cerca de 10.000 delegados, observadores e jornalistas participaram desse evento de alto nível realizado em Quioto, Japão, em dezembro de 1997. A conferência culminou na decisão por consenso (1/CP.3) de adotar-se um Protocolo segundo o qual os países industrializados reduziram suas emissões combinadas de gases de efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990 até o período entre 2008 e 2012. Esse compromisso, com vinculação legal, promete produzir uma reversão da tendência histórica de crescimento das emissões iniciadas nesses países há cerca de 150 anos (BRASIL, 1998, p.2).

Entretanto, as expectativas das partes signatárias do protocolo do Quioto não se cumpriram. As dimensões políticas e econômicas sobrepuseram às questões climáticas e ambientais. Estas estão expressas, sobretudo, no princípio de responsabilidade comum, mas diferenciada que o referido protocolo apregoava. O protocolo estabelecia metas rígidas de redução de gases de efeito estufa para os países industrializados, e descompromissava os chamados países “em desenvolvimento” de cumprir as metas de redução. Além deste princípio, existiam outras condicionantes, como por exemplo, o valor de financiamento a ser destinado

³² Os países industrializados (anexo1), desenvolvidos (Anexo II) e em desenvolvimento (VIOLA, 2002).

à redução de emissões dos gases de efeito estufa nos países “em desenvolvimento” que não encontrou consenso almejado, por parte dos países industrializados.

Tanto o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, como outros fatores sociopolíticos e econômicos condicionaram de forma negativa a assinatura do protocolo por parte dos Estados Unidos de América (EUA) e, conseqüentemente, o cumprimento do protocolo de Quioto, dado ao poder de pressão e persuasão dos EUA nesse processo.

Em 2001, ainda em meio a impasses nas negociações políticas, foi lançado o terceiro relatório do IPCC, o qual proporcionou a inserção de novos elementos para o debate. Segundo Viola (2002), em relação aos dois primeiros, o terceiro relatório diminuiu significativamente a incerteza científica sobre as mudanças do clima, demonstrando provas de sua ocorrência, projetando ocorrências futuras de alterações climáticas, bem como a alerta para a irreversibilidade das mesmas. Foi também a partir do terceiro relatório que o conceito de vulnerabilidade começou a ganhar maior importância. Mediante a constatação da irreversibilidade das mudanças do clima e o impasse dos países membros sobre as metas de mitigação, o debate sobre a adaptação às mudanças do clima, sobretudo em contextos de países mais susceptíveis aos eventos extremos da natureza, ganhou um peso considerável nas conferências das partes.

Ainda no ano de 2001, durante a 7ª Conferência das Partes (COP7), ocorrida em Marrakesh, Marrocos, as partes acordaram a disponibilização do Fundo Mundial do Ambiente (FMA/GEF na sua sigla em inglês) para apoiar os denominados pelas Organizações das Nações Unidas e outras instituições internacionais de Países Menos Avançados (PMAS) na elaboração do Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PANA/NAPA, este último na sua sigla em inglês). O acordo de Marrakesh é bastante ambíguo. Por um lado, pode ser compreendido como uma conquista dos países ricos na sua exigência do cumprimento do protocolo de Quioto, ao determinar que os países denominados em desenvolvimento estabelecessem também metas e definições claras de medidas a serem tomadas para contribuir com a redução dos gases de efeitos estufa, sendo que as diretrizes deveriam basear nas políticas de redução de gases de efeitos estufa determinados pelos financiadores, os quais conseqüentemente são os países industrializados.

Por outro lado, pode ser visto como uma conquista das autoridades dos países “em desenvolvimento”, em particular os africanos, os quais, em tom de

lamento, assumiram manifestamente a sua fragilidade político-constitucional, técnica e financeira para lidarem com os desafios decorrentes das mudanças do clima. Demandaram, em razão disso, os recursos oriundos de fundos internacionais para a formulação e implantação de medidas de mitigação, de redução e de adaptação aos potenciais impactos socioambientais derivados dos eventos extremos relacionados às mudanças do clima.

Os países africanos, no âmbito da União Africana, desde o início das negociações sobre o clima, na década de 1990, procuraram construir uma plataforma única para apresentação de suas proposições. Os esforços em tal sentido foram consolidados em 2009, durante a décima segunda sessão da assembleia dos Chefes de Estados Africanos na qual se criou uma comissão responsável pela coleta de informação junto aos Estados membros e sistematização dos dados de modo que se possa construir uma política continental de enfrentamento das mudanças climáticas a curto, médio e longo prazo. De igual modo, a construção de uma política continental deveria ter como uma das metas subsidiar a proposição de uma Posição Única Africana durante as negociações nas COPs (AFRICAN UNION, 2014).

Um dos maiores desafios no enfrentamento das mudanças do clima nos países membros da União Africana tem sido a dificuldade de autofinanciamento. Os esforços na construção de uma Posição Única Africana têm sido direcionados para a mobilização de fundos internacionais disponíveis para financiamento das políticas socioambientais, reivindicando a compensação por parte dos países altamente industrializados. Este aspecto é bem resumido na citação que se segue:

Os países africanos devem procurar ativamente assistência dos países do Anexo – 1, identificando e abordando os impactos das providências tomadas pelos países desenvolvidos, partilhando informações, promovendo e cooperando em questões relativas às estratégias de enfrentamento e explorando maneiras de minimizar as consequências negativas³³ (AFRICAN UNION, 2014, p. 25).

³³ African countries should actively seek assistance from Annex-1 countries in identifying and addressing the impact of response measures taken by developed country Parties, sharing information, promoting and cooperating on issues relating to response strategies and exploring ways to minimize negative consequences.

A dependência dos recursos internacionais para construção da política de enfrentamento das mudanças climáticas no continente africano tem implicações contraproducentes, como vamos demonstrar a seguir.

Retomando ao debate global, mais recentemente, o acordo de Paris, alcançado em dezembro de 2015 e assinado pelas partes em abril de 2016, constitui o mais avançado compromisso político alcançado até o momento. O acordo prevê o controle da temperatura média global abaixo dos 2 °C acima dos níveis pré-industriais e a limitação do seu aumento a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. Tais metas são estabelecidas conservando-se, contudo, o princípio das responsabilidades comuns e diferenciadas.

4.1. Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau assinou e ratificou os principais acordos no âmbito da CQNUMC. Em 1995 ratificou a CQNUMC; em 2005 ratificou o “Protocolo do Quioto” (RGB, 2012) e mais recentemente, em 2016, assinou o Acordo de Paris.

Encontra-se inserido em importantes blocos de pressão política em relação estabelecimento de metas mais ambiciosas para redução da emissão de gases causadores de efeito estufa, assim como o desbloqueio de fundos de combate as mudanças climáticas por parte dos países industrializados. Entre os blocos referidos, destacam-se os seguintes: “G 77 + China”, “Países Menos Avançados” e “Pequenos Estados Insulares”. A despeito de ser um país continental, a Guiné-Bissau além de possuir uma importante região insular, consta entre os dez países mais susceptíveis a subida do nível do mar (IPCC, 2007), daí, entre outros fatores, a sua inserção no bloco de “Pequenos Estados Insulares”.

Entre a assinatura de acordos e protocolos internacionais e o acesso aos fundos para implementação de políticas e programas a nível nacional, existe um conjunto de pré-requisitos que são exigidos aos países a que se destinam os fundos para que estes sejam considerados aptos a ter acesso aos mesmos. No caso do PANA, existe, entre outros, o habitual “critério de elegibilidade”, o qual constitui também, entre outros, um importante instrumento de controle de posicionamento político dos países receptores do fundo nos debates estratégicos sobre o clima. Um dos critérios é a ratificação, a nível nacional, dos protocolos assinados nas

convenções, no sentido de engajar politicamente maior parte das instituições nacionais no cumprimento das metas estabelecidas pelas partes.

Além do mais, é necessário o cumprimento a nível nacional das matrizes políticas dos programas estabelecidos. É dizer que a confecção do PANA precisa passar necessariamente pelas diretrizes e pontos estabelecidos a nível internacional, as quais, no mais das vezes, não constituem prioridade em termos de demanda a nível local, o que tem ocasionado, entre outros, a perda do carácter espontâneo, limitando a possibilidade de se abrir espaços para levantamento de questões importantes a nível nacional, por estarem fora do roteiro temático estabelecido a priori por organizações internacionais. No sentido de cumprir os “critérios de elegibilidade”, o país tem feito significativos progressos. Publicou, no ano de 2001, a sua “Primeira Comunicação Nacional sobre Mudanças Climáticas”, o qual serviu de base para o documento mais conciso do PANA, publicado em dezembro de 2006.

O primeiro documento síntese do Plano de Ação Nacional de Adaptação às mudanças climáticas da Guiné-Bissau (PANA) foi elaborado por técnicos de diferentes instituições do Estado guineense sob a coordenação do Ministério de Recursos Naturais e Ambiente. O documento apresenta diagnóstico e conclusões bastante genéricas sobre o estado do clima e meio ambiente no país.

A revisão aqui empreendida visa apresentar as diretrizes da política socioambiental relacionadas às mudanças do clima na Guiné-Bissau, tendo como uma das ênfases os desastres relacionados aos eventos severos e extremos relacionados às mudanças climáticas. Para isso, privilegiamos dois documentos, quais sejam: o Plano de Ação Nacional de Adaptação às mudanças climáticas da Guiné-Bissau PANA (RGB, 2006), e um documento mais recente, o projeto de Reforço da Resiliência e da Capacidade de Adaptação dos Sectores Agrário e Hídrico às Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau (PRRCASAHMC-GB) (RGB/PNUD, 2011).

No PANA é apresentado um conjunto de diagnósticos sobre o contexto socioambiental do país, com especial atenção às zonas rurais, bem como propostas de soluções técnicas recomendadas em resposta aos desafios representados pelas mudanças climáticas. Em geral, os diagnósticos apontam as regiões rurais e as atividades produtivas ali realizadas como a agricultura, a pesca, a pecuária, entre outras, como as que serão mais afetadas pelos efeitos adversos dos eventos

severos/extremos relacionados às mudanças do clima. Tais afetações, de acordo com o mesmo, poderão implicar em graves riscos à produção social de subsistência nestes lugares (RGB, 2006).

No mesmo documento, prevê-se, também, que a elevação do nível do mar, assim como as construções de assentamentos litorâneos poderão contribuir para as perdas das várzeas e manguezais costeiros. Isso poderia ocasionar a quebra de safras por razões da salinização de arrozais e mudanças do regime de chuva poderá impactar as estratégias de segurança alimentar, aumentar a subnutrição e disfunções consequentes, com implicações no crescimento e desenvolvimento infantil.

Poderá, ainda, ocorrer o aumento de ferimentos, doenças e mortes por causa das ondas de calor, inundações, tempestades e afins. A elevação da temperatura poderá propiciar, ainda, a ampliação de população de certos vetores de doenças, com o aumento das consequências negativas como surtos de cólera, que tem estado presente nos últimos dez anos na Guiné-Bissau (RGB, 2006).

Mediante os diagnósticos efetuados, algumas soluções gerais são previstas no documento do PANA (RGB, 2006), a saber:

- ✓ Melhoramento de abastecimento de água potável nas zonas rurais;
- ✓ Apoio à diversificação da produção e da dieta alimentar
- ✓ Reforço da capacidade de prevenção e de proteção dos bolanhas³⁴ (sic) de mangrove contra a invasão das águas vivas;
- ✓ Observatório para seguimento e avaliação do mangal;
- ✓ Seguimento da erosão costeira;
- ✓ Avaliação dos impactos ambientais nos setores produtivos;
- ✓ Projeto de prevenção de catástrofes naturais;
- ✓ Sistema integrado de informações sobre segurança alimentar;
- ✓ Educação e comunicação ambiental na zona costeira, entre outros.

Em grande medida, os diagnósticos realizados no PANA, assim como as soluções propostas no mesmo, apontam a vulnerabilidade dos grupos sociais como decorrente, sobretudo, da susceptibilidade dos seus territórios aos eventos da

³⁴ Arrozais.

natureza relacionados às mudanças do clima. Apesar da relação de vulnerabilização em que vários grupos sociais se encontram inseridos, os eventos da natureza são apontados como principais causas da vulnerabilidade. Em tais diagnósticos, entretanto, não aparecem os atores, as suas relações e os seus processos de territorialização. São invisibilizados, embora os mesmos possuam uma orientação em termos de visão do mundo e modos de vida capazes de serem afetados e transformados tanto pelos eventos severo-extremos relacionados às mudanças do clima, quanto pelas medidas de adaptação aos efeitos nefastos dos eventos severo-extremos relacionados às mudanças do clima propostas no PANA.

O PANA apresenta como um dos principais objetivos envolver esforços no sentido de obter maior participação da sociedade na discussão sobre o contexto socioambiental, os fatores de vulnerabilidade e as soluções para os desafios apontados (RGB, 2006). Ainda que no seu documento final a auscultação dos grupos sociais tenha sido apontada como um dos principais instrumentos metodológicos na construção do mesmo, a efetividade de tal processo é questionável, entre outros, por conta de dois fatores, a saber: a) as propostas de ações diante dos problemas socioambientais previstos apresentam um olhar essencialmente técnico, tendo pouco ou nada de soluções endógenas aos contextos sociais estudados e; b) o fato da representação social dos diferentes povos que compõem a sociedade guineense sobre as transformações que estão ocorrendo na natureza não serem contempladas nas questões problematizadas no PANA.

Importante salientar que o Estado da Guiné-Bissau não tem provido amparo a sua população, sobretudo a parcela mais empobrecida das regiões rurais. Entretanto, nas vezes em que consegue fazê-lo, em geral, ocorre por meio de projetos pontuais, subsidiados, em grande medida, com recursos internacionais, os quais são mobilizados mediante uma série de condicionamento em termos de diretrizes políticas, assim como o PANA (2006). Tais projetos, geralmente, abarcam as relações da reprodução produtiva da vida social, com um tempo de duração de curto a médio prazo, de um a quatro anos. Tais políticas são executadas, sobretudo, em situações de emergência e caracterizadas por intervenções do tipo pontual.

A relação entre o Estado e as parcelas mais empobrecidas, estas últimas representadas nos documentos por diferentes povos tradicionais que residem nas zonas rurais é, quase sempre, marcada pela “imposição” de soluções exógenas ao repertório simbólico, material e sociocultural dos grupos sociais. Portanto, ao serem

executadas em situações de emergência, tais políticas operam, no mais das vezes, na chave da necessidade, da carência, em detrimento da relação baseada em direitos. Como vamos mostrar mais adiante, por vezes, nem a situação de severa afetação social, derivada de um desastre, tem sido suficiente para mobilizar esforços para oferecer o suporte necessário aos que demandam.

Por outro lado, no caso da política relacionada ao desastre, o seu debate na Guiné-Bissau foi e continua a ser influenciado, em grande medida, pela discussão sobre os desafios socioambientais ligados às mudanças do clima. No documento do PANA da Guiné-Bissau é problematizado a partir da concepção de “catástrofes naturais” relacionados, no contexto socioambiental do país, à seca, à inundação, à ameaça de desertificação, entre outros.

As “catástrofes naturais”, de acordo com o PANA (RGB, 2006), representam sérios riscos para a economia nacional e para o processo de territorialização dos diferentes grupos sociais. Em razão da ocorrência dos fenômenos socioambientais como a seca ou as inundações, grupos sociais poderão ser obrigados a abandonar seus lugares de vivência. Mediante os desafios aludidos, entretanto, a principal medida prevista para a “prevenção de catástrofes naturais” é o equipamento e fortalecimento institucional dos serviços de meteorologia de modo que possa ter condições de fornecer informações precisas e de emitir alertas sobre o estado do tempo e o clima.

Entre outras metas constam ainda (RGB, 2006, p. 70):

- ✓ A educação e a sensibilização das populações sobre os fenômenos meteorológicos e hidrológicos suscetíveis de provocar “catástrofes naturais”.
- ✓ Fornecimento de informações e previsões meteorológicas e hidrológicas através do comitê nacional e melhorando ao mesmo tempo as previsões aeronáuticas, marítimas e fluviais.

O projeto intitulado “Reforço da Resiliência e da Capacidade de Adaptação dos Sectores Agrário e Hídrico às Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau” (PRRCASAHMC-GB- RGB, 2011), constitui uma das versões atualizadas do PANA, a par do Relatório Final sobre “As Circunstâncias Nacionais” Um Subsídio para a IIª Comunicação Nacional Sobre Mudanças Climáticas (SAU, 2010); Relatório da Segunda Comunicação Nacional da Guiné-Bissau sobre as Mudanças Climáticas

(RGB, 2010); e “Circunstâncias Nacionais”. Terceira Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas (RGB, 2012).

Entretanto, a escolha do PRRCASAHC-GB tem a ver com o fato deste estar a ser implementado, diferente dos demais que ainda situam no nível do diagnóstico e proposições de políticas. Tal opção nos permitiu avaliar o que consta como proposta para lidar com a variabilidade climática e as afetações socioambientais que poderão ocorrer por conta da mesma, bem como observar efetivamente o que acontece no campo. Vale ressaltar que não necessariamente avaliamos o projeto em si, mas sim, realizamos análise sobre aspectos das políticas de adaptação às mudanças climáticas em curso, o qual inclui o projeto piloto.

O projeto mencionado possui algumas particularidades, quando comparado com os demais. Um primeiro aspecto de diferenciação tem a ver com o fato de, ainda que de forma superficial, apresentar um olhar crítico em relação àquilo que tem sido a prática de construção das políticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau, como se pode ver no trecho a seguir:

As medidas tomadas até o momento que envolvem a preparação para as alterações climáticas previstas são, na sua maioria, *ad-hoc*, reactivas e mal coordenadas. Por conseguinte, actualmente a Guiné-Bissau encontra-se em situação precária para lidar com os impactos adversos das alterações climáticas (RGB, 2011, p.8).

Diante de tal constatação, o projeto é apresentado como uma alternativa viável ao que tem sido feito:

Este projeto destina-se a auxiliar a Guiné-Bissau na transformação da sua resposta política às alterações climáticas, de modo que as medidas “reativas” passem a ser “antecipatórias” e “deliberativas”, contribuindo para uma resposta política melhor planeada e mais sistemática (RGB, 2011, p.8).

Ao propor a intervenção e consequente transformação, pretende fazê-la a partir de uma significativa mudança conceitual, concedendo mais ênfase ao conceito de variabilidade climática, no lugar de mudanças climáticas. De acordo com o documento do projeto, na Guiné-Bissau a variabilidade climática é alta (RGB, 2011).

A transição do conceito das mudanças climáticas para variabilidade climática é bastante significativa, se levarmos em conta o fato de que desde o início se coloca a questão da fiabilidade e atualidade dos dados climáticos produzidos sobre a Guiné-Bissau. O nível de imprevisibilidade dos eventos climáticos era tão alto quanto o é agora (RGB, 2006, 2011).

Contudo, a alta variabilidade climática constatada e apontada no documento aumenta a dificuldade de conjecturar ações necessárias para o seu enfrentamento. Por outro lado, a narrativa baseada na variabilidade só vem fortalecer o argumento segundo o qual é necessário reforçar a capacidade dos técnicos e equipar instituições com tecnologias mais avançadas. Tais necessidades, contudo, tendem a ser contínuas e as melhorias nunca são suficientes, sendo os desastres considerados sempre como resultado da fraca capacidade institucional (DOMBROWSKY, 1998), no caso, de monitoramento do tempo e do clima.

Outra inovação apresentada no documento tem a ver com o uso do conceito de Resiliência a par de adaptações como conceitos chaves. Resiliência, conforme consta no documento, significa:

[...] “a resistência a situações de choque e stress”, contudo, no contexto da adaptação às alterações climáticas, ela implica o desenvolvimento de uma série de competências e comportamentos necessários para a superação dos desafios impostos tanto pelas alterações previstas como pelas alterações imprevistas que o clima produza no ambiente (RGB, 2011, p.42).

Contudo, ao indicar que “as intervenções irão concentrar-se principalmente na gestão do aumento da vulnerabilidade climática e respectivo risco para os sectores agrícola e hídrico” (RGB, 2011, p.42), é notável que sua deslocação em relação aos demais documentos não foi tão radical. Queremos com isso dizer que o seu olhar sobre a questão em causa ainda permanece sobre o quadro teórico e metodológico que superestima o agente externo, aonde a saída tem sido a mobilização permanente de recursos financeiros e materiais para lidar com possíveis afetações dos desastres relacionados a tais eventos, o que tem sido o tom de todos os documentos que o precederam.

Tem em comum com os demais documentos oficiais, o fato de conceder limitada atenção para com as dimensões sociopolíticas e culturais da produção do

lugar e das condições reprodutivas da vida social dos indivíduos e grupos sociais presentes em território que constituem objeto de seu diagnóstico e, no seu caso, da sua intervenção também. Na maior parte destes documentos, é valorizada a questão dos riscos físicos e naturais e as possibilidades de sua gestão.

É reforçada no documento a percepção de que a discussão sobre a temática ainda tem se restringido, em grande medida, aos técnicos ligados à área ambiental e os tomadores de decisão.

A consciencialização acerca das alterações climáticas tem crescido gradualmente no seio dos responsáveis pela tomada de decisões na Guiné-Bissau, ao nível nacional, embora permaneça num nível baixo noutros sectores da população. Processos inclusivos e consultivos implementados para desenvolver a primeira Comunicação Nacional sobre Alterações Climáticas (NCCC) e o PANA têm contribuído para que isso mude (RGB, 2011, p. 9).

O parágrafo supracitado corrobora e reforça, de forma significativa, a nossa tese de que existe uma apropriação técnica realizada por grupos específicos no interior do Estado ou por meio de ONGs, cuja capacidade de mobilização de fundos internacionais permite assumir compromissos importantes em nome do país. Compromissos esses que precisam ser legitimados pelos políticos e tomadores de decisões, os quais, assim como as populações territorializadas em lugares que são objetos de intervenções, precisam ser sensibilizados sobre a importância da política ou do programa a ser implementado ou, no limite, sobre os ganhos individuais imediatos. A tecnicidade busca a todo o momento cooptar e subsumir a política.

No trecho a seguir, destacamos um dos resultados esperados com a implementação do projeto:

[...] as comunidades que beneficiarem desse projeto desfrutarão de maior conhecimento e entendimento sobre as questões climáticas. Elas terão acesso a informações sobre as previsões climáticas futuras que serão personalizadas de acordo com as suas necessidades, e serão capazes de interpretar essas informações de forma prática para que então possam tomar decisões relacionadas com os seus meios de vida (RGB, 2011, p. 43).

A meta estabelecida pelo projeto para as populações territorializadas em região de sua implementação é, ao mesmo tempo, contraditória e problemática.

Para compreender estes aspectos é preciso primeiro entender que a população local é representada como uma barreira para o desenvolvimento do projeto, baseado nos argumentos que resumimos e apresentamos no quadro 13.

<p>Ao nível local, as capacidades para implementar novas medidas e utilizar tecnologias mais avançadas na gestão da agricultura e dos recursos hídricos são baixas, aumentando a vulnerabilidade das comunidades já vulneráveis em consequência das alterações climáticas.</p>	<p>Mudar as práticas e a realidade local exige novas competências e o apoio tanto daqueles que promovem a mudança como daqueles que provavelmente beneficiarão delas.</p> <p>Projetos e iniciativas que introduzem novas medidas e práticas, particularmente no sector agrário, mas também no hídrico, frequentemente não estão adaptados às condições locais, levando a uma baixa aceitação.</p> <p>Há uma compreensão limitada, entre as populações locais, acerca das restrições ao abastecimento de água potável por meio de aquíferos e a formação é muito reduzido devido às limitações de recursos. Consequentemente, se em longo prazo o suprimento de água diminuir por causa das alterações climáticas, este resultará em muitas áreas numa tensão hídrica potencialmente crítica.</p>
--	--

Quadro 13: Trechos do objetivo do PRRCASAHC-GB (RGB, 2011, p.28).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse sentido, a contradição reside no fato de se classificar à comunidade como portadora de baixa capacidade de apreensão da tecnologia e, ao mesmo tempo, concluir que a baixa apreensão da mesma tem a ver com a resistência ao novo, ao estranho que se situa fora do seu arcabouço sociocultural e que não se adapta ao seu contexto.

Por último, a meta estabelecida para a comunidade local é também problemática pelo fato da provável informação a ser veiculada sobre os fenômenos climáticos constituírem um fim em si mesmo, na medida em que caberiam as comunidades as providências necessárias para lidar com as situações adversas/extremas que porventura possam ocorrer. Não obstante, estarmos a tratar de um conjunto de projeções climáticas e de eventos severos/extremos da natureza cujo próprio Estado por meio de todos os seus documentos oficiais ligados a temática das mudanças climáticas declara não ter condições de enfrentar, “tanto pela insuficiência de saberes técnicos, quanto pela falta de recursos financeiros e materiais”.

Mesmo diante de tal constatação, exige-se que a comunidade renuncie às suas práticas ancestrais e estratégias de subsistência que são consideradas nocivas

pelo Estado, diante da nova situação socioambiental, ao mesmo tempo em que se apresentam soluções paliativas para este mesmo grupo.

4.2. Considerações Finais do Capítulo

Ao analisar o debate internacional sobre as mudanças climáticas é perceptível que existe uma abordagem dominante, a qual permite a existência das demais possibilidades de abordagens, desde que estas se enquadrem nos parâmetros estabelecidos pela dominante. A abordagem dominante é economicista e desenvolvimentista. Tal constatação é perceptível na principal divisão dos blocos de negociação, a qual tem como base a economia do país e a sua inserção na relação de poder a nível global³⁵.

A redução do debate sobre as mudanças climáticas aos vieses economicista e desenvolvimentista, talvez explique a assimetria entre a seriedade das diferentes projeções sobre o clima e a natureza feita por diferentes instituições mundiais de pesquisa, e a demora em tomadas de decisões consistentes no sentido de responder as alertas feitas pelos cientistas. Isso porque uma das maiores resistências em relação à construção de acordos globais tem a ver com possíveis implicações das decisões no futuro das economias nacionais dos países signatários.

Quando se trata das dimensões culturais, simbólicas e subjetivas das afetações das mudanças climáticas ou das políticas decorrentes das preocupações para com estas, tais aspectos são acolhidos no debate, porém de forma marginal e, no mais das vezes, passando pelo crivo da economia, onde a compensação financeira é aventada como a principal solução.

Umas das principais implicações da redução do debate sobre as mudanças climáticas ao domínio da economia e do desenvolvimento, é que este é orientado por uma racionalidade metonímica e proléptica (SANTOS, 2002, 2008). É perceptível no fato de que os subsídios para o debate a nível internacional serem exclusivamente/eminentemente científico e técnico, por um lado, e no fato de se conceber e agir em relação à vulnerabilidade como este fosse resultado do “atraso” em termos do desenvolvimento dos países mais susceptíveis, por outro. Não por acaso, a disponibilização de recursos financeiros, a transferência de conhecimento e

³⁵ Os países industrializados (Anexo I), desenvolvidos (Anexo II) e em desenvolvimento (VIOLA, 2002).

de tecnologias constituem as principais soluções dos países “avançados” para salvar os países “atrasados” dos efeitos dos eventos severos/extremos relacionados ao clima.

É importante destacar que a divisão de blocos de negociação por economia, reproduz, salvo algumas alterações, a divisão entre países ex-colônias e ex-colonizadores. Ao reconhecer o impacto das atividades produtivas humanas, em particular a industrialização, na ocorrência das mudanças climáticas, os países altamente industrializados reconhecem a sua responsabilidade no processo de mudanças climáticas, porém, procuram monopolizar a construção de soluções com vistas a fazer face.

Tal esforço tem tido sucesso por conta da persistência de uma concepção colonial do mundo que ainda compreende os países ocidentais hegemônicos como espaços exclusivos de produção de conhecimento e soluções globais de excelência, baseada no pretensível caráter universal dos conhecimentos ali produzidos (CASTRO-GÓMEZ, 2007). Além do mais, e, talvez o mais significativo, pelo fato de que o grosso de recursos financeiros para fazer face às mudanças do clima nos países menos industrializados provirem dos países hegemônicos.

A provisão dos recursos financeiros disponibilizados para o financiamento das políticas de adaptação constitui um importante poder de persuasão e de controle de posicionamento dos países menos industrializados. Tal relação de poder pode explicar a existência de vários grupos de pressão política o que diminui o risco de retaliação decorrente de um posicionamento individual dos países inseridos de forma subordinada na relação global de poder (VALENCIO, 2009).

A proeminência dos países industrializados na construção de soluções para as mudanças climáticas resultou na produção de diretrizes a partir das quais os PANA devem ser construídos. Daí o caráter ambíguo dos PANA, porque estes constituem versões parcialmente nacionais das políticas de adaptação. O caráter parcial reside no fato de que a sua construção foi baseada nos critérios de elegibilidade e itens financiáveis dispostos nas diretrizes dos fundos internacionais de ambiente.

A necessidade de cumprimento rigoroso das diretrizes internacionais deixa poucas margens para destaque de questões e preocupações verdadeiramente nacionais e locais. Nisso, todas as preocupações advindas das populações podem ser acolhidas somente de forma marginal, sobretudo, quando situam fora dos

critérios de elegibilidade. Por isso, é importante para os países hegemônicos que os técnicos e pontos focais dos países que recebem fundos para construção dos PANAs estejam afinados com o discurso oficial internacional hegemônico, de modo que possam produzir um documento de acordo com os objetivos internacionais. As diversas discussões que são anunciadas a nível nacional e local ao longo do processo de construção dos PANAs, caso ocorram, só podem ser dentro dos parâmetros estabelecidos nas diretrizes.

Embora a construção dos PANAs seja formalmente apresentada no quadro da parceria entre países altamente industrializados e os menos industrializados, os resultados de sua produção demonstram que é fruto de uma relação, em grande medida, vertical e autoritária. As soluções propostas, em geral, constituem saídas via mercado, o que tende a favorecer os países hegemônicos. Esta constatação nos leva a sugerir uma comparação entre o debate atual sobre as mudanças climáticas e aquele realizado sobre o desenvolvimento e os Programas de Ajustamento Estruturais (PAE) nas décadas de 1980 e 1990. Na verdade, não enxergamos só um paralelo, como também possibilidades de continuidades. O PAE, como demonstramos anteriormente, foi apresentado por instituições como FMI e Banco Mundial como a solução para a superação da condição de pobreza em que se encontravam os países africanos, asiáticos e latino americanos. As soluções foram a implementação de políticas neoliberais, como a redução significativa da intervenção do Estado e a privatização das empresas públicas.

No caso da Guiné-Bissau, as mais afetadas foram as comunidades residentes em zonas rurais, as quais, ainda que com bastante limitações, conseguiam produzir autonomamente a sua subsistência. Os sucateamentos dos já precários serviços públicos básicos, de saúde, educação, entre outros; a promessa de desenvolvimento e a possibilidade de melhoria de condição de vida com a abertura do país para o mercado internacional, entre outros motivos, resultaram em fuga massiva dos jovens para o centro urbano, aonde prometia ser o lugar das oportunidades. Tal fato teve reflexo negativo na produção de subsistência nas regiões rurais, a qual dependia muito da força dos jovens para sua reprodução.

Além do mais, com as reformas comerciais e a abertura do mercado interno, incentivou-se a intensificação do cultivo de culturas de exportação como caju, amendoim, entre outros, em lugar da produção de arroz e outros produtos que constituem a base da alimentação. Embora tenha havido grandes resistências, a

Guiné-Bissau passou nesse período de autossuficiente em produção de arroz para altamente dependente de sua importação, resultado da aplicação de política econômica de vantagens comparativas (GONTIJO, 2007).

Com a abertura econômica, os Bancos abriram linhas de créditos para produção e exportação dos produtos, além de ter ocasionado uma corrida às terras, resultando em vários conflitos fundiários uma vez que as condições que eram exigidas para o acesso ao crédito estavam fora das possibilidades dos rurais. Muitos perderam suas terras para aqueles que detinham maiores recursos financeiros, sua grande maioria novos produtores urbanos. Estes começaram a produzir a partir da oportunidade que o mercado ofereceu. Além de não terem sido beneficiados com o crédito bancário, os rurais foram prejudicados com a perda de suas terras para os novos produtores.

No caso das políticas das mudanças climáticas, apesar da severidade/extremidade dos eventos projetados por instituições como o IPCC (2001, 2007, 2014), entre outros, é possível que esteja havendo um uso instrumentalizado do seu discurso. A nível internacional existe um discurso que naturaliza a vulnerabilidade, por exemplo, nos países africanos, considerando-a resultado do seu “atraso” em termos do desenvolvimento e as propostas para sua superação tem sido do tipo inserção no mercado de carbono, mecanização da agricultura, transferência de tecnologias, reformas na gestão da terra e da água, entre outros.

Aqui sugerimos que com as reformas decorrentes do PAE, a qual, como havíamos demonstrado, trouxe instabilidade e insegurança no emprego para a maior parte dos funcionários públicos, ocasionou como uma das consequências a abertura de um mercado para os técnicos do Estado, que, a par das ONGs, se especializaram em produção de projetos e mobilização de fundos internacionais.

O quadro já apresentado de luta pela sobrevivência no interior do Estado e a disputa pelos poucos recursos disponibilizados internacionalmente, favorece o acolhimento e reprodução de discursos e práticas hegemônicos no debate internacional sobre as mudanças climáticas. Apropriação e reprodução do discurso do “atraso” resulta, por exemplo, em apontar as populações como entrave à implementação das políticas.

No capítulo que se segue, apresentaremos um recorte microssocial da problemática supramencionada através de um caso específico. Faz-se a caracterização geográfica, histórica, cultural e sociopolítica de uma comunidade que

vem vivenciando desastres e que constitui, igualmente, objeto de implementação de um projeto piloto de adaptação às mudanças climáticas.

Procuraremos mostrar como a produção da vulnerabilização em nível transescalar reflete a nível local, contribuindo para intensificar os efeitos dos desastres e sofrimento social entre os últimos. O trabalho de campo, como aspecto fundamental de nossa pesquisa, nos permite descortinar as bases em que se assentam a relação entre o Estado, seus parceiros e as populações locais mais vulnerabilizadas. E, igualmente, nos auxilia a compreender melhor as estratégias discursivas e práticas mobilizadas pelo Estado e seus parceiros e as populações locais diante de situações de incertezas em relação ao clima e em situação de desastres.

CAPÍTULO 5. DESASTRE NA TABANCA DE BENFICA: UM ESTUDO DE CASO

Benfica é uma das tabancas do sector de Pitche (ver figura 2). Pitche constitui um dos sectores da região de Gabu. O Sector de Pitche possui uma população de cerca de 50.000 habitantes, distribuída pelas suas cinco secções, quais sejam: Canquelefá, Buruntuma, Dara, Padjana e Pitche.

Na secção de Pitche a maioria da população é fula, seguida dos mandingas e, em menor número, participam os demais grupos étnicos. Por conta de sua pertença a Região de Gabu, faremos uma apresentação geral desta região, a qual nos oferecerá melhores elementos para compreender os aspectos geográficos e ambientais, bem como as dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais mais gerais em que se encontra inserida.

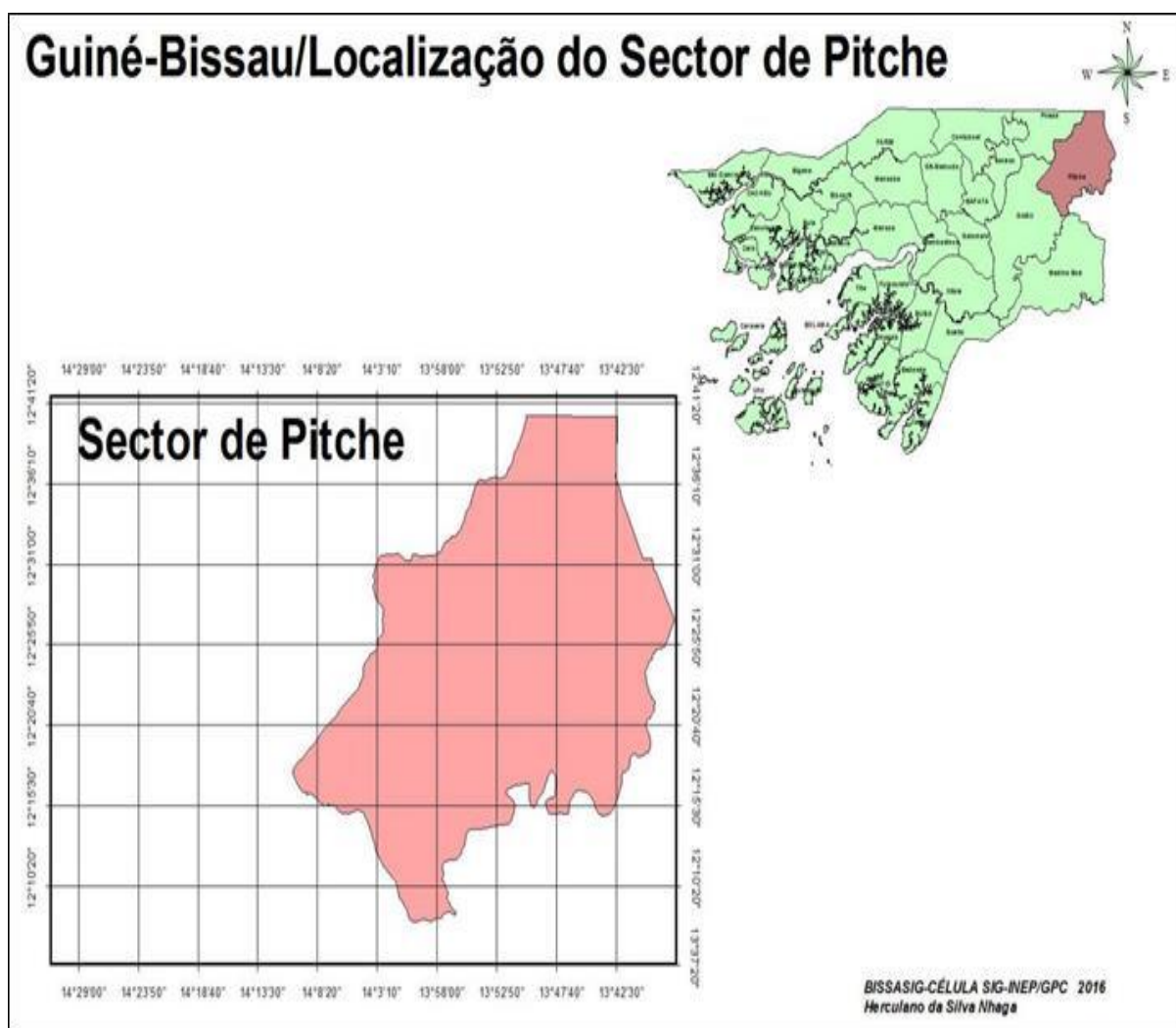


Figura 2: Localização do Sector de Pitche.
Fonte: Herculano Nhaga/INEP (2016).

5.1. Caracterização Geográfica e Sociocultural da Região de Gabú

Gabu situa-se na Província Leste, região Oriental da Guiné-Bissau. Constitui a maior região da Guiné-Bissau em termos de território, sua superfície é de 9.171,2 km² (RGB, 2011). Situa-se em uma zona de fronteira, limitando a Guiné-Bissau com as Repúblicas do Senegal e da Guiné-Conacry. Tal posicionamento geográfico, entre outros, constitui um dos motivos de grande fluxo humano e de mercadorias pela região. Segundo o último censo geral da população, a região de Gabu possui uma população de 215.000 mil habitantes, constituída na sua grande maioria por indivíduos de etnia fula, 79,6%, seguida dos mandingas, 14,2% (RGB, 2009), e, em menor número, os dos demais grupos sociais que compõem a sociedade guineense.

Em termos administrativos, a região de Gabu é constituída por cinco sectores, quais sejam: Pitche, Pirada, Boé, Sonaco e Gabu, sendo este último a capital da região. Os sectores são constituídos pelas secções e estas, por sua vez, são formadas por um conjunto de tabancas. Secções constituem a menor unidade administrativa oficial, sendo a administração das tabancas, em geral, da responsabilidade do poder popular. Gabu, assim como Bafatá, situa-se no interior do país, sendo as duas únicas regiões situadas fora do litoral. As diferenças com relação às demais regiões do país também são refletidas no comportamento climático:

[...]: a zona costeira, com um clima de tipo sub-guineense húmido, com temperaturas mais moderadas variações mensais e diárias menos acentuadas e com maiores precipitações e a zona continental, cujo clima é sudanês, mais quente e menos úmida (EMBALO, 2008, p.21).

Por estar situada no interior, historicamente sua precipitação anual tem sido bem menor em relação às demais regiões. Atualmente, de acordo com os dados do PRRCASAHC-GB (2011), este quadro tem alterado, configurando uma alta variabilidade na precipitação pluviométrica, conforme pode-se ver na figura 4. Igualmente, a temperatura da Região de Gabu e Bafata tem sido maior em relação aos demais. A temperatura média anual da região de Gabu é de 26 °C, sendo a média mensal máxima de 39 °C, pico, geralmente, atingido no mês de abril, e a média mensal mínima é de 16 °C, atingido, em geral, no mês de janeiro.

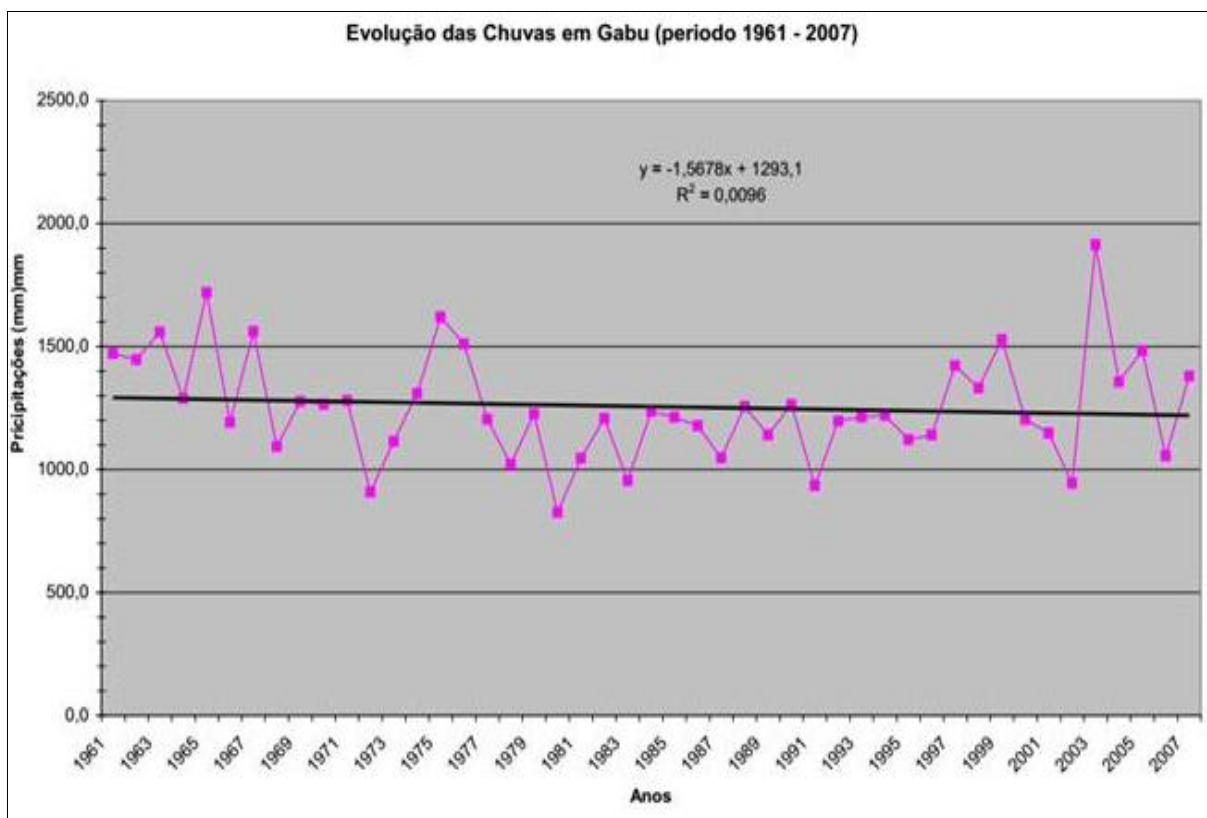


Figura 3: Evolução das Chuvas em Gabu (período 1961 - 2007)

Fonte: PPRCASAHC-GB (2011)

Sua vegetação é característica de zonas semiáridas e áridas (RGB, 2006, 2011; EMBALO, 2008), com ameaça de desertificação cada vez mais próxima, ocasionando, em certa medida, a escassez significativa de água.

A água é um problema crítico na região de Gabú. Há disponibilidade de recursos hídricos superficiais e subterrâneos [...]. A rede hídrica cruza as planícies costeiras e é fortemente afetada pelas marés até ao Geba, sendo que a invasão da água do mar é um importante fator para a redução da qualidade da água durante a seca. Os cursos de água do rio Geba são os mais importantes [da região], que tem três principais afluentes (PPRCASAHC-GB, 2011, p.32).

A escassez pelo que indica a citação supra, é decorrente da dificuldade de acesso, pelo fato da água se encontrar em lugar de elevada profundidade. Em resumo, a alta temperatura, a dificuldade de acesso a água, baixa precipitação pluviométrica e agora também a variabilidade, caracterizado por altas e baixas precipitação pluviométrica em períodos próximos do tempo, constituem o desafio socioambiental da região de Gabu como um todo, e de Benfica em particular.

5.1.1. Processo de territorialização e relações de poder na região de Gabu

O processo de territorialização da região que constitui a atual Gabu pode ser dividido em quatro momentos, quais sejam (NIANE³⁶, 1989 *apud* LOPES, 2005, p.14):

1. Período pré-mandinga, que se estende até ao século XIII, em que prevalecem tradições fundamentalmente bainuk, mas também de outros agrupamentos, tais como os balanta, byafada e brame. Desenvolveram-se ali técnicas agrícolas, nomeadamente a rizicultura de água salgada, e pratica-se um animismo sem influências islâmicas.
2. Período de dominação malinquê [mandinga], cujo início se situa à volta de 1240 com a expedição de Tiramakhan, e que termina com o declínio do Mali nos finais do século XVI, e seu desaparecimento no século XVII, provavelmente, por volta de 1650.
3. Período do Kaabu independente, que teria tido o seu apogeu no século XVIII, mais propriamente depois do desaparecimento do Mali, até 1790, coincidindo com o abolicionismo.
4. E, finalmente, a partir dos fins do século XVIII, princípios do século XIX, esboça-se um declínio muito rápido do império de Kaabu, com os poderes tributários a ganharem uma autonomia crescente, sobretudo os situados junto à costa.

Esta última fase culminará com a derrota dos mandingas pelos fulas, que passam a territorializar de forma majoritária a região que se conhece atualmente como Gabu. A grande conquista dos fulas e a sua pretensão de expansão para os territórios do litoral, habitado na sua grande maioria por grupos animistas, como havíamos referido, vão se esbarrar nos interesses portugueses. Com o fim do comércio de escravizados, Portugal reaprecia os seus interesses no território da Guiné. Interesses esses que integravam, entre outros, o domínio e a colonização

³⁶ NIANE, D. T. HISTOIRE DES MANDINGUES DE L'OUEST. Le royaume du Gabou. Editions Karthala / Association Arsan. 1989.

vão colidir com os propósitos dos fulas, fazendo-os refrear e repensar a sua estratégia de poder.

Diante das diferenças entre os fulas e os portugueses, alianças foram construídas visando ganhos de ambas as partes. O efetivo militar português presente no território que veio a tornar-se Guiné-Bissau na altura da ocupação colonial era insuficiente para o tamanho do desafio que se apresentava, a saber, a dominação e submissão territorial e política dos diferentes povos. Uma aliança com parte dos autóctones se revelou uma estratégia interessante para lidar com os desafios. Em tal estratégia, os fulas, os mandingas e a população autóctone urbanizada tiveram um papel fundamental.

No caso dos fulas de Gabú, a sua aliança com os portugueses permitiu com que estes mantivessem, ainda que de forma condicionada, a sua estrutura e relação de poder por um bom tempo. Esse aspecto é bem relatado por Dias (2006, p.110) na passagem a seguir:

De facto, durante muito tempo, a soberania portuguesa no Gabu fez-se quase por delegação de poderes, isto é, controlando meia dúzia de chefes tradicionais e renumerando a sua lealdade com uma quase total liberdade de “exercício do poder” sobre as populações, recebendo em troca o apoio para ações militares no resto da província [...]. O Gabu, foi, durante muitos anos, na prática, pouco mais do que um território sob protecção longínqua portuguesa (SIC).

A organização em forma de Estado, a criação de uma estrutura de poder abrangente e consistente, a sua política territorial expansionista, entre outros, conferia aos fulas um poder que os demais grupos étnicos não possuíam. Nesse sentido, os portugueses ainda que munidos de melhores condições bélicas, viam nos fulas uma grande fonte de resistência para os seus intentos coloniais. Contudo, a coabitação “pacífica” com os poderes tradicionais fulas foi tolerada enquanto Portugal consolidava a sua estrutura de dominação territorial e política (DIAS, 2006). Da parte dos fulas, um dos grandes nomes dessa aliança foi o Regulo Monjur Embalo, que governou o Gabu entre 1906 a 1927, tendo havido pequenas interrupções nesse intervalo de tempo (DIAS, 2006; JAO, 2002).

A partir da década de 1930, altura em que se finda o reinado de Monjur e se avança significativamente com a consolidação da dominação portuguesa no território da Guiné, novas estratégias de relacionamento com os chefes fulas de Gabu

começam a ser acionadas. Estas visavam uma submissão integral dos últimos perante os interesses coloniais portugueses. Os territórios dos regulados foram diminuídos e subdivididos entre diferentes chefes tradicionais por meio da política de “independência das raças”³⁷(DIAS, 2006).

Os chefes tradicionais resistentes à política colonial foram substituídos por indivíduos com os quais os portugueses tinham maior afinidade, a despeito da inexistência de legitimidade popular de tais indivíduos. Com tais medidas esperava-se diminuir o poder dos chefes tradicionais, os quais possuíam significativa influência sobre as suas comunidades. De acordo com Dias (2006), a significativa redução da importância dos régulos teve como uma das consequências não conjecturada a ascensão política de figuras religiosas muçulmanas, popularmente representadas como portadoras de saberes exotéricos, os *marabouts*³⁸.

Não obstante os transtornos enfrentados, a estratégia de diminuição do poder dos régulos alcançou o seu objetivo. Conquistou-se maior controle sobre as regiões territorializadas pelos fulas, sendo que os régulos foram reduzidos a simples colaboradores, tratados em função de sua utilidade diante dos interesses coloniais (DIAS, 2006). Por outro lado, os indivíduos fulas que conseguiram se destacar na prestação de serviço militar ao longo da consolidação do processo de colonização foram nomeados para cargos administrativos de menor consideração (NOBREGA, 2003). Se, a nível das lideranças, houve um longo período de graça na relação com a colonização portuguesa, o mesmo não se pode dizer das comunidades fulas. Estas, assim como a maior parte da população guineense, foram submetidas à exploração colonial, em grande medida, por intermédio de suas autoridades tradicionais.

A aliança de muitos chefes fulas com os colonos volta a ser reforçada a partir da década de 1960, com o início da luta pela libertação nacional de base popular liderada pela elite urbanizada da então Guiné Portuguesa. No período logo após a independência, um clima de ajuste de contas foi instaurado. Sob alegação da cumplicidade dos chefes fulas com os ex-colonos, entre outras justificativas, o governo pós-colonial perseguiu, violentou e tentou exterminá-los (FERNANDES,

³⁷ Os territórios foram divididos e os chefes tradicionais foram legitimados pelo poder colonial em função de sua particularidade racial de acordo com a classificação colonial.

³⁸ A legitimidade dos *marabouts* advém da profundidade do conhecimento que possuem sobre o alcorão e de sua capacidade de usá-los para prever o futuro e intervir nos acontecimentos e na natureza humana.

1993). Tal relação, bastante conflituosa só veio a apaziguar no início da década de 1990, com a abertura política e a implementação de um sistema de multipartidarismo na Guiné-Bissau.

Não obstante a revitalização do poder tradicional (CARVALHO, 2003), a nova estrutura estatal implementada subsumiu significativamente os poderes dos chefes tradicionais e suas prerrogativas, restando a estes um aspecto mais simbólico de liderança. Por outro lado, a partir da década de 1990, o poder simbólico dos chefes tradicionais e religiosos viu a sua importância crescer de forma exponencial, à medida em que estes são alçados a categoria de interlocutores das suas comunidades junto ao Estado. A desconfiança entre as comunidades tradicionais e o Estado, gerada pelas investidas violentas física e simbolicamente na tentativa de eliminar os costumes e poderes tradicionais num período não tão distante, ocasionou uma significativa distância entre as partes.

Ao analisar os processos de revitalização de costumes e estruturas de poder tradicionais, depois de mais de três décadas do seu início (CARVALHO, 2003), é possível afirmar que o apoio dado pelo Estado ocorreu em função de uma relação utilitária. Se tomarmos em consideração que a revitalização do poder tradicional ocorreu em quase todos os grupos sociais, no fundo, o apoio estatal às lideranças comunitárias tradicionais foi concedido na tentativa de fazer as pazes com indivíduos ou famílias que possuem expressiva importância e influência junto a grupos de grande representatividade demográfica. Tal passo em direção as autoridades tradicionais foi estrategicamente pensada diante do novo quadro sociopolítico, caracterizado pelo multipartidarismo e pelas eleições universais. O que reforça o carácter instrumental da relação do Estado com as comunidades, mediadas pelas autoridades tradicionais.

A seguir, passamos a apresentar alguns aspectos socioculturais dos fulas de Gabu.

5.2. Os Fulas de Gabu

Não se sabe ao certo a origem dos fulas. De acordo com Lopes (1982, p.37),

A etnia Fouth ou Foudh é considerada como o núcleo central de origem dos Fulas. Encontraremos os seus traços bem longe no

passado, já que em narrativas babilônicas do ano 588 a.C. (época de Nabucodonosor) se fazia referência à mesma. [...] Por altura do século VI a. C., e como resultado dos seus contactos com os Etíopes, os Fulas terão vindo da Mesopotâmia instalar-se em África, ao serviço dos exércitos de Tyr e de Alexandria de Egito.

A interpretação supracitada parece ser de maior consenso entre os estudiosos e historiadores. Oriundos das regiões do norte da África e do Médio Oriente, este grupo teria expandindo pela região ocidental do continente, onde conseguiu estabelecer vários reinos. Num primeiro momento, os mesmos foram subservientes ao império do Mali e, mais tarde, com a queda deste império, esses reinos se tornaram autônomos, conquistando vários territórios e povos da região, inclusive, aquele que foi o mais poderoso reino remanescente do império do Mali, no caso o reino Kaabu.

No período anterior a colonização, além da Guiné-Bissau, os fulas territorializaram também os seguintes países africanos: Mauritânia, Senegal, Guiné Conakry, Gâmbia, Mali, Nigéria, Serra Leoa, Benim, Burkina Faso, Camarões, Costa do Marfim, Niger, togo, República Centro-Africana, Gana, Libéria e Sudão. A grande distribuição territorial dessa etnia deveu-se ao nomadismo, que proporcionou miscigenações socioculturais que fizeram dela uma etnia bastante diversificada. Na Guiné-Bissau é possível distinguir três importantes subgrupos, a saber (DJALO, 2012; LOPES, 1982; NOBREGA, 2003):

- ✓ Os Futa Fulas - constitui a presença fula mais recente na Guiné-Bissau. São originários de Futa Djalon e descendentes dos invasores que no final do século XIX derrotaram os mandingas, conquistando o império de Gabu.
- ✓ Os Fula Forro ou Fulacunda – territorializaram a atual Guiné-Bissau na época em que sua principal característica era o nomadismo. Sofreram tentativas de submissão, porém resistiram ao poder mandinga. Os fulacundas solicitaram o apoio dos futa fulas no seu conflito contra os mandingas que terminou com a sua conquista do Reino mandinga.
- ✓ Fula Pretos – constitui o subgrupo formado por diferentes povos locais submetidos a “fulanização” e islamização após a conquista fula do império de Gabu. “Fulas Pretos são mestiços mais ou menos “negritizados” dos quais

fazem parte os Jolofs ou Wolofs, os Sereres, os antigos Biafadas, os Padjadincas e os cativos Mandingas “Machubê” (DJALO, 2012, p.71).

Nesse estudo, utilizamos o termo genérico fula, em observância ao modo como os mesmos se autoidentificam.

5.2.1. O indivíduo e a sociedade fula

A tradição fula, em geral, é constituída por um conjunto de regras e sistema de valores bastante rígidos. O indivíduo pertencente a este grupo, sobretudo aquele residente nas zonas rurais, onde o sistema tradicional prevalece com maior vigor, é, em grande medida, sociabilizado por meio destas regras e valores. No mais das vezes, a liberdade do indivíduo é subsumida pelas determinações coletivas. O indivíduo é considerado fula em razão de sua descendência patrilinear. Isto é, quando é filho de um pai fula.

A família fula é caracterizada pela autoridade patriarcal. Tal autoridade é extensiva à fase adulta dos dependentes do patriarcado. Momentos importantes da vida dos indivíduos - como, por exemplo, o casamento, a escolha do parceiro ou da parceira - é objeto de debate dentro da família, sendo a opinião do patriarca e dos membros mais velhos da família proeminente em relação ao indivíduo que se vai casar ou, no mais das vezes, é a única que conta.

No caso dos homens, existem possibilidades de participar na negociação da escolha da própria parceira. Para as mulheres, essa possibilidade é bastante restrita. O casamento ainda constitui importante estratégia de aliança entre as famílias fulas, por isso, é tratado com maiores cuidados, envolvendo os membros mais experientes e com maior autoridade e legitimidade para decidir em nome da família.

A família fula, geralmente, é de base alargada, constituída, em média, por vinte membros, entre o chefe de família, suas esposas, filhos e parentes próximos. Por ser a poligamia uma prática regulamentada entre os fulas, é comum a mulher se casar com um homem que já tenha uma ou mais esposas. A concepção ancestral fula do casamento como instituição que propicia a “procriação e a riqueza”, constitui uma das justificativas para a poligamia dentro do grupo (DJALO, 2012). Em tal

situação, a liberdade de escolha e de posicionamento da mulher fula diante das grandes questões do grupo é bastante restrita, quando comparado com o homem. Tal restrição prevalece tanto na sua relação com a sua família de origem, quanto ao constituir ou participar de uma nova família por meio do casamento. O modelo de sociabilização ancestral fula é caracterizado por uma corresponsabilização dos membros adultos pela educação dos mais novos, um aspecto comum em ambientes comunitários das zonas rurais da Guiné-Bissau. A mulher em particular é responsável pela educação dos filhos.

O “fanado”³⁹, iniciação presente de diferentes maneiras em quase todos os grupos sociais da Guiné-Bissau, constitui a fase mais importante do processo de sociabilização do indivíduo, tanto para meninos, quanto para meninas. É por meio do “fanado” que os indivíduos se tornam membros plenos da comunidade (DJALO, 2012). Esta iniciação, que pode durar meses, prepara os indivíduos para a vida adulta ao abrir para os iniciados os segredos do grupo indispensáveis para uma vida adulta plena e, ao reforçar, entre outras, a sua responsabilidade para com a família, em particular, e para a comunidade, em geral. Vale destacar que é só após esta iniciação que estes são considerados aptos para se casar ((DJALO, 2012). O “fanado” feminino, também realizado por demais etnias islamizadas, implica, entre outros, em excisão genital, a qual representa significativas ameaças à saúde da mulher (RGB, 2009). Por conta disso, tem sido objeto de grande contestação a nível nacional e internacional.

Em razão das pressões oriundas, sobretudo, da parte de organizações de mulheres a nível nacional, ONGs e demais grupos da Sociedade Civil, a sua prática foi oficialmente proibida na Guiné-Bissau desde o ano de 2011, por meio da proposta de lei aprovada no parlamento.

Contudo, esta prática ainda prevalece na tradição dos fulas e outras etnias islamizadas; em geral, existe entre esses grupos sociais uma grande resistência cultural em relação ao abandono desta prática. Uma parcela dessa população atrela a prática aos escritos do Alcorão, o que tem suscitado intensos debates entre os prós e contras no interior dos grupos islâmicos da Guiné-Bissau e na sociedade civil guineense.

³⁹Para maiores informações sobre o assunto vide Djalo, 2012.

5.2.2. Organização sociopolítica numa tabanca fula

Dois aspectos são importantes e facilmente observáveis quando se chega numa tabanca fula, quais sejam: a prevalência de hierarquia, tanto etária quanto de gênero, e o respeito pela autoridade. Ao chegar em uma tabanca fula com intenções de se dirigir a comunidade, antes de comunicar a intenção de sua visita, o indivíduo é dirigido diretamente para a residência do chefe de tabanca, o qual, por sua vez, realiza a primeira escuta para em seguida mandar comunicar os homens, com destaque para os anciões para uma conversa coletiva. A prática de comunicar os anciões para uma tomada coletiva de decisão sobre um assunto do interesse da comunidade acontece em todos os níveis de poder, do régulo a chefe de tabanca. Ainda que sejam chefes, o exercício do poder, na maior parte das vezes, é realizado por meio de consensos gerados em conjunto com os anciões da tabanca ou da região.

Essa forma de organização sociopolítica dos fulas remonta à época da expansão e conquista sobre os territórios mandingas, caracterizado por um poder monárquico e bastante hierarquizado e altamente ligado com a religião. Além do Rei, a figura máxima do Estado, existia a figura do régulo, responsável por uma determinada região; a figura do djarga ou chefe de tabanca; e a figura do chefe de “morança”. Todos os cargos são ocupados pelas famílias próximas ao Rei ou aos chefes imediatos, sendo que a substituição só ocorre após a morte por meio da herança patrilinear. Com o período colonial desaparece a figura do Rei, porém mantêm-se a dos régulos e os cargos subsequentes. De acordo com Djalo (2012), entre os fulas da Guiné-Bissau, de modo geral é possível identificar duas classes:

- ✓ A primeira é constituída por entidades políticas e religiosas. No caso de Gabu destacam-se a família Embalo como detentora do reinado político.
- ✓ A segunda é constituída por camponeses e demais profissões.

O trabalho de agricultura é o que proporciona durante um certo tempo maior equidade entre os fulas, ao englobar tanto a nobreza, como os demais membros da comunidade. Não se pode falar da política entre os fulas sem levar em conta a religião. Passaremos então a apresentar a intersecção e a influência que esta possui na política.

5.2.3. A prática religiosa

A islamização dos fulas ocorreu por intermédio dos comerciantes oriundos do Oriente Médio. Esse processo, cujo o momento exato do seu início é desconhecido, estima-se que tenha ocorrido a partir do século X, com a penetração do islamismo no Império de Gana e mais intensamente no século XIII, a partir de sua adoção como religião oficial do imperador de Mali (DJALO, 2012). Entre os vários povos africanos islamizados, os fulas talvez sejam aqueles cuja conversão ocorreu de forma mais intensa e profunda ((DJALO, 2012). Isso, se levarmos em conta que o islamismo constitui uma das principais motivações para a sedentarização desse povo, tradicionalmente conhecidos como nômades.

A criação dos pequenos reinos subservientes ao Império do Mali e, posteriormente, a criação do Estado teocrático de Fouta-Djalón são exemplos da influência que o islamismo passou a ter na organização sociopolítica deste grupo. De acordo com Djalo (2012), a comunidade muçulmana guineense encontra-se organizada em duas confrarias⁴⁰, a saber: Tijâniyya e Qadiriyya. A confraria Qadiriyya, com origem em Mesopotâmia no século XII, tem como maior parte dos membros os mandingas. A Confraria Tijâniyya, criada mais recentemente nos finais do século XVIII pelo líder político-religioso fula El-Hadj-Omar, possui também um caráter sociopolítico e tem como principais integrantes os fulas.

Os membros das confrarias constituem uma classe tão importante quanto a nobreza. Aliás, é comum um indivíduo pertencer às duas esferas, para reforçar o seu poder e legitimidade político-religiosa. Existe um continuum entre a religião e a política entre os fulas. Segundo Djalo (2012), foram os chefes político-religiosos do antigo Reino Islâmico de Fouta-Djalón que indigitaram para cargo de Régulo de Gabu Alfa Bacar Guidali (também conhecido como Tchikan Embalo), precursor do reinado da família Embalo de Gabu. O que ilustra a força do islamismo na orientação sociopolítica e cultural dos fulas de Gabu.

Com o advento do Estado moderno guineense, nota-se uma prominência dos líderes religiosos em relação aos líderes políticos. Estes últimos tiveram o seu papel substituído pelas estruturas do Estado moderno, restando a dimensão simbólica.

⁴⁰ As confrarias são muito hierarquizadas, dirigidas pelos grãos-mestres, os Cheikh. Em torno deles gravita todo um mundo de “fazedores de milagres”, curandeiros, místicos, de iluminados (sinceros ou impostores): os marabouts (DJALO, 2012, p.63).

Diferente dos líderes políticos, os religiosos viram aumentar a sua autoridade moral legitimada pelo reforço da solidariedade étnico-religiosa durante o período em que a violência do Estado era mais visível.

5.2.4. Propriedade e gestão ancestral da terra

Um aspecto em que evidencia a prevalência do poder ancestral é a propriedade da terra. A lei nº04 do ano 1975 institui a terra como propriedade do Estado. Entretanto, de lá para cá, tem havido uma convivência, ainda que às vezes conflitual e sempre tensa, entre o Direito consuetudinário e o Direito moderno. No Direito consuetudinário, a terra pertence simbolicamente ao chefe ancestral. Este, por sua vez, com a ajuda dos anciões da comunidade, executa a gerência, tendo em conta a demanda local. Ainda que simbolicamente a terra seja do chefe ancestral, seu uso, mediante sua autorização é irrestrito.

A terra é um recurso ainda disponível em grande quantidade, por isso, é possível manter o tipo de gestão praticado pelos seus ancestrais, no sentido de que todas as famílias residentes nas tabancas fulas têm direito a terra, sendo a sua divisão baseada na demanda e na capacidade de força de trabalho das famílias. As que tiverem maior número de colaboradores solicitam maior espaço para a produção. O espaço para construção da habitação não tem constituído preocupação desse grupo, na medida em que a terra disponível ao redor das moranças e das tabancas for suficiente para todos os membros da comunidade.

Alguns autores (DJALO, 2012; NOBREGA, 2003) sugerem que os fulas, assim como os demais grupos étnicos islamizados e não islamizados da Guiné-Bissau, conferem à terra um valor sagrado. Estes, assim como os demais, praticariam, embora em menor grau, ritos propiciatórios ao longo do seu processo de produção, por meio de sacrifício de animais. Entre os fulas, este assunto é um tabu e encontra-se envolto em grande sigilo. Ao longo da pesquisa de campo, alguns entrevistados afirmaram que o sacrifício de animal como forma de obter uma boa produção constitui prática individual isolada, abominada pelo grupo. Se reavivarmos a história da conquista do Reino de Kaabu, uma das justificativas para declaração de guerra dos fulas aos mandingas tinha, sobretudo, a ver com o sincretismo religioso prevalente entre os últimos. Os fulas arrogam para si o puritanismo na sua prática

religiosa, ao adorar um único Deus, Allah. Nesse sentido, para este grupo, a sacralidade da terra não é vocalizada.

Para os fulas, a despeito da terra ser uma dádiva divina, sua relação com a mesma tem um caráter mais utilitário. O resultado alcançado, por exemplo, em uma lavoura é representado como fruto de esforço, estratégias e práticas ancestrais, além da benção de Allah. A Allah, e não à terra, cabe o agradecimento pelas graças concedidas. Por isso, qualquer tipo de rito propiciatório ou uso de saberes esotéricos para alcançar melhores resultados é explicitamente condenado. Ainda que não se reconheça explicitamente, é comum recorrer aos marabouts para se informar sobre o que o destino lhes aguarda e realizar diligências para evitar infortúnios ou aproveitar a sorte.

5.3. Caracterização da Tabanca de Benfica

O nome Benfica, que provem do português, foi adotado em função de sua proximidade territorial com a antiga base militar portuguesa de Benfica, situada junto à tabanca. A tabanca de Benfica fica a aproximadamente 15 quilômetros da sede administrativa do sector de Pitche e a 45 quilômetros da cidade de Gabu.



Figura 4: Localização da Tabanca de Benfica.
Fonte: Herculano Nhaga/INEP (2016).

É habitada essencialmente por indivíduos da etnia fula. A população total gira em torno de 1200 habitantes e possui várias dezenas de famílias, as quais são compostas por uma média de vinte pessoas.

As principais atividades desenvolvidas são a criação de animais e a agricultura. Porém, existe uma mistura de atividades de subsistência e de renda. O conhecimento acumulado ao longo dos séculos sobre a pecuária faz dos fulas os principais criadores e fornecedores de gado bovino a nível nacional. O sector de Pitche, em que se insere a tabanca de Benfica, constitui um dos lugares de maior concentração de gado bovino do país. Além do gado bovino, criam-se também os caprinos e ovinos. O trabalho de criação de gado é compartilhado por homens e mulheres, sendo esta tarefa realizada em fases diferentes.

O cuidado inicial com animais pequenos, que precisam de acompanhamento constante, é feito pelas mulheres. Nessa fase, a cria é cuidada no curral junto com as fêmeas. Um trabalho de estímulo à produção de leite e desinfecção das vacas é feito por meio de plantas especiais preparadas para o efeito. Ao crescer e possuir condições de se alimentar sozinha, a responsabilidade da cria passa a ser compartilhada com os jovens rapazes, que têm como função levar o gado para o pasto, quando não são soltos na savana.

A tabanca de Benfica, assim como as demais localidades da Região de Gabu, possui um histórico de baixa disponibilidade hídrica, que agrava, anualmente, nos meses de janeiro a junho. Por conta da escassez da água e da pastagem na região, anualmente se realizam transumâncias por um longo período de tempo. A transumância tem sido motivo de muitos conflitos entre os criadores de gados e os agricultores territorializados ao longo do seu trajeto para as regiões do litoral com maior disponibilidade de recursos hídricos e de pasto. A tarefa é grande e demanda bastante sacrifício. O distanciamento da família, a perda de gados ao longo do trajeto, por doenças, cansaço, roubo, acidentes viários, entre outros. Além disso, exige uma grande capacidade de negociação por conta dos incontáveis conflitos que podem ocorrer ao longo do trajeto.

Além de constituir um fator de prestígio entre os fulas, a posse de gados também representa um investimento na segurança social. Em ocorrência de eventos severos como a inundação, sua importância aumenta, na medida em que constitui um dos poucos bens com que se pode deslocar para outros lugares, além de servir

como seu último recurso para lidar com as crises e garantir a sobrevivência do grupo.

A escassez de água e do pasto não constitui problema somente para aqueles que se deslocam em busca de um lugar melhor para os seus gados, é também para aqueles que ficam. Em Benfica, existem três poços artesianos, dois construídos pela população local e um construído por um dos projetos que atuaram na região. Os dois poços locais são utilizados normalmente para coleta de água para beber, cozinhar, entre outras utilidades. O poço construído por indivíduos externos à comunidade, salvo em período de seca em que os dois poços tradicionais geralmente ficam sem água, raramente é utilizado para beber. De acordo com a comunidade, a água “possui um gosto estranho”. Este poço, com melhor infraestrutura e mais profundo, em épocas de baixa disponibilidade hídrica, que chega a ser bastante severa, é o único que consegue conservar a água. Em torno deste, vários conflitos emergem todos os anos.

As 1200 pessoas que compõem a comunidade de Benfica, além dos animais intensificam a demanda pela água. A falta de água ocasiona o aumento e a intensificação de tensões e conflitos que ameaçam a coesão social da comunidade. Na impossibilidade de acessarem a todos o mesmo poço, mulheres e crianças, responsabilizadas pela coleta de água, no mais das vezes, são obrigadas a percorrer quilômetros de distância em busca da água, nos seus termos, propícia para o consumo humano. Se a baixa disponibilidade hídrica e a procura do pasto para o gado bovino ocasionam o afastamento das famílias é a produção agrícola que proporciona a união. Nesta época, é comum o retorno inclusive de indivíduos que emigraram para áreas urbanas, para dar continuidade aos seus estudos, ou em busca de trabalho assalariado, a fim de auxiliarem suas famílias nas atividades produtivas.

A agricultura realizada em Benfica é tanto de subsistência, quanto de renda. Nesta tarefa também existe uma forte divisão entre os homens e mulheres fulas. Os primeiros se dedicam a atividade de produção de várias culturas em áreas de sequeiro, quais sejam: milho bacil, milho cavalo, amendoim, feijão. A área para produção necessita de desmate e queima. Devido ao caráter árduo do processo produtivo, suas atividades são realizadas entre março e maio, englobando o desmate, a queima e a limpeza do terreno. Semeia-se a partir de junho, quando a precipitação começa a ficar mais frequente. Após o semeio há um cuidado com as

ervas daninhas que demanda limpeza. A tarefa de vigia dos animais que podem estragar a produção é da responsabilidade das crianças. A partir de setembro inicia-se a colheita de algumas variedades como o arroz.

As mulheres produzem o seu arroz nas bolanhas. Trata-se de terrenos alagadiços, que necessitam de chuva para o seu manuseio antes de se semear. Na tarefa de preparo da bolanha, as mulheres obtêm ajuda dos respectivos maridos, de outros membros masculinos da família ou mesmo de associação de jovens da comunidade. Geralmente, iniciam em junho, com a precipitação se intensificando, sendo que em julho e no máximo em agosto passam a semear. A colheita, em geral, é realizada nos meses de outubro e novembro. Além destas atividades produtivas, em Benfica, algumas famílias contam também com as remessas externas, tanto daqueles que se emigraram para as zonas urbanas, quanto àqueles que se imigraram para fora do país. O fenômeno de imigração de jovens rapazes e de homens adultos é comum na região de Gabu.

5.3.1. A inundação em Benfica

No início de setembro do ano de 2015, ocorreu uma grande inunda o em várias tabancas do sector de Pitche, a saber: Benfica, Demba Djabuel, Camadjaba, lancor, Buruntuma e Canquelefa. Inunda es têm sido recorrentes em Benfica. Antes desta última, as que abalaram mais a comunidade local, de acordo com os relatos da popula o, ocorreu nos anos de 1998, 2003 e 2012. Ainda segundo as mesmas, ultimamente, têm notado um padrão na ocorrência de inunda es, a qual tem sucedido de tr s em três anos. Contudo, no seu entender a de 2015 supera de longe as demais em termos de estragos e afeta es.

Lembro-me muito bem do dia em que aconteceu, era uma quarta-feira. Começou a chover a partir das 16 horas, tendo terminado por volta das 20 horas. Estava dentro da minha casa com o meu marido, doente acamado, sua outra esposa e as crianças. Ao sair   noite, deparei com a água subindo e tomando conta de toda a varanda. Chamei o meu vizinho, ele saiu e ficou tão assustado quanto eu. Várias inunda es haviam ocorrido na nossa aldeia, pelo menos outras três vezes, mas esta foi de longe a mais assustadora. Ninguém dormiu naquele dia, com o medo da água subir mais ainda e entrar nas nossas casas. Na manhã seguinte, os homens e os jovens rapazes fizeram um trabalho de abertura de canais com os materiais cedidos pelos técnicos do Projeto de Mudanças Climáticas

(Pá, Galocha, Enxada, Carrinho de Mão). Os canais abertos por um momento ajudaram, só que quando a água correu pelos canais foi para o outro lado da estrada, acontece que do outro lado havia também bastante água, pelo que ela foi, bateu e retornou, provocando uma situação pior ainda. Foram três dias seguidos de subida da água. Quando começou a entrar nas casas, as pessoas ficaram mais desesperadas. Encheu as latrinas, fazendo com estas estivessem na mesma altura dos poços da aldeia. Como nós temos duas casas, uma cimentada e outra não, mandamos as crianças para aquela cimentada, nós, mais velhos, ficamos naquela não cimentada. Com o meu marido acamado, eu não podia me deslocar para outro lugar. Ficamos ali dentro com a água aos pés à espera do que Deus iria fazer. Estou com febre, quase todo mundo está com febre por causa da umidade, dos mosquitos que ficaram por mais de um mês que a água ficou na aldeia sem escoar. Nós não temos nada além de Deus. Só Deus pode nos ajudar (DONA X, 65 anos).

A inundação ocorrida na tabanca de Benfica afetou desde o início todos os aspectos da vida social dos residentes. A rotina produtiva e doméstica foi cessada, os meios de subsistência, as suas moradias, a sua segurança, entre outros, em poucas horas foram afetadas de forma crítica.

Olha o que a água fez conosco! Chegou, entrou nas nossas casas, nas nossas cozinhas, nos nossos corais. Entrou nas nossas bolanhas e desde aquele dia não conseguimos mais trabalhar. Nos primeiros dias ninguém comeu. Ninguém conseguia ir ao lugar [arrozal, bolanha] porque tudo foi coberto pela  gua. Não conseguimos trabalhar, tudo o que foi feito foi perdido, já estamos a comer uma vez ao dia, algo difícil de acontecer nesta tabanca. Com amos três vezes ao dia. Este ano vai ter muita fome. Só Deus para nos socorrer. [...]. Até para cozinhar não conseguíamos.   certo cozinhar no quarto onde se dorme? Não, n ! No chão não dá para fazer lume, e preciso colocar uma chapa em cima de um lugar mais alto para assim colocar as pedras e a lenha para cozinhar. Está vendo nossas cozinhas [naquele momento a senhora aponta para a ruína que sobrou de sua cozinha]. Estava tudo cheio de água, muitas delas caíram. Tivemos que improvisar outro espaço (DONA Y, 50 anos).

A  gua que havia penetrado no campo, estragando toda a produção, adentrou também nas habitações. Muitas famílias viram suas casas desmoronar aos poucos, provocando uma situação de desalojamento⁴¹. As casas de Benfica, boa parte delas,

⁴¹ Desalojados – [refere-se no contexto brasileiro] aos que têm de sair de suas habitações, temporária ou definitivamente, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria do imóvel, mas que não necessitam que as providências de abrigo sejam tomadas pelo Estado, pois encontram apoio de

pequenas, redondas, feitas de barro e cobertas de colmo, possuindo somente um cômodo⁴². Algumas poucas possuem uma estrutura retangular, são relativamente grandes, feitas de barro e cobertas de colmo ou zinco e possuem vários cômodos. As cozinhas, feitas um pouco afastadas das casas, são ainda menores, boa parte delas foi derrubada pela água. Algumas casas que conseguiram se sustentar permaneceram com enormes rachaduras nas paredes, suscitando muito medo e incerteza quanto ao que podia acontecer a qualquer momento.

A altura da água havia chegado a quase um metro no interior das casas. Muitos móveis e objetos pessoais foram danificados pela água. As casas maiores possuem maior resistência à inundação. Entretanto, dentre as construções do tipo, uma escola caiu, e muitas casas ficaram com rachaduras graves, e se encontram na eminência de cair.

Minha casa está com muita rachadura. A parte anexa já caiu, como podes ver, e corremos o risco de ver cair a casa toda em cima da família. Mas, como faremos não temos para onde ir e nem como fazer. Só Deus mesmo. Nunca recebemos ajuda do Estado. Eles [nesse caso a senhora se refere aos políticos] só vêm na época da eleição. Depois disso não voltam mais para cá. Aqui só vem projeto⁴³, mas, estas a ver aquela casa [nesse momento, a senhora aponta para o banco de cereal construído pelo PPRCASAHC-GB] é a única coisa que aqui fizeram (DONA Z, 50 anos).

A maior parte das latrinas da tabanca de Benfica é feita fora da casa, com uma espécie de fossa séptica de qualidade precária. Devido à inundação, a água tomou conta das fossas fazendo com que os excrementos se espalhassem por todo lugar, inclusive para os poços. Atividades cotidianas como tomar banho, cozinhar, buscar água se tornaram bastante difíceis. Para realizar necessidades fisiológicas básicas, era preciso andar quilômetros de distância em meio à água para encontrar

parentes ou amigos para abrigar-se em sua casa provisoriamente (CASTRO, 1999 apud MARCHEZINI, 2014, p.50).

⁴² “Tendo como criação de gado a principal atividade, os Fulas raramente utilizavam material muito durável nas suas construções. O caráter nômade fez com que optassem por construções ligeiras, fáceis de erguer, de dismantelar e mudar para outros lugares na sua procura constante de novas pastagens” (BALDE, 2008, p.71).

⁴³ Nesta região todo o programa de intervenção é comumente designado por “projetos”, em partes, por influência do “Projeto Agro-Silvo-Pastoril”, um programa vasto, implementado ao longo de muitos anos na região.

lugar não inundado para o efeito. O banho ficou bastante raro. Os habitantes de Benfica passaram a conviver com diferentes tipos de ameaças. Por exemplo, nas habitações que ofereciam condições para o abrigo, inclusive para os desalojados, se realizavam toda atividade doméstica. As paredes haviam se umedecido, criando rachaduras que colocavam em perigo a integridade física dos que ali se albergavam.

Fora de casa, com a água parada, além de mosquitos e animais peçonhentos, havia a possibilidade de indivíduos contraírem outras doenças de veiculação hídrica, como diarreia. O que, de fato, ocorreu. Várias pessoas contraíram febre, diarreia, além do paludismo. O centro de saúde mais próximo de Benfica fica em Pitche, a uma distância de quinze quilômetros. A evacuação de doentes é feita somente por meio da motocicleta. Com as estradas obstruídas por conta da água, muitas pessoas ficaram presas em Benfica, sem acesso ao tratamento médico. Há registro de morte de crianças por febre ao longo da crise aguda em Benfica. A situação acima descrita durou por volta de um mês até a água terminar de baixar. A despeito de terem sido comunicadas, as autoridades do Estado demoraram mais de duas semanas para chegar ao local. Alguns relatos com relação ao assunto são bastante reveladores da representação dos locais sobre o status de sua relação com as autoridades.

A água chegou e nos desgraçou. Perdemos toda a nossa produção. Arroz, milho, amendoim, tudo estragou. Poucas foram as colheitas que conseguimos salvar. Quando isto aconteceu, todo mundo veio para cá, as ONGs, o Estado, os régulos, só que até agora não vimos nada ainda. Eles chegam com cadernos e caneta, tomam notas, tiram fotografias, fazem filmagem e colocam até os velhos para falarem. Dizem que vão mostrar as autoridades. Agora não sabemos se os donativos chegam ou não, pelo menos nunca vimos aquilo aqui nesses anos vem acontecendo a inundação na aldeia, ninguém veio, ninguém fala nada, chegam e prometem e vão embora. Devem trazer caneta e cadernos, mas, nós queremos também comidas (Senhor X, 75 anos).

Detalhe para percepção do registro ostensivo dos locais sobre a situação em que as pessoas se encontravam, comportamento que aparentou certa preocupação das autoridades oficiais locais e nacionais com aquilo que estava ocorrendo, suscitando esperança em relação a providências passíveis de serem tomadas. Providências essas que caem no esquecimento tão logo se abandonem o cenário de

desastres. Dentro da comunidade, o desconhecimento das causas das inundações que têm se tornados recorrentes e, em grande medida, banalizadas pelas diferentes autoridades, contribuiu para o aumento significativo da angústia em relação ao que estava ocorrendo.

A água nos fez um trabalho terrível. Até agora não conseguimos entender o que aconteceu. Pedimos explicação aos técnicos do Projeto das Mudanças Climáticas, até agora não obtivemos resposta. Eles nos recomendaram a levantar barreiras com sacos de areia que nos concederam. Acontece que a água já tinha tomado conta e não tivemos como encher os sacos de areia. Além do mais, a água não veio de nenhuma direção, ela simplesmente brotou do chão, aí reside nossa maior dificuldade de entender o que aconteceu. A água chegou a um nível nunca antes visto (Senhor J, 45 anos).

O processo em ocorrência foi qualificado pela comunidade como sendo vontade de Deus. A religiosidade é um aspecto bastante presente nas suas falas e nos seus modos de ser, o que para estes permite conviver melhor com a situação. Ouvimos repetidamente frases do tipo “Deus quis assim”. A tabanca de Benfica ficou totalmente ilhada. Enquanto subia a água, indivíduos residentes na tabanca se arriscavam a sair em busca de algum tipo de mantimento e ajuda para lidar com a situação. Algumas famílias que perderam as casas foram abrigadas pelos vizinhos que se encontravam em uma situação um pouco melhor, outras acionaram as famílias e se deslocaram para lugares mais distantes. Entretanto, as pessoas que vinham de fora dificilmente adentravam nos lugares inundados, por conta do aspecto “horroroso” que a localidade se apresentava, de acordo com os residentes.

Ao longo de quase um mês, as famílias da tabanca de Benfica conviveram com a água dentro de casa. Uma nova rotina lhes foi imposta pelo desastre. Práticas antigas, como construção de benten⁴⁴, feita de madeira, com estruturas basilares altas, para conservar a colheita, evitando o estrago causado pelos animais, foram providenciais. As famílias que ainda tinham algum mantimento conservado, conseguiram se manter, racionando a comida. Os que realizavam três refeições ao dia, passaram a fazê-la uma vez, na incerteza do que aconteceria no dia seguinte. Diante de toda a situação, a solidariedade prevaleceu.

⁴⁴ Uma espécie de dispensa.

Existe um grande orgulho na comunidade pelo fato de poderem se autoprover. O autoprovimento é sagrado, sobretudo para os chefes de família. Para alguns que perderam todo o seu mantimento por conta dos desastres, é duro, ainda que em situação de exceção, ser “sustentado” por outro chefe de família. Em sociedades patriarcais, em que prevalece a tradição de forma rigorosa, as afetações psicossociais de tal situação podem ser enormes. Afetações essas que dificilmente são reveladas porque aparenta fraqueza. Uma das características cultivadas e valorizadas na sociedade guineense como um todo, e as comunidades tradicionais, em particular, é do “macho”, aquele que sabe sofrer e aguentar as agruras da vida em silêncio. Que guarda para si os segredos da vida, que vai calejando o seu corpo e sua alma. Esse aspecto, embora não vocalizado, é perceptível nas coletas de relatos orais realizadas.

A conversa com os homens era mais serena, por vezes, pareciam desinteressados diante da situação. Falavam de situações de extrema dureza com total banalidade. Por exemplo, ao referirem às mortes de algumas crianças ocorridas ao longo do período de inundação, deixou-nos impressão de que aquilo fosse algo banal para os mesmos. Estes momentos balançaram a nossa convicção por um momento. Será que estamos superestimando algo banal? É possível estas pessoas estarem tão calejadas ao ponto de encararem tamanha tristeza com tanto desdém? Mas, em outros momentos, lembrávamos de que certas coisas nunca serão ditas explicitamente, porque estão aí para serem descortinadas. Exigiam implicitamente que nós fizéssemos um pouco mais de esforço, nem tudo sairia de suas bocas! A reflexão que acabamos de fazer é fruto da nossa percepção e do conhecimento de alguns códigos que regem a relação entre homens na sociedade guineense como um todo. Dificilmente os homens, sobretudo os rurais, vocalizam as fraquezas, sob o risco daquele se transformar em sua marca, como um estigma, na sua relação com o interlocutor externo.

Retornando à rotina na tabanca, as mulheres, responsáveis pelos serviços domésticos, improvisaram o espaço da cozinha para reproduzir parte de sua rotina. Em casas em que havia partes não alagadas, foram improvisadas chapas de zinco, sob as quais foram colocadas pedras e lenhas para confeccionar as refeições. Esses espaços, “salvos” da água, foram utilizados como espaços comuns para as famílias afetadas. A espontaneidade de tal relação nos sugere a vivência de uma afinidade de *communitas* (TURNER, 2012). De acordo com Turner (2012), em

situações limites e de provação, diferentes indivíduos podem desenvolver vínculos que se traduzem em ações de grande altruísmo. Em geral, são vínculos temporários, que têm lugar em situações ou condições específicas, que, entretanto, podem gerar repercussões a longo prazo. A vivência de um desastre é um dos momentos que se pode estabelecer uma relação de *communitas*. Ao se encontrarem em condições de afetação negativa que, por vezes, coloca em xeque inclusive a sua existência, os indivíduos podem se despir do seu egoísmo, de suas reservas e preconceitos e se colocarem de igual para igual na relação com o outro, independentemente de suas diferenças.

A vivência da relação de *communitas* pode servir para fortalecer os laços comunitários dentro da tabanca, a longo prazo. Se para os homens, a capacidade de sofrer constitui uma das qualidades para enfrentar as vicissitudes da vida, para as mulheres fulas existe uma representação de que o sofrimento constitui algo nato. Isto é, não se coloca a questão sobre se estas sofrem ou não. Toda a sua educação e forma de sociabilização desde a tenra idade é feita na base do apagamento de sua subjetividade, para eliminar qualquer resistência ao poder patriarcal.

Na nossa inserção no campo, tal apagamento foi perceptível em pequenas ações, por exemplo, quando os locais convocam para reunião conosco somente os homens. Nas tabancas visitadas, assim como em Benfica, a nosso pedido, mulheres foram convocadas também para a conversa. Contudo, ao longo das conversas coletivas, estas se mantiveram caladas, enquanto os homens falavam, a sua ocupação espacial também revela a relação de poder. As mulheres se mantinham mais afastadas da roda em que os demais se organizavam. Numa das ocasiões, os homens terminaram de falar e pedimos que as mulheres dessem também seu relato sobre o ocorrido, entre os homens ali presentes só restou um, que também ficou porque era nosso tradutor. Pediram-nos licença para dar continuidade as suas atividades.

5.3.1.1. Estratégias e respostas locais às inundações

Ao perceberem a recorrência das inundações, uma das primeiras iniciativas da população local foi mudar o tipo de construção da habitação. As famílias

passaram a construir casas em lugares mais altos, sendo que a fundação passou a ser mais alta, quando comparada com as de casas tradicionais. Tal estratégia, entretanto, suscitou outras ameaças. Embora sejam construídas em lugares mais altos, o principal material de construção continua sendo o adobe precário, feito de barro. Por ser a sua estrutura maior, o seu desmoronamento representa maior ameaça do que as casas tradicionais que possuem estrutura menor. Boa parte das casas alternativas construídas tiveram sua estrutura comprometida e apresentam rachaduras. Demandam mais tempo e recursos na sua construção, entretanto apresentam quase a mesma suscetibilidade que as demais.

Outra iniciativa, de acordo com as mesmas, foi solicitar ajuda do Estado e mais recentemente por meio dos técnicos do PRRCASAHC-GB, tanto no sentido de ajudarem a comunidade a compreender as causas das inundações, assim como no enfrentamento das mesmas. Uma das providências dos técnicos do PRRCASAHC-GB foi conseguir um conjunto de materiais para a comunidade, quais sejam: pás, galochas, carrinho de mão, enxada e sacos de areia. Com tais materiais, de acordo com os técnicos, seria organizado um “Plano de Contingência Local” para lidar com a situação de inundação.

O “Plano de Contingência”, nos termos dos técnicos, consistiria em encher as bolsas de areia e erguer barreiras ao redor da tabanca para que a água não ultrapassasse tais limites. Além do mais, se abriria valetas para drenar a água. Quando ocorreu a inundação, uma das ações imediatas da população local, de acordo com as mesmas, foi abrir valetas para drenar água. Tal ação foi feita durante quase todos os dias enquanto a água subia e se estagnava. Erguer barreiras com sacos de areia, segundo os locais, não era possível porque a água havia tomado conta da tabanca e, por outro lado, porque de acordo com a comunidade, a água não vinha de nenhum lugar específico, ela brotava do chão. Ao erguer barreiras não faria efeito nenhum.

A comunidade local comunicou a sua situação as autoridades logo nos primeiros dias. Além disso, enviamos esforços junto à Rádio Comunitária de Pitche para fazer chegar a informação sobre a sua situação o mais distante possível, na esperança de que o seu grito de socorro fosse escutado e atendido. A comunidade esperava receber mantimentos como água, comida; assistência para se deslocar da tabanca de Benfica, disponibilização de lugar para abrigo temporário, assistência médica, entre outros. De igual modo, conseguiram, com ajuda das autoridades

locais, que a televisão nacional fosse fazer uma reportagem em Benfica, demonstrando a situação de desastre em que se vivia.

Historicamente, a estratégia de exposição midiática tem sido um dos poucos recursos com que o povo da Guiné-Bissau pode contar em situações de desastre ou infortúnios. Um discurso conhecido é mobilizado, no qual se solicita ajuda de “pessoas de boa vontade”. Em casos de infortúnio como incêndio de casas, ou outro tipo de necessidade como a de evacuação de paciente para tratamento no exterior, por conta da impossibilidade de tratamento no país. Nesse sentido, os meios de comunicação da Guiné-Bissau, a televisão, em particular, tem feito um importante trabalho de abertura de espaço para exposição de pessoas que têm solicitado tal serviço. O qual tem dado resultados significativos para os indivíduos que solicitam ajuda. “As pessoas de boa vontade” têm respondido aos pedidos de socorro a que são dirigidos, ajudando, por exemplo, com materiais para a reconstrução das casas, fornecendo mantimento alimentares, ou no caso de pacientes que precisam de evacuação para o exterior, fornecendo passagens de avião. Muitas das vezes, as “pessoas de boa vontade” costumam ser figuras políticas, altos funcionários do governo que se aproveitam das situações para se portar como um herói.

No caso do desastre em Benfica, não houve nenhuma “pessoa de boa vontade” que oferecesse algum tipo de ajuda. O que funcionou para dar algum tipo de alento aos afetados foram as estratégias de entre ajuda dos locais.

A imigração sazonal para participar de colheita de algodão no Senegal, ou procurar trabalho em Bissau, capital do país, também foram algumas estratégias utilizadas, sobretudo pelos homens, para conseguir recursos financeiros e comprar mantimentos alimentares. Na visita realizada após o desastre havia uma ausência quase total dos jovens rapazes da tabanca.

5.3.1.2. *Resposta institucional a situação de desastre em Benfica*

A partir da segunda semana do início da inundação, algumas autoridades começaram a comparecer em Benfica. A primeira foi a administração do sector de Pitche. Questionado sobre a demora em responder ao chamado da população local,

em resposta, o administrador afirmou que sua demora teve a ver com a falta de recursos com que a instituição deparava⁴⁵.

Ao longo de sua visita, a administração realizou o levantamento das perdas materiais da comunidade. Procuraram saber também, de acordo com o relato das autoridades, que tipo de ajudas os locais precisavam com maior urgência. Os técnicos do PPRCASAHC-GB, que se fizeram acompanhar de uma grande comitiva que incluía representantes do PNUD na Guiné-Bissau, se utilizaram da mesma prática. Levantamento de perdas materiais, avaliação de possíveis causas da inundação, além de levantar as necessidades mais urgentes da comunidade.

Os dados levantados ao longo da visita dos técnicos, foram sistematizados em forma de relatório e enviados para instituições como PNUD, Ministério de Ambiente, Cruz Vermelha, entre outros, esperando providências das mesmas.

A administração regional foi dos últimos a visitar Benfica, junto à comunidade sugeriu que estes mudassem para a capital do sector de Pitche.

O Governador veio aqui e nos ordenou que mudássemos para Pitche [a capital do sector], dissemos que até gostaríamos, mas que não dava para mudarmos com as nossas casas. Não temos ninguém para nos ajudar ali, como iríamos fazer. Ele não nos deu solução, simplesmente ordenou que mudássemos porque a situação aqui estava grave.... Depois disso, nunca mais retornou e não recebemos nenhum tipo de ajuda de sua parte. Estamos largados a própria sorte. Já estamos acostumados a isso, mas este ano está pior e o que vem pela frente é bem pior. Nós vamos passar fome (Senhor Z, 45 anos).

Assim como o governador, as demais autoridades também não retornaram e nenhum resultado imediato surtiu da visita, além de promessas de auxílio. Significa dizer que se no momento da crise aguda nenhum resultado surtiu das providências das autoridades, provavelmente depois de meses com a comunidade aparentando uma rotina “normal”, possibilidade de providências são mais remotas.

A inundação ocorrida em Benfica não constituiu surpresa para a comunidade da tabanca e muito menos para as autoridades tanto locais, quanto nacionais. A região de Gabu sendo uma zona semiárida, possui solos altamente impermeáveis que dificultam a drenagem da água. De acordo com os dados do PPRCASAHC-

⁴⁵ Não possuíam combustível para se deslocar de motorizada até o lugar. Vale lembrar que a distância entre Pitche e Benfica é de quinze quilômetros.

GB (2011), está ocorrendo uma grande variabilidade em termos de precipitação pluviométrica nesta regi. Relatos da população de Benfica sugerem um aumento na regularidade e intensidade das inundações devido, em partes, à impermeabilidade dos solos.

A comunidade de Benfica cuja convivência com as inundações já vem ocorrendo de forma recorrente, como demonstramos, tem buscado alternativas próprias para lidar com a situação, e no contato com as autoridades no âmbito do projeto de adaptação às mudanças climáticas a comunidade local tem alertado as mesmas para a regularidade de sua ocorrência. Esta comunidade, assim como as demais que territorializam a região de Gabu, mantêm uma relação de autonomia com o Estado, produzindo sua própria subsistência e mantendo algumas estruturas de poder que atuam na resolução de conflitos e outras demandas locais. Entretanto, pagam impostos por meio de cobranças que são realizadas nas feiras populares ou na comercialização dos gados. Quando necessário solicitam a ajuda do Estado para auxiliá-las na resolução de algumas situações que a comunidade tem dificuldade de resolver.

No caso da inundação, por existir um projeto do Estado que atua na prevenção e “gestão” de eventos do tipo, o PRRCASAHMC-GB, a expectativa local em relação a algum tipo de providência oriunda da parte dos técnicos do projeto era grande, por isso, a comunidade recorreu aos mesmos e as demais autoridades procurando visibilizar a sua situação. Entretanto, as respostas destes técnicos e as demais autoridades diante da situação de desastre na tabanca de Benfica, caracterizada pela ausência de resultados das providências, sugerem várias possibilidades de análise, porém, destacaremos a que acreditamos ser mais importante para a compreensão dessa relação.

A comunidade de Benfica, assim como a maior parte das populações tradicionais, residentes, na sua grande maioria, em zonas rurais do país, ocupam o espaço da margem do Estado⁴⁶. Trata-se aqui da sua acepção territorial, mas também simbólica (DAS; POOLE, 2008, p.24), significando uma “periferia” onde, geralmente, se encontram indivíduos “insuficientemente sociabilizados no âmbito da lei”. Neste sentido, as ações do Estado em tais contextos visam, sobretudo a

⁴⁶ Habitar as margens ocorre por via da exclusão. Entretanto, as margens podem constituir um importante espaço de resistência, baseada numa produção autônoma de subsistência e reprodução sociocultural dos indivíduos e os grupos sociais que o habitam, como é o caso da tabanca de Benfica.

“civilização” dos indivíduos que as habitam. Segundo Das e Poole (2008, p.24), em geral:

[...] [as] populações marginais são compostas de indivíduos "indígenas" ou "nativos", que são considerados, por um lado, a base das identidades nacionais individuais e, por outro, são excluídos destas mesmas identidades por esse tipo de conhecimento disciplinar que lhes marca como "outro" racial e civilizacional (tradução livre).⁴⁷

Trata-se, portanto, de uma margem caracterizada pela carência e vulnerabilidades “naturalizadas”, por isso, objeto, de vez em quando, de políticas paliativas por meio de projetos sociais. A manutenção do *status quo* de carência e vulnerabilidade é ideal para persuadir os parceiros internacionais sobre a necessidade de liberalização contínua de recursos para os projetos. Os grupos que habitam ou são situados nas margens, no mais das vezes, são incluídos na dinâmica central do Estado guineense e seus parceiros pela via do mercado de mobilização de fundos, aquele aberto com as reformas do PAE, no qual a par das ONGs, um seleto grupo de técnicos do Estado especializados em mobilização de fundos vão atuar. É um mercado em que as possibilidades de ganhos para as populações nas margens são bastante remotas.

Isso explica, em partes, o fato de que a maior parte das políticas implementadas nas zonas rurais tanto pelo Estado, quanto pelas ONGs, decorrem de projetos de curto e médio prazo financiado por organismos internacionais e, quando se encontra perante situações em que não se insere entre itens financiados ou financiáveis, a instituição executora, salvo exceções, se abstém de intervir, justificando o fato de não se tratar do seu domínio de intervenção. Portanto, não possui recursos para tal. No caso de desastres, no PANA (2006) e no PRRCASAHMC-GB (2011) existem referências à sua redução, porém, não existe menção a “gestão” da crise. Trata-se da relação política e de poder com o Estado ou com as ONGs, baseado nos parâmetros dos itens financiáveis, tempo de duração do

⁴⁷ las poblaciones marginales están conformadas por sujetos “indígenas” o “naturales”, que son considerados, por un lado, el fundamento de identidades nacionales particulares y, por el otro, son excluidos de esas mismas identidades por esa clase de conocimiento disciplinario que los marca como “otros” raciales y civilizacionales.

projeto e recursos disponíveis. A relação, no melhor dos casos, é baseada nas ferramentas disponíveis para lidar com situações específicas.

As políticas implementadas não necessariamente constituem a principal demanda local. No caso de Benfica, a demanda pela água para o consumo humano e animal constitui a principal solicitação da população local na sua relação com as diferentes instituições, tanto o Estado, como as ONGs que atuam temporariamente na região. O que não tem constituído prioridade das instituições por cumprirem agendas baseadas na sua relação com o exterior. A ausência de retorno diante do desastre por parte do Estado e seus parceiros revela igualmente o papel reservado às populações rurais na sua relação com os produtores e executores das políticas de adaptação às mudanças do clima, sejam estes representantes do Estado ou das ONGs.

Retomando a ideia de que a mobilização de fundos constitui um importante mercado, é de supor que a população de Benfica, assim como os demais que são objetos de intervenção, foram inseridos de forma marginal e subordinada dentro do processo, não só como objeto de intervenção, mas sobretudo para justificar a continuidade dos projetos. Isto é, os registros ostensivos realizados pelos técnicos do PRRCASAHC-GB na sua visita a tabanca de Benfica acompanhados pelos representantes dos organismos bilaterais na Guiné-Bissau, podem servir para reforçar as evidências de que a variabilidade climática constitui um problema crítico, demonstrado para os financiadores as suas implicações na vida das populações, o que poderia justificar a manutenção, renovação ou aumento de recursos financeiros, sem que, necessariamente, tais recursos sejam alocados para as comunidades afetadas.

Entretanto, com o sucesso da inserção no mercado de mobilização de fundos, feita sem o consentimento prévio das comunidades, abre-se espaço para a inserção no mercado global. Esta última constitui o pano de fundo dos PANAs, quando tomamos em conta as diretrizes a partir das quais foram construídas. Lembrando que tais diretrizes foram construídas no âmbito dos países altamente industrializados tendo como ênfase o desenvolvimento por via do mercado. E como isso estaria ocorrendo ou poderia ocorrer?

Voltando à Benfica, desde há muito tempo, tem lidado com eventos severos/extremos da natureza e do clima. Por exemplo, altas temperaturas, secas, que têm como uma das consequências a indisponibilidade ou baixa disponibilidade

da água. Historicamente, tem conseguido produzir estratégias de sobrevivência, como o deslocamento territorial dos indivíduos e grupos, a transumância sazonal dos gados, ou na produção de subsistência, o cultivo de culturas que demandam pouca água como os diferentes tipos de milhos, arroz de ciclo curto, entre outros. Em relação aos desafios supracitados, o cenário da variabilidade do clima é novo e desconhecido para este grupo. Eventos como inundações têm desvelado muitos problemas, embora estes estejam produzindo estratégias de enfrentamento, como construção de casas em lugares mais altos, entre outros, as dificuldades para lidar com os novos problemas que estão sendo desvelados pela inundações tem suscitado muita incerteza no seio da comunidade.

A existência de incerteza constitui uma abertura oportuna para atuação dos técnicos com os seus receituários. Estes últimos, além de mobilizarem fundos, precisam implementar os projetos e, para isso, precisam convencer os atores a que se destina os projetos da sua importância e necessidade. Convencidos de que o saber técnico e científico é o único passível de apreender a complexidade da situação, estes técnicos procuram convencer as comunidades do fato de que diante dos problemas que estão sendo revelados, não existe possibilidade de enfrentamento que possa advir do seu repertório sociocultural. As providências com possibilidade de sucesso só podem vir da ciência e da técnica, os quais constituiriam melhores ferramentas para enquadrar e resolver o problema em causa. Ferramentas, entretanto, que só os técnicos dominam.

No PRRCASAHC-GB (2011, p.25), por exemplo, para lidar com a variabilidade do clima, entre as propostas mais importantes, consta sugestão da melhoria de estruturas de governança dos recursos hídricos, agrícolas e naturais, por meio da melhoria dos planos nacionais de gestão através do envolvimento de técnicos especialistas de diferentes áreas, assim como contratação de especialistas internacionais para prestação de serviço de assessoria. Tal melhoria, de acordo com o documento, é fundamental por conta do mau uso dos recursos por parte da população. As comunidades locais qualificadas como entraves para o sucesso das políticas, poderão ser marginalizadas na gestão dos seus próprios recursos, tendo em conta a característica da relação de poder que vigora entre as populações locais e os técnicos do Estado.

Existe na relação entre a comunidade local e os técnicos do Estado uma grande ambiguidade. Por exemplo, para superar a sua suposta vulnerabilidade

socioambiental desvelada pelas inundações, as comunidades são obrigadas a serem mais vulneráveis em termos sociopolíticos. Isto é, só podem superar a sua condição de vulnerável se aceitarem que o arcabouço cultural que os define, enquanto identidade coletiva, é desqualificado para lidar com as situações que estão ocorrendo. Em outras palavras, eles se vêm obrigado a negar a sua própria identidade como forma de se salvarem. Então o “tchon” precisa ser negado como tal para que ele seja protegido ou salvo.

Esse caso, reforça a nossa hipótese de que nessa relação se configura um mercado de vulnerabilidades, onde presumivelmente se troca a afiliação aos saberes ancestrais, que até então têm servido como repertório para resolução dos problemas locais e produção de sua subsistência, para se tornar dependente das providências advindas dos técnicos do Estado, com quais só existem possibilidades de vínculos temporários e precários, baseados numa relação pouco dialógica e violenta. A relação da população local com os técnicos vai sempre depender do cronograma e calendário dos projetos, além da disponibilidade de recursos financiados por parceiros internacionais. Ao se abster de suas estratégias de enfrentamento ou ao ser obrigado pelas novas circunstâncias, a população local, entre outras consequências, entrará em uma relação de dependência transescalar, nos três níveis, local, nacional e internacional. Dos países hegemônicos no âmbito internacional, do Estado nacional e suas fragilidades e dos técnicos do Estado e de seus parceiros que atuam a nível local.

Retornando ao desastre em Benfica, a relação precária que a população local mantém com o Estado e seus parceiros conforme analisado anteriormente, parafraseando Thomaz (2010) na sua análise do terremoto no Haiti em 2010, não foi desvelada com o desastre porque esta era sobejamente conhecida. O que ocorreu foi o reforço da convicção, por parte da população, local de que esta relação é cada vez mais perversa, e que, definitivamente, estão por sua conta. A relação precária que o Estado e seus parceiros mantêm com comunidades como estas aumenta a sua vulnerabilização e intensifica o seu sofrimento social (DAS, 2008). Os efeitos do desastre são mais profundos e intensos, quanto menor recurso e suporte que se tem para lidar com o mesmo. No caso em tela, foram trinta dias de convivência intensa com os efeitos do desastre sem algum tipo de suporte, a não ser aqueles oriundos dos poucos recursos partilhados pelos indivíduos da comunidade.

O conceito de sofrimento social revelou-se importante para enriquecer a compreensão do caso em tela, na medida em que as populações locais evocam o “destino de Deus” como estratégia para conviver com o sofrimento. No seu estudo sobre sofrimento social, Das (2008) demonstra que a teodiceia⁴⁸ constitui uma ideia clássica da explicação de situações de sofrimento. Como demonstrado por vários autores resumidos por Das (2008), a ideia de teodiceia, entretanto, provém de instituições sociais que contribuem na produção do sofrimento social, e que, ao mesmo tempo, procuram construir uma comunidade moral para lidar com o mesmo. Assim, cria-se uma atitude de resignação, de imobilismo nos indivíduos e grupos sociais diante de sofrimento social a que são submetidos.

Para a autora, houve também uma secularização da teodiceia por parte do Estado e de outras instituições que participam ativamente na produção do sofrimento social, justificando o sofrimento como sacrifício em nome de um bem maior para a sociedade. O argumento da teodiceia, em geral, é acionado em relações de configurações autoritárias, onde se acredita que não existe alternativas de enfrentamento e superação além da resignação. Nesse sentido, as expressões “é destino de Deus” e “só Deus pode nos ajudar” frequentemente evocadas pela população de Benfica, não podiam resumir da melhor forma possível as bases precárias e perversas em que se assentam a sua relação com o Estado guineense e seus parceiros.

Retornando à relação de vulnerabilização a nível local, por um lado, não obstante o cenário complexo dos desafios socioambientais, as diferentes comunidades residentes na região de Gabu possuem um histórico de relacionamento com as adversidades socioambientais, como altas temperaturas, baixa disponibilidade hídrica e situações de seca e relacionamento constante com técnicos do Estado e diferentes ONGs que atuam na região. A cada desafio, têm conseguido, através dos saberes e práticas provindas do seu repertório sociocultural produzir estratégias de enfrentamento para lidar com as adversidades, permitindo-os manter aspectos importantes de sua relação enquanto uma coletividade.

Por outro, uma leitura sócio-histórica nos permite concluir que a sua instrumentalização, exclusão e desamparo por parte do Estado e seus parceiros, que tem aumentado significativamente, tem constituído um grande desafio à medida

⁴⁸ Diante de uma situação de sofrimento, os indivíduos atribuem a situação a vontade de Deus, na Esperança de que que terão consolo no futuro ou em outra vida (DAS, 2008).

que os têm tornando mais vulneráveis e passíveis de maior afetação em caso de ocorrência de eventos severos/extremos relacionados às mudanças/variabilidade do clima.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Metaforicamente, é possível dizer que no debate internacional sobre as mudanças do clima prevalece um entendimento hegemônico que concebe as mudanças climáticas como um pré-anúncio de guerra entre a humanidade e a natureza. Sendo a natureza uma inimiga poderosa, esta infligirá pesadas derrotas àqueles (as) que, por sua condição de fraqueza natural, não possuem instrumentos adequados para enfrentar a poderosa inimiga. Entretanto, mediante apelos oriundos de várias partes, a humanidade se junta para produzir estratégias de enfrentamento da inimiga.

Uma das estratégias visa o empoderamento dos mais fracos por parte dos mais fortes, supostamente por meio de receitas que serviriam para fortalecer os últimos, de modo que possam estar em condições de enfrentar a inimiga. Tal empoderamento, entretanto, somente poderá ser realizado mediante o compromisso prévio dos mais fracos de que seguirão à risca as orientações dos mais fortes. O PANA-GB ao ser concebido a partir da perspectiva supra, procura reproduzir fielmente os preceitos ali estabelecidos.

Neste estudo, sem desconsiderar a interpretação supra, entretanto, trilhando um caminho alternativo, procuramos compreender quem são aqueles considerados “fracos”, para em seguida buscar compreender em que se fundamenta a sua fraqueza e como ela é produzida e reproduzida na relação que mantém com os mais fortes. Procuramos, igualmente, compreender quais são as condições em que a receita dos mais fortes é reproduzida e quais são as implicações de tal reprodução para os mais “fracos”. Isso tendo em conta que a receita oferecida prevê fortalecer somente um dos aspectos da fraqueza, a que os fortes entendem relacionar-se diretamente com a inimiga que ameaça.

Procuramos problematizar e analisar sociologicamente a dimensão social da produção e execução das políticas socioambientais relacionados às mudanças do clima. Isso implicou na análise da relação de poder subjacente a produção de tal política. Para isso, primeiramente, identificamos os principais atores em relação. Constatamos que, de um lado, existe o Estado guineense, as ONGs nacionais e internacionais e os parceiros multilaterais e bilaterais internacionais, os quais estabelecem alianças e compartilham as mesmas visões sobre as mudanças climáticas, políticas e ações a serem empreendidas com vistas ao seu

enfrentamento. Do outro lado, encontra-se as comunidades rurais cujo status na relação é de vulnerável e objeto das políticas produzidas pelos primeiros atores.

Na nossa acepção, que entende o desastre como expressão da vulnerabilidade social, corresponde que tal acontecimento seja socialmente produzido. Podemos entendê-lo, portanto, como um processo, que está subjacente a uma história de largo espectro temporal, o que nos permite compreender como a vulnerabilidade é produzida. Podemos entendê-lo, igualmente, como um evento pontual, quando se manifesta de forma aguda. Este último, para nós, só faz sentido quando se levar em consideração também o processo através do qual a situação pontual foi produzida. Significa dizer que os eventos severos/extremos da natureza decorrentes das mudanças do clima são importantes, mas não constituem a principal chave para compreender possíveis desastres que possam relacionar a sua manifestação.

Nos documentos oficiais do Estado guineense sobre o enfrentamento das mudanças climáticas vigora a compreensão do desastre como “réplica da guerra”. Procuramos, então, compreender as relações de força que sustentam tal compreensão. E a matização autoritária e tecnocêntrica, então, se revela. Tendo nós a compreensão do desastre como “expressão da vulnerabilidade social”, recorremos então a problematização do conceito de vulnerabilidade, já que ali residia o âmago da questão. Adotamos a acepção da vulnerabilidade como fruto de relação sociopolítica, portanto, indo além da ideia de vulnerabilidade como estado do sujeito. Analisamos a qualidade da relação dos indivíduos com as instituições que, progressiva e formalmente, têm como função proteger e suprir a necessidade dos indivíduos e grupos sociais quando necessário e demandado.

O objeto de nossa análise foi a relação transescalar, ou seja, como os três níveis: internacional, nacional e local se relacionam na produção social da vulnerabilidade; a vulnerabilização, conforme conceitualizada por Acselrad (2006) nos propõe analisar a relação entre o Estado e os cidadãos. Tendo em conta a importância deste conceito para a nossa análise, estendemos a sua aplicabilidade, sugerindo uma intersecção com o conceito de colonialidade, o qual nos permitiu fazer análise da relação de poder nos três níveis, sem abrir mão do conceito de vulnerabilização.

O conceito de colonialidade nos permitiu entender como se construiu o entendimento hegemônico sobre as mudanças do clima, além de nos possibilitar o

entendimento do modo como se reproduz na Guiné-Bissau. Dois fatos são relevantes. **Primeiro:** a ideia de que a ciência moderna ocidental é produzida a partir de um “ponto zero” (CASTRO-GOMEZ, 2007), que o constrói neutro e passível de universalização, além de constituir único instrumento capaz de apreender a complexidade das mudanças do clima por meio da objetivação de aspectos do clima e da natureza. A objetivação permite estabelecer parâmetros de mensuração e passa a ideia de que é possível gerir os eventos relacionados ao clima e a natureza. A capacidade de produzir e circular o conhecimento de forma hegemônica subsumiu as outras formas de apreensão da dinâmica do ambiente e clima (DRAKE, 2016).

A capacidade de produzir e fazer circular o conhecimento transformou essa compreensão numa unanimidade entre os Estados nacionais. Contudo, sugerir que se iniciou do “ponto zero” constitui um esforço colonial para inviabilizar alternativas interpretativas fora da compreensão científica, aquelas que não são passíveis de objetivação, mensuração e experimentação. A inviabilização da interpretação do problema pelo outro, significa igualmente inviabilizar a sua participação na construção de soluções.

Segundo: Tendo estabelecido a primeira forma de exclusão por meio do estabelecimento de um único olhar sobre as mudanças climáticas, os países que são situados de forma hegemônica na relação de poder, reduzem o debate sobre as mudanças climáticas ao crescimento econômico e desenvolvimento. Significa dizer que, a produção de soluções só é válida se observar tais parâmetros, fora desta qualquer solução que vier é acolhida para reforçar a importância da democracia na tomada de decisão, porém é colocado à margem do debate como uma possibilidade menor.

A relação internacional de colonialidade, que vulnerabiliza indivíduos e grupos sociais, é baseada nos parâmetros econômicos, cognitivos, sociopolíticos, raciais e culturais e, guardadas as devidas especificidades, encontra um significativo acolhimento na Guiné-Bissau e se reproduz na relação dos técnicos do Estado com as comunidades residentes nas zonas rurais, sendo estes constituídos como “atrasados” (GROSFOGUEL; CASTRO-GÓMEZ, 2007; MIGNOLO, 2007, 2013; QUIJANO, 2007; SANTOS, 2002, 2007, 2011), representando como “entrave” à implementação de políticas de adaptação às mudanças/variabilidades climáticas, que, tendo em conta a matriz internacional a partir da qual foi construída, visa libertá-los do seu “atraso”, salvá-los de sua vulnerabilidade.

No presente estudo, defendemos a tese de que ao reproduzir a agenda externa, em colaboração com atores hegemônicos internos, em detrimento das necessidades e demandas internas dos indivíduos e grupos sociais subalternizados, a política de adaptação às mudanças climáticas está contribuindo para intensificar a vulnerabilização dos grupos já fragilizados na sua relação com o Estado guineense e seus parceiros.

As análises sócio-histórica, documental e a pesquisa de campo nos permitiram responder as hipóteses iniciais, quais sejam: a relação sociopolítica do Estado guineense e seus parceiros com os grupos sociais mais vulnerabilizados é realmente baseada numa configuração de encontro autoritária, o que elimina possibilidades do acolhimento de olhares alternativos na produção de soluções para os problemas socioambientais. O autoritarismo se renova na construção do outro como “atrasado”, um “entrave” que por sua inconveniência precisa ser ignorado ou marginalizado na relação sociopolítica. A construção do outro como entrave, o qualifica a participar da construção da política socioambiental somente na qualidade de espectador e receptor das políticas, portanto, sua demanda não aparece nas versões atualizadas do PANA.

Existe, sim, uma relação precária baseada em um mercado de vulnerabilidades. Configura um mercado de vulnerabilidades a tentativa de imposição dos técnicos do Estado e seus parceiros às comunidades locais da troca da segurança do saber e práticas tradicionais circunstancialmente limitadas diante dos desafios socioambientais novos, para dependência de soluções oferecidas pelos técnicos, os quais são igualmente dependentes da disponibilidade de recursos internacionais e cumprimentos de um conjunto de critérios de elegibilidade, os quais nem sempre são possíveis.

Importante ressaltar que nos três níveis se mantém relação de vulnerabilização. Assim como relaciona-se de forma autoritária com as comunidades locais, o Estado da Guiné-Bissau mantém uma relação de vulnerabilização na sua inserção global. As suas demandas são acolhidas de forma marginal, mesmo quando demandadas por meio de blocos políticos de pressões. Só consegue participar na produção de resposta global para as mudanças do clima, adequando-se as condições estabelecidas pelas diretrizes. A sua condição de colonizado e marginal prevalece, em geral.

Mesmo a disputa pela sobrevivência dos técnicos no interior do Estado analisada como um dos motivos da manutenção de uma relação instrumental com as comunidades, é também, em grande medida, resultado de uma relação colonial que introduz o país de forma marginal no mercado financeiro global por meio dos Programas de Ajustamentos Estruturais implementados nas décadas de 1980 e 1990.

Como havíamos referido, Cabral (1976), principal arquiteto da independência da Guiné-Bissau, vaticinou que a pequena burguesia africana da época colonial, retratada na tese como elite intermediária africana, chegaria ao poder na Guiné-Bissau, substituindo o poder colonial então estabelecido. Entretanto, uma forma de superar o fosso e o estranhamento entre o poder e a população passava pelo “suicídio” de classe por parte da pequena burguesia, o que implicava, em primeiro lugar, na renúncia dos privilégios que o poder poderia proporcionar, segundo, em um retorno às origens, colocando-se ao serviço do povo. Corroborando a tese de Cabral, a pequena burguesia chegou ao poder, entretanto, não se suicidou, ao invés disso, reforçou o seu privilégio e, conseqüentemente, guardadas as devidas proporções, manteve o fosso que existia entre a população e as autoridades coloniais.

Diante dos desafios socioambientais globais, é imprescindível retornar às palavras de Cabral e atualizá-las. A Guiné-Bissau precisa reinventar o seu Estado. Em outras palavras, é preciso refazer o contrato social guineense, repensar o modelo de desenvolvimento atual que enxerga a população guineense, em particular, as comunidades tradicionais como um peso morto que só contribuem para retardar o desenvolvimento, para pensá-las como portadoras do saber e de valores, da dignidade humana e de direitos que devem ser garantidos e preservados pelo poder público e pela sociedade em geral.

Ciente de que a saída acima apontada é bastante remota, é fundamental atentar, então, para a capacidade de reinvenção demonstradas ao longo da história em momentos de grandes desafios e provações pelas quais passaram e passam as diferentes comunidades que compõem a multifacetada sociedade guineense.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.5, p.49-60, jan./jun. 2002.

_____. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICOS E TERRITORIAIS, 2., 2006. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FIBGE, 2006. Comunicação.

_____. Lógicas e práticas sócio-políticas que ampliam a vulnerabilidade social: o papel da pesquisa. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES, 2., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: CFP; CRP, 2011.

ADGER. W. N; KELLY, P. M. **Theory and practice in assessing vulnerability to climate change and facilitating adaptation**. Climatic Change 47. 2000.

ADGER. W. N . Vulnerability. **Global Environmental Change**, v.16, n.3, p.268–281, Aug. 2006.

ADGER, W.N. et al. Resilience implications of policy responses to climate change. **Climate Change**, v.2, n.5, p.757-766, Sept./Oct. 2011.

_____. Cultural dimensions of climate change impacts and adaptation. **Nature Climate Change**, v.3, p.112-117, 2013. Doi: 10.1038/nclimate1666.

African Union. Draft African Union Strategy on Climate Change. African Strategy on Climate Change. May, 2014. Disponível em:<
http://www.un.org/en/africa/osaa/pdf/au/cap_draft_auclimatestrategy_2015.pdf>
Acesso em : 15/04/2016.

AMSELLE, J.P. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. In: AMSELLE, J.-L.; M'BOKOLO, E. **Au Couer de l'ethnie**. Ethnie, tribalisme et Etat en Afrique. Paris : La Découverte/Pouche, 2005. Tradução de Irene Ernest Dias, 2008.

ARGÜELLO, K. **Direito e política em Max Weber**. São Paulo: Acadêmica, 1997.

BALDÉ, S. **Buba-Quebo**: corredor de desenvolvimento no sul da Guiné-Bissau. 2008. 131p. Dissertação (Mestrado) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2008.

BECK, U. A Reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK,U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (Org.). **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed.Unesp, 1997. Cap.1, p.11-68.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n.1, p.15-24, jan./abr. 2016.

BLAI, I. **Efeitos das alterações climáticas na zona costeira noroeste da Guiné-Bissau**. 2009. 80p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

BIANCHI, A. O conceito de Estado em Max Weber. *Lua Nova*, São Paulo, 92: 79-104, 2014.

BICARI, L. Reorganização das comunidades rurais base e ponto de partida para o desenvolvimento moderno da Guiné-Bissau. **Soronda**: revista de estudos guineenses, Nova série nº8, 2004.

BORDONARO, L. Introduction: Guinea-Bissau today— the irrelevance of the state and the permanence of change. **African Studies Review**, v.52, n.2, p.36, Sept. 2009.

BOURDIEU, P. **Poder simbólico**. 12.ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CABRAL, A. *Unidade e Luta*. Segunda Edição. Lisboa: Seara Nova. 1978.

CAMPOS, A. **História da cidade de Bissau (até 1915)**. [S.l.]: Rebordosa, 2013.

CARDOSO, C. A Transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. In: AUGEL, J.; CARDOSO, E.C. **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Guiné-Bissau: INEP, 1996. P.259-299. (Kacu Martel, n.10).

_____. Guineenses contra guineenses: para um debate sobre a (s) identidade(s) na Guiné-Bissau. In: AUGEL, J.; CARDOSO, E.C. **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Guiné-Bissau: INEP, 1996. P.259-299. (Kacu Martel, n.10).

_____. Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: continuidades e rupturas (1910-1999). In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Actas...** [S.l.:s.n.], p.3.

CARLOS, A.F.A. Definir o lugar?. In:_____. **O Lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. p.17-20.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

CARVALHO, C. A Revitalização do poder tradicional e os regulados manjaco da Guiné-Bissau. **Soronda**: revista de estudos guineenses, Nova série n.7, 2003.

CHABAL, P. O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa. **Soronda**: revista de estudos guineenses, n.15, p.47, 1993.

CONNELL, R. A Iminente revolução na teoria Social. Tradução de João Maia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.27, n.80, p.9-20, out. 2012.

CONVENÇÃO-QUADRO das Nações Unidas sobre Mudança do Clima- CQNUMC. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, 1992.

CRUZ NETO, O. O Trabalho de campo como descoberta de criação. In: MINAYO, M.C.S.(Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAS, V. Sufrimientos, teodiceas, prácticas disciplinarias y apropiaciones. In: ORTEGA, F.A. (Ed.). Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad. Bogotá : Universidad Nacional de Colombia; Facultad de Ciencias Humanas; Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2008. (Lecturas CES).

DAS, V.; POOLE, D. (Ed.). **Anthropology in the margins of the state**. Tradução de María Daels y Julia Piñeiro. Santa Fe: SAR, 2004. p.3-33.

DAVIDSON, J. "We Work hard": Customary imperatives of the diola work regime in the context of environmental and economic change. **African Studies Review**, v.52,n.2, p.119-141, Sept. 2009.

_____. Cultivating knowledge: development, dissemblance, and discursive contradictions among the Diola of Guinea-Bissau. **American Ethnologist**, v.37, n.2, p.212-226, 2010.

_____. Basket cases and breadbaskets: sacred rice and agricultural development in postcolonial Africa. **Culture, Agriculture, Food and Environment**, v.34, n.1, p.15-32, 2012.

D'ÁVILA, J. Planeamento urbanístico e territorial na Guiné-Bissau. **Soronda**: revista de estudos guineenses, n.12, 1991.

DIAS, E. Regulado do Gabú (1900-1930): a difícil compatibilização entre legitimidades tradicionais e a reorganização do espaço colonial. **Africana Studia**, n.9, 2006. Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP).

DIEGUES, A.C. **Conhecimento e manejo tradicionais; ciência e biodiversidade**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

DJALO, T. **O Mestiço e o poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Veja, 2012.

DOMBROWSKY, W. Again and again: is a disaster what we call a disaster?. In: QUARANTELLI, E.L. (Ed.). **What is a disaster?** Perspectives on the question. London: Routledge, 1998. p.19-30.

DRAKE, P. **Multiple visions of Indonesia's mud volcano:** understanding representations of disaster across discursive settings. Disasters © Overseas Development Institute. Malden: John Wiley, 2016.

EMBALÓ, G.B. **A Vulnerabilidade da população, às alterações agro-ecológicas:** estudo de caso no sector de Pirada - região de Gabu/Guiné-Bissau. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

ERIKSEN, S. et al. When not every response to climate change is a good one: identifying principles for sustainable adaptation. **Climate and Development**, v.3, n.1, p.7-20, 2011.

FERNANDES, R. Partido único e poderes tradicionais. **Soronda:** revista de estudos guineenses, n.16, 1993.

FORREST, J. Autonomia burocrática, política económica e política num Estado "suave": o caso da Guiné-Bissau pós-colonial. **Soronda:** revista de estudos guineenses, n.12, 1993.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GILBERT, C. Studying disaster: changes in the main conceptual tools. In: QUARANTELLI, E. **What is a disaster?** Perspectives on the question. London: Routledge, 1998. p.11-18.

GONTIJO, C. As Duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. **Revista de Economia Política**, v.27, n.3, p.413-430, jul./set. 2007.

GREEN, D. Da **Pobreza ao poder:** como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo. Tradução de Luiz Vasconcelos. São Paulo: Cortez; Oxford: Oxfam International, 2009.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.80, p.115-147, 2008.

GUIVANT, J.S. A Trajetória das análises do risco: da periferia ao centro da teoria social. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas**, n.46, p.3-38, 1998.

HANDEM, D. O Arroz ou a identidade Balanta Brassa. **Soronda:** revista de estudos guineenses, n.1, p.55-67, 1986.

HEWITT, K. Excluded perspectives in the social construction of disaster. In: QUARANTELLI, E. **What is a disaster?** Perspectives on the question. London: Routledge, 1998. p.75-91.

INTERGOVERNAMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change-Impacts, Adaptation and Vulnerability Contribution of Working Group II to the Third Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.2001.

INTERGOVERNAMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Mudanças do clima 2007**: impactos, adaptação e vulnerabilidade. Bruxelas, 2007a.

_____. **Formuladores de políticas do relatório síntese**. Valência, 2007b.

INTERGOVERNAMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2014**: impacts, adaptation, and vulnerability – part a: global and sectoral aspects. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. (Fifth Assessment Report).

_____. **Sumário para os tomadores de decisão do quinto relatório de avaliação (2014)**. Grupo de trabalho II do IPCC. Impactos, adaptação e vulnerabilidade. WGII AR 5. Tradução de Iniciativa Verde. São Paulo, 2015.

JAO, M. Relações entre fulas e mandingas nos espaços de Gabu e Forreá. **Soronda**: revista de estudos guineenses, Nova série n.3, 2002.

KREPS, G. Disaster as systemic event and social catalyst. In: QUARANTELLI, E. **What is a disaster?** Perspectives on the question. London: Routledge, 1998.

KROLL-SMITH, S.; GUNTER,V.J. Legislators, interpreters, and disasters – the importance of how as well as what is a disaster. In: QUARANTELLI, E. **What is a disaster?** Perspectives on the question. London: Routledge, 1998.

LAVELL, A. **La Gestion local del riesgo**: nociones y precisiones em torno al concepto y la práctica. [S.l.]: Centro de Coordinación para la Prevención de los Desastres Naturales en América Central (CEPREDENAC); PNUD, 2003.

LEICHENKO, R.M.; O'BRIEN, K.; SOLECKI, W.D. Climate change and the global financial crisis: a case of double exposure. **Annals of the Association of American Geographers**, v.100, n.4, p.963-972, 2010.

LOPES, C. **Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições 70, 1982.

_____. A Guiné-Bissau à procura de um modelo social. **Soronda**: revista de estudos guineenses, n.1, p.5-38, 1986.

_____. Crise ecológica e conflitos sociais na Guiné-Bissau. **Soronda**: revista de estudos guineenses, n.6, p.21-38, 1988.

_____. Os Limites históricos de uma fronteira territorial: limites históricos de uma fronteira territorial: Guiné "Portuguesa" ou Guiné-Bissau. In: GÉOPOLITIQUE des mondes lusophones. Paris: L'Harmattan, 1994. p.135-141.

_____. Construção de identidade nos rios de Guiné do Cabo Verde. **Africana Studia**, n.6, p.45-64, 2003. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

_____. O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**, n.32, p.9-28, 2005.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (Org.). **El Giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

MANDANI, M. African states, citizenship and war: a case study. **International Affairs**, v.78, n.3, p.498-506, 2002.

MARCHEZINI, V. Dos desastres da natureza a natureza dos desastres. In: VALENCIO, N. et al. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima, 2009. p.48-57.

_____. **Janeiro de 2010, São Luiz do Paraitinga/SP**: lógica de poder, discursos e práticas em torno de um desastre. 2013. 238p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

MATTEDI, M.A.; BUTZKE, I.C. A Relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e desastres. **Revista Ambiente & Sociedade**, ano 4, n.9, p.93-114, 2001.

MIGNOLO, W. El Pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura - un manifiesto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (Org.). **El Giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

_____. Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento: sobre (de) colonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica. **Revista de Filosofía**, n.74, p.7-23, 2013.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 20.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MUDANÇAS climáticas: guia de informação. Tradução de Thiago Costa Serra. Brasília: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, 2002.

NOBREGA, A. **A Luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Universidade Técnica de Lisboa, 2003.

O'BRIEN, K. Responding to environmental change: a new age for human geography?. **Progress in Human Geography**, v.35, n.4, p.542-549, 2010.

_____. Global environmental change III: closing the gap between knowledge and action. **Progress in Human Geography**, v.37, n.4, p.587-596, 2012.

O'BRIEN, K.; LEICHENKO, R.M. Double exposure: assessing the impacts of climate change within the context of economic globalization. **Global Environmental Change**, v.10, p.221-232, 2000.

O'BRIEN, K. and R. Leichenko. Winners and Losers in the Context of Global Change. *Annals of the Association of American Geographers* 93(1):99-113.2003.

O'BRIEN, K.; SYGNA, L. Responding to climate change: the three spheres of transformation. In: TRANSFORMATION IN A CHANGING CLIMATE, 2013, Oslo. **Proceedings...** Oslo: University of Oslo, 2013. p.16-23.

O'BRIEN, K.; WOLF, J. A Values-based approach to vulnerability and adaptation to climate change. **Wiley Interdisciplinary Reviews: climate change**, v.1, n.2, p.232-242, 2010.

O'BRIEN, K. et al. **What's in a word?** Conflicting interpretations of vulnerability in climate change research. Oslo: Center for International Climate and Environmental Research, 2004.

O'BRIEN, K. et al. **Climate change and development adaptation through transformation.** Disponível em:<http://www.ndf.fi/sites/ndf.fi/files/news_attach/climate_change_and_development.pdf>. Acesso em: 20/05/2016.

OGOT, B.A. (Ed.). **História geral de África.** Brasília: UNESCO; MEC; UFSCAR, 2010. v.5: África do século XVI ao XVIII.

OLIVER-SMITH, A. Disasters, social change and adaptive systems. In: QUARANTELLI, E. **What is a disaster?** Perspectives on the question. London: Routledge, 1998a. p.231-234.

OLIVER-SMITH, A. Global challenges and the definition of disaster. In: QUARANTELLI, E. **What is a disaster?** Perspectives on the question. London: Routledge, 1998b. p.177-195.

PERRY, R.W.; QUARANTELLI, E.L. (Org.). **What is a disaster?** New answers to old questions. Philadelphia: Xlibris, 2005.

PROJETO reforço da resiliência e da capacidade de adaptação dos sectores agrícola e hídrico às mudanças climáticas na Guiné-Bissau: relatório de avaliação da inundação em Benfica/ 2015. Guiné-Bissau: República da Guiné-Bissau; secretaria de Estado do Ambiente e Turismo; Direcção Geral do Ambiente, 2015.

PROTOCOLO De Quioto. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, 1998. Editado e traduzido por MCT e MRE.

QUARANTELLI, E. **What is a disaster?** Perspectives on the question. London: Routledge, 1998.

_____. A Social Science Research Agenda For The Disasters Of The 21st Century: Theoretical, Methodological And Empirical Issues And Their Professional Implementation. In: PERRY, R.W.; QUARANTELLI, E.L (orgs). **What is a disaster?** New answers to old questions. Philadelphia: Xlibris Press. 2005.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.227-278. (Colección Sur Sur).

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Org.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogota: Siglo del Hombre, 2007.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Inquérito ligeiro para avaliação da pobreza.** Bissau, 2001.

_____. **Prestação de serviços sociais básicos num contexto de fragilidade estatal e de transição social.** Bissau: Banco Mundial, 2008.

_____. **II Inquérito ligeiro para avaliação da pobreza.** Bissau, 2011.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas. **Estratégia nacional para as áreas protegidas e a conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau 2007 – 2011.** Bissau, 2007.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente. **Programa de Nações Unidas para desenvolvimento projecto GBS/97/G31/1G/9** - “estratégia e plano de acção nacional para a biodiversidade”. Bissau, 1997.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Economia e Finanças. Instituto Nacional de Estatística e Censos. **Título.** Bissau, 2009.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério de Economia, Plano e Integração. **Documento de estratégia nacional de redução da pobreza.** Bissau, 2005.

_____. **II Documento de estratégia nacional de redução da pobreza.** Bissau, 2011.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente. **Plano de ação nacional de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau (PANA)**. Bissau: PNUD, 2006.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Documento do projeto governo/PNUD**. Reforço da resiliência e da capacidade de adaptação dos sectores agrário e hídrico às mudanças climáticas na Guiné-Bissau. Bissau, 2011.

RIBOT, J. Vulnerability before adaptation: toward transformative climate action. **Global Environmental Change**, v.21, n.4, p.1160-1162, Oct. 2011.

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.63, p.237-280, 2002.

_____. Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, n.79, p.71-94, nov. 2007.

_____. Epistemologías del Sur. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v.16, n.54, p.17-39, jul./sept. 2011.

SANTY, B. **As Representações sociais das mudanças do clima e suas implicações no processo de territorialização**: os Bijagós da ilha de Formosa, Guiné-Bissau. 2012. 144p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SEMEDO, R. **PAIGC**: a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990). 2009. 115p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SOLECKI, W.D.; LEICHENKO, R.M.; O'BRIEN, K. Climate change adaptation strategies and disaster risk reduction in cities: connections, contentions, and synergies. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v.3, p.135-141, 2011.

TEMUDO, M. A Narrativa da degradação ambiental no sul da Guiné-Bissau: uma desconstrução etnográfica. **Etnográfica**, v.13, n.2, p.237-264, 2009.

_____. Planting knowledge, harvesting agro-biodiversity: a case study of southern Guinea-Bissau Rice Farming. **Human Ecology**, v.39, n.3, p.309-321, 2011.

_____. The White men bought the forests: conservation and contestation in Guinea-Bissau, Western Africa. **Conservation and Society**, v.10, n.4, p.354-366, 2012.

TEMUDO, M.; ABRANTES, M. Changing policies, shifting livelihoods: the fate of agriculture in Guinea-Bissau. **Journal of Agrarian Change**, v.13, n.4, p.571-589, 2013.

_____. The Cashew frontier in guinea-bissau, west Africa: changing landscapes and livelihoods. **Human Ecology**, v.42, n.2, p.217-230, 2014.

THOMAZ, O.R. O Terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. **Novos Estudos CEBRAP**, n.86, p.23-39, mar. 2010.

TIERNEY, K. Updated version of “disaster as war” (2007). In: BRUNSMA, D.; OVERFELT, D.; PICOU, J.S. (Ed.). **The Sociology of Katrina**: perspectives on a modern catastrophe. 2nded. Lanham: Rpw & Littlefield, 2010.

TRAJANO FILHO, W. O Precário equilíbrio entre improvisação e regras: reflexões sobre a cultura política da Guiné-Bissau. **Revista de Antropologia**, v.51, n.1, p.233-266, 2008.

TURNER, E. *Communitas: The Anthropology of Collective Joy*. New York: Palgrave Macmillan, 2012. xiv + 258 pp.

VALENCIO, N. O Desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. **Revista Cronos**, v.8, n.1, p.81-100, 2007.

_____. Da ‘Área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise sociológica dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008.

VALENCIO, N. Da Morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, N. et al. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima, 2009a. p.3-18.

_____. Defesa civil num contexto multiétnico e multireligioso: uma contribuição sociológica nos caminhos para assistência humanitária em Guiné-Bissau. In: VALENCIO, N. et al. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima, 2009b. p.227-234.

_____. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v.19, n.4, p.748-762, out./dez. 2010.

_____. A Crise social denominada desastre: subsídios para rememoração coletiva acerca do foco principal do problema. In: VALENCIO, N. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima, 2012. v.3, p.3-22.

_____. Nunca soubemos o que aconteceu...: a (in) capacidade pública em lidar com os riscos de desastres no contexto de globalização. In: LOURENÇO, L.F.; MATEUS, M.A. (Coord.). **Riscos naturais, antrópicos e mistos** – homenagem ao professor doutor Fernando Rebelo. Coimbra: Departamento de Geografia; Universidade de Coimbra, 2013. p.27-43.

VALENCIO, N. et al. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima, 2009.

VASCONCELOS, M.J.P. et al. Land cover change in two protected areas of Guinea-Bissau (1956–1998). *Applied Geography*, v.22, p.139-156, 2002.

VIGH, H. Conflictual motion and political inertia: on rebellions and revolutions in Bissau and Beyond. **African Studies Review** , v.52, n.2, p.143-164, Sept. 2009.

VIOLA, E. O Regime internacional de mudança climática. **Revista Brasileira de Ciências do Solo**, v.17, n.50, p.25-46, out. 2002.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Ed.UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

WISNER, B. et al. At Risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters. 2nded. 2003. . Disponível em:<http://www.preventionweb.net/files/670_72351.pdf>. Acesso em: 10/04/2016.

ZOUCTIZOUM, Y. Estado e a reprodução étnica na África. Soronda: revista de estudos guineenses, n.6, p.7-20, 1988.

ANEXOS

Anexo 1. Relatório de Avaliação da Inundação em Benfica/ PPRCASAHMC-GB

1. Contexto

Os impactos das alterações climáticas, as irregularidades e as intensidades de precipitação, com ventos fortes causaram enchentes, principalmente nas áreas de intervenção do projecto, mais particularmente na tabanca Benfica, com impactos negativos sobre a produção agrícola, recursos água e consequências adversas para a saúde humana e para a segurança alimentar. É neste contexto que a missão foi criada e conduzida de 17 de setembro a 20 de 2015 na área.

Objectivo

Dois objetivos guiarão esta missão :

- Avaliação da situação das vítimas de inundação.
- A identificação de necessidades urgentes, a fim de fazer recomendações para obter assistência.

Metodologia

O Recolhimento Informação foi realizado através de reuniões com autoridades Local e equipa de plano de contingência. Realização de entrevistas em grupos focais (focus grupos e populações afectadas mulheres). A visita de campo observação é outra fonte de informação necessária para obter informações lembrança passados ou anteriores.

2. Benfica situação

Em segundo lugar porque a tabanca de Sintchan Benfica já sofreu fenómeno de riscos climáticos tais como: 3 inundações (1998, 2003 e 2012) tendo afetado 17, 36 e 37 pessoas respetivamente, tempestade (1984) que afetou 10 pessoas, e passagem de gafanhotos em 2003. Tendo consciência do perigo que estas situações representam para a vida socio-económica das populações e a

necessidade de preparar as comunidades para poderem proteger-se destes riscos climáticos o Governo da Guiné-Bissau com o apoio do PNUD elaborou o Projeto de Reforço da Resiliência e da Capacidade de Adaptação dos Sectores Agrários e Hídricos as Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau, escolhendo como zona de intervenção 14 tabancas dos Setores de Pitche e Pirada, incluindo a tabanca de Sintchan Benfica.

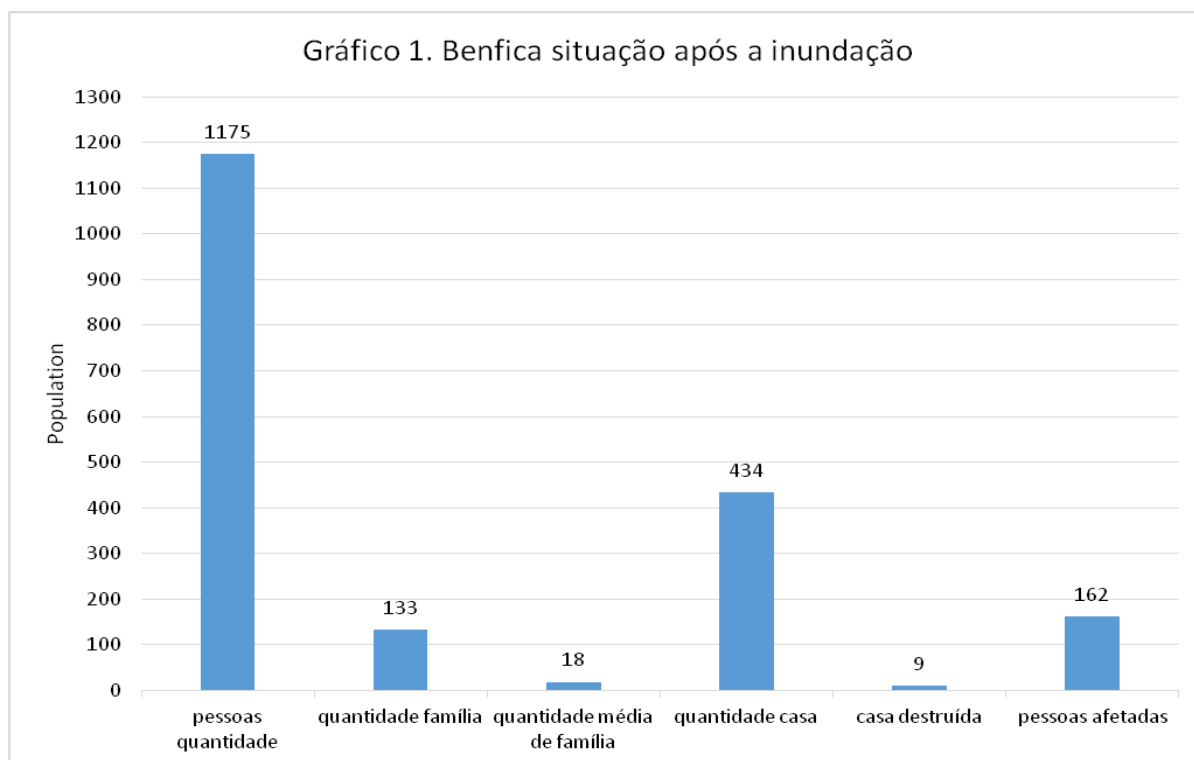
Tabula 1. Criação de cenários

Crítérios	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Riscos	Inundação	Vento forte	Seca
Probabilidade de ocorrência	Provável	Certo	Provável
Impacto	Significativo	Significativo	Significativo

(Tableau 1.cofere Plano de Contingência Benfica)

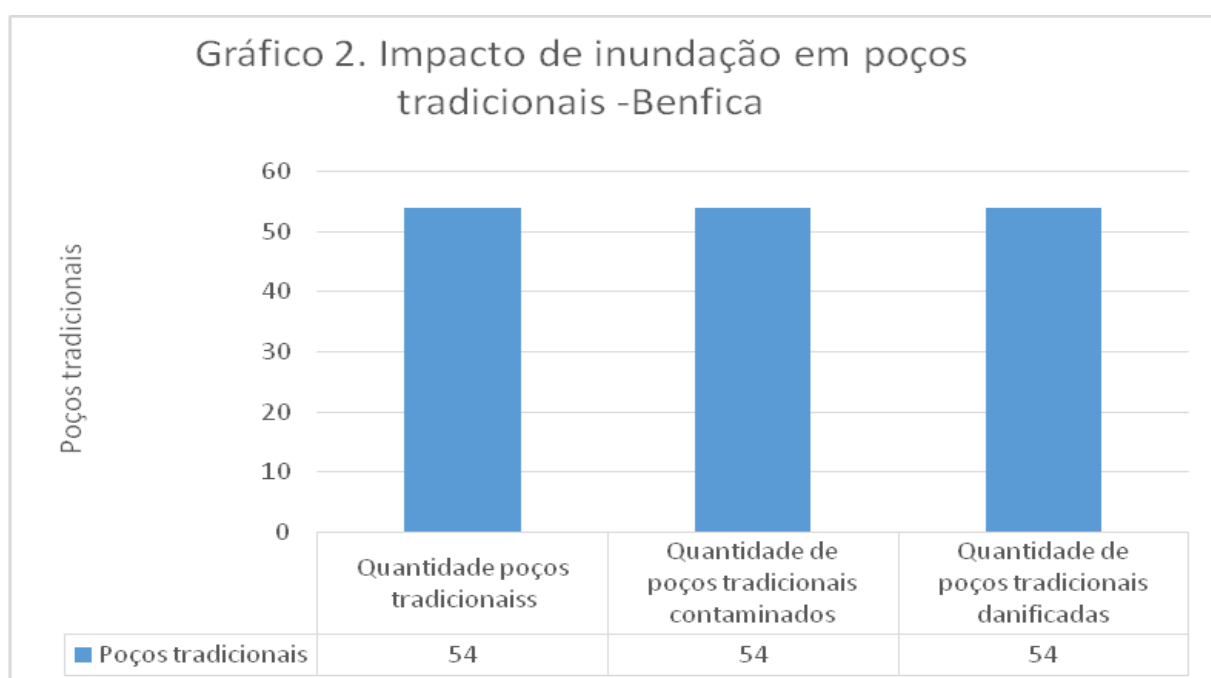
3. Benfica situação após a inundação

Durante a visita observou-se que as tabancas estão inundadas. Esta situação é preocupante a medida que a maioria das casas destas tabancas é de construção precária sem medidas rigorosas de prevenção e combate aos riscos e catástrofes naturais. Algumas casas parcialmente caídas outras em estado avançado de degradação, ou então cheias de água o que obrigou muitas famílias a abandonarem as suas casas e amparadas pelos vizinhos pois muitas casas estão em risco de desabamento devido à elevada humidade. Benfica aldeia tem uma população de 1175 habitantes. Ela tem 133 famílias e uma média de 18 pessoas por família. Observe no gráfico que 162 pessoas foram afetadas e 9 casas foram destruídas nas inundações.



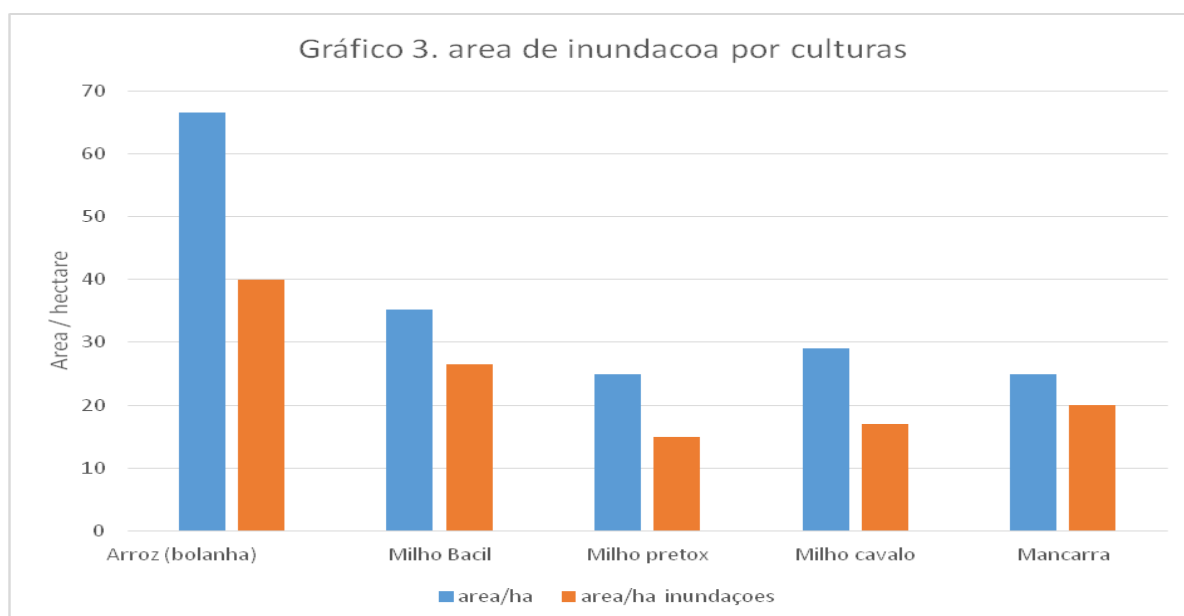
4. Impacto de inundação em poços tradicionais

Igualmente salienta-se que os poços tradicionais destas tabancas contam com a profundidade de 15 aos 22 metros, porém todos estão inundados. Desta feita corre-se o risco de aparecimento de doenças diarreias e paludismo sobretudo para as crianças.



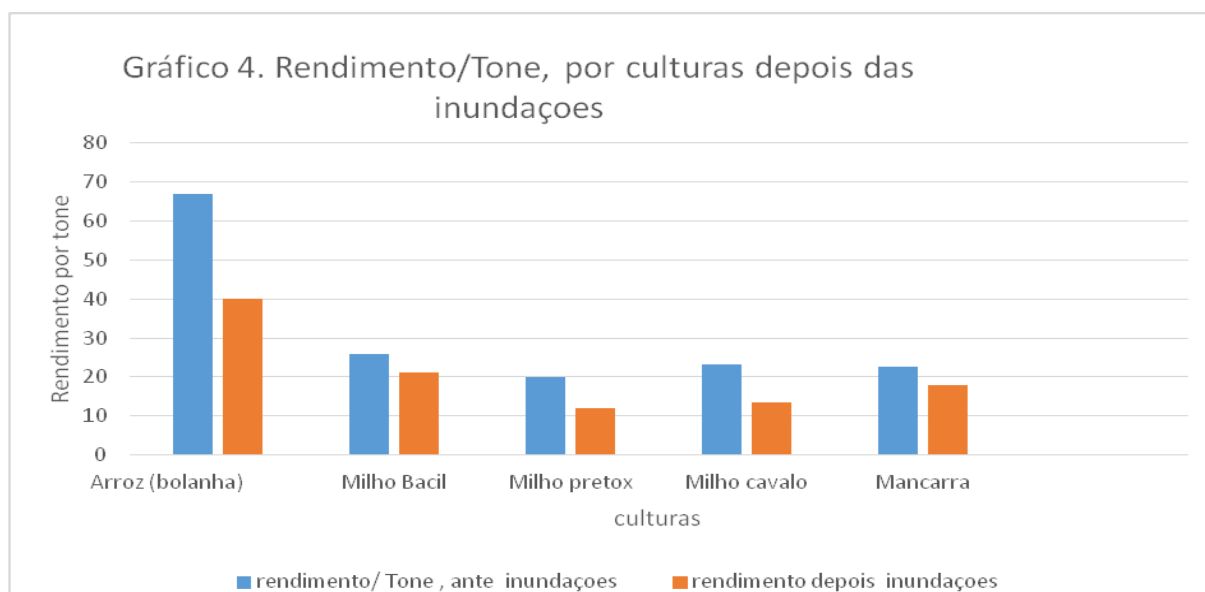
5. Área de inundação por culturas

Áreas afetadas têm 40 hectares de arroz, 26 hectares de milho bacil, 15 hectares de milho Preto, 17 hectares de milho cavalo e 20 hectares de mancarra.



6. Rendimento por culturas depois das inundações

Entretanto durante a visita observou-se que as principais culturas (milhos, arroz e mancarra,) para a subsistência das famílias, estão submersas abaixo da água, assim como uma parte importante da zona de pastagem esta afetada.



7. Perdas económicas causadas as inundações

Tabula 2.

Culturas	Produção kg	Preço /kg	Prejuízos financeiros F.CFA
Arroz (bolanha)	40 000	300	12 000 000
Milho Bacil	21144	700	14 800 800
Milho prettox	12000	400	4 800 000
Milho cavalo	13600	500	9 520 000
Mancarra	18000	250	4 500 000

8. Recomendação

Em termos de priorização de necessidades domésticas, a assistência deve ser Orientada por ordem de importância para:

- Água potável
- Alimentos
- As latrinas / Higiene
- Saúde
- Educação

9. Decisão

Água potável: Verificar a qualidade da água e bombas e poços disponíveis.

- ✓ **Instalação de zona de tratamento de água** ; Kits de distribuição NFI
- ✓ **Alimentos:** Criação de áreas de armazenamento de alimentos protegidas da subida das águas
- ✓ **Assainissement** : Reabilitação de latrinas e / ou construção de um número suficiente de banheiros destruídos adaptada à situação; Distribuição de produtos de higiene básica
- ✓ **Santé:** Melhorar o acesso ao centro de saúde ou criar uma equipa médica móvel

10. Conclusão

Existem duas principais causas de inundação na aldeia de Benfica parte de trás da camada capilar (volta superfície em água) , Estrada bloqueando a água de escoamento a solução é fazer uma passagem de água.

Anexo 2. “Os eventos extremos climáticos. As inundações e impacto na produção da campanha agrícola 2015-2016”

A vulnerabilidade da Agricultura da Guiné-Bissau em geral e da Região de Gabu e sobretudo dos setores de Pirada e Pitche reside no facto de ela depender totalmente das chuvas e está desprovido de infraestruturas de proteção e de conservação. Por isso, quando acontece um evento climático extremo (inundação ou seca) a nossa agricultura sofre fortemente levando automaticamente a baixa do rendimento ou ausência de produções.

A campanha agrícola 2015-2016 começou com muita irregularidade das chuvas até o mês de Julho. Choveu menos de normal neste período o que levou com que muitos agricultores tinham receio de cultivar os seus campos. Todavia alguns arriscaram cultivar tanto **milhos, mancarra** como o **arroz pam pam** e **bas-fonds** apesar do aviso do INM ter chamado atenção que a pluviometria nesta zona seria normal ou superior a normal.

1. A nível do planalto

A partir do mês de Agosto começou a chover com muita frequência e com muita intensidade (chuvas fortes), o que veio a perturbar as actividades dos agricultores tanto os que já tinham cultivado e que os seus campos estavam na altura de monda, assim como os que ainda estavam a espera que as chuvas chovessem normalmente para semearem os seus campos.

Para os que iniciaram os trabalhos de monda nos seus campos tinham dificuldade de combater as ervas indesejáveis devido as intensas e continuadas chuvas. Para os que ainda não semearam têm a dificuldade fazê-lo porque a água tomou conta dos seus campos (inundação) provocando o apodrecimento ou arrastando as sementes recém-semeadas (erosão hídrica).

2. A nível dos bas-fonds

Nesta ecologia a situação constatada é o seguinte: Havia agricultoras que apesar da fraca chuva praticaram sementeira direta mais cedo, quer dizer no fim de Junho princípio de Julho tendo os seus arrozais desenvolvidos antes da intensificação das chuvas e da inundação dos seus campos o que salvou os seus cultivos. Aquelas que não semearam cedo por razões variadas (*por exemplo: algumas*

estavam à espera que os maridos terminam trabalhos de planalto para lhes apoiarem com pares de boi, etc;) viram os seus campos estragados pela inundação. Outras agricultoras que optaram pela transplanta o, estas viram também os seus campos de arroz salvos.

3. Tabancas atingidas pela inunda o:

- ✓ Benfica, Camadjaba, Buruntuma, Iancor, Canquelefa.

4. Culturas mais atingidas:

- ✓ milhos, mancarra, algodão, arroz parcialmente, tubérculos etc.

5. Consequências de fortes chuvas:

- ✓ Erosão hídrica
- ✓ Dificuldade de tratos culturais sobretudo monda;
- ✓ Dificuldade de processo de poliniza o (abortos);
- ✓ Baixa de rendimentos;
- ✓ Apodrecimento das colheitas;
- ✓ Baixa de produ o;
- ✓ Insegurança alimentar;
- ✓ Pobreza
- ✓ Problemas sociais (escolaridade e saúde)

6. Atividades desenvolvidas pelo projeto:

- ✓ Aconselhar as tabancas atingidas para ativa o de planos de contingência (Benfica);
- ✓ Informa o as autoridades regionais e institui es como Prote o Civil, Cruz Vermelha etc.
- ✓ Levantamento/avalia o dos estragos causados pela inunda o e produ o de relatório que foi submetido aos órgãos competentes (PNUD, PAM, SEA).

Anexo 3. Aspectos da inundação em Benfica. Entorno da tabanca.



Figura 5: Entorno de Benfica 1.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 6:Entorno de Benfica 2.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 7: Entorno de Benfica 3.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 8: Entorno de Benfica 4.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 9: Entorno de Benfica 5.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 10: Entorno de Benfica 6.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.

Anexo 4. Aspectos da inundação em Benfica. Poços da tabanca de Benfica.



Figura 11: Poços 1.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 12: Poços 2.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 13: Poços 3.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.

Anexo 5. Aspectos da inundação em Benfica. Casas destruidas.



Figura 14: Aspectos de destruição 1.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 15: Aspectos de destruição 2.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 16: Aspectos de destruição 3.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 17: Aspectos de destruição 3.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 18: Aspectos de destruição 4.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 19: Aspectos de destruição 5.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 20: Aspectos de destruição 6.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 21: Aspectos de destruição 7.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 22: Aspectos de destruição 8.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.

Anexo 6. Aspectos de inundação em Benfica. Destruição das culturas.



Figura 23: Aspectos de destruição das culturas 1.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 24: Aspectos de destruição das culturas 2.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 25: Aspectos de destruição das culturas 3.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 26: Aspectos de destruição das culturas 4.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 27: Aspectos de destruição das culturas 5.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 28: Aspectos de destruição das culturas 6.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.

Anexo 7. Aspectos da inundação. O cotidiano na tabanca de Benfica.



Figura 29: Aspectos do cotidiano na tabanca de Benfica 1.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 30: Aspectos do cotidiano na tabanca de Benfica 2.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 31: Aspectos do cotidiano na tabanca de Benfica 3.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 32: Aspectos do cotidiano na tabanca de Benfica 4.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 33: Aspectos do cotidiano na tabanca de Benfica 5.

Fonte: Edwige Nzalé, 2015.

Anexo 8. Aspectos da inundação. Novas casas, novos desafios e novas estratégias.



Figura 34: Novas estratégias para lidar com a inundação, novos desafios 1.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 35: Novas estratégias para lidar com a inundação, novos desafios 2.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 36: Novas estratégias para lidar com a inundação, novos desafios 3.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.



Figura 37: Novas estratégias para lidar com a inundação, novos desafios 4.
Fonte: Edwige Nzalé, 2015.